

REVISTA PET ECONOMIA UFES

v.2 n.2

ECONOMIA
DO
FIM DOS TEMPOS



Equipe Editorial (2021/2)

Editor Chefe: Vinícius Vieira Pereira;

Organizadores: Daniel de Almeida Bahiense, Elóra Cristovao Travezani, Isadora Fae Pacca Amaral e Matheus Ferreira Maia;

Revisores: Daniel de Almeida Bahiense, Isadora Fae Pacca Amaral, Maria Eduarda Costa Marchesi e Matheus Ferreira Maia;

Diagramação e arte: Afonso Dantas de Sousa, Edinaldo Pereira dos Santos Junior, Nicole Valladao Sansoni, Patricia Specimille Guimaraes;

Revisão Final: Alexandra Rayssa Nascimento Ribeiro, Bruna Cavati Rossi, Elóra Cristovao Travezani e Plínio Natalino Silva.

Imagem capa: Imagem capa: BEKSINŃSKI, Zdzisław. Sem Título (Mulher no Cavalo).[s.d]. Disponível em: <<https://www.wikiart.org/pt/zdzislaw-beksinski/untitled-446>>. Acesso em 22 fev. 2022.

Registro ISBN:

PET-Economia/Ufes, Vitória - ES, 2022.

Sumário

Introdução	4
Convidado Especial: Paulo Nakatani	
Economia do fim dos tempos ou tempos de uma nova economia?	8
RELATO DO PETIANO EGRESSO: José Marcos Redighieri	12
Resenhas Econômicas	
Usa meu código aí!	14
Uma “solução” problemática	18
Cringe, eu?	23
A mercantilização do feminino: capitalismo e padrão estético	27
Quando as máscaras vão cair?	32
Endividamento Familiar no Brasil	37
COP26: O planeta na mão das grandes corporações?	42
Eleições 2022: nostálgico futuro	47
Mostra de Artigos	
ORIGENS DA INFLAÇÃO, PLANO REAL E IMPACTOS PARA AS POLÍTICAS MONETÁRIA E FISCAL	51
BRASIL: DO NEOCOLONIALISMO IMPERIALISTA AOS MOVIMENTOS NACIONAIS INDUSTRIALIZANTES	60
RENDA BÁSICA À LUZ DAS PROPOSTAS DE EDUARDO SUPPLY E MILTON FRIEDMAN	71

**RESULTADOS DA PESQUISA DO PERFIL DO ESTUDANTE DO CURSO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS DA UFES (2017-2021) 80**

DEPOIMENTO ENSINO REMOTO NA PANDEMIA

Flávia Campos Javarini 90

Priscila Specimille Guimarães 92

Conheça seu PET

PET Engenharia Elétrica (UFES) 94

Introdução

Vinícius Vieira Pereira⁽¹⁾



O ano de 2022 se inicia e, com ele, mais uma edição da nossa Revista do Pet Economia UFES, a quarta da recente história deste periódico semestral. Um ano que promete muitas tensões advindas das esferas política e econômica da sociedade brasileira. No primeiro caso, por conta do cenário de eleição para presidente da república, governadores, senadores, deputados federais, estaduais e distritais. No segundo, pela marcha lenta com que vem caminhando a economia brasileira nos últimos sete anos, situação esta agravada pela pandemia de Covid-19, somada às influências que a corrida às urnas trará sobre os indicadores e as taxas de crescimento econômico. Ao que tudo indica, podemos afirmar que, na história política do país desde a retomada democrática, jamais se depositou tamanha esperança de mudança em uma eleição como neste ano.

depositou tamanha esperança de mudança em uma eleição como neste ano.

Não bastasse a baixa previsão de 4,5% de crescimento do PIB para 2021, por parte do Banco Mundial, ano em que se esperava uma recuperação muito mais pujante após a profunda queda da atividade econômica em 2020, primeiro ano da pandemia de coronavírus no Brasil, e a ausência de crescimento em 2021, a mesma instituição anunciou, no dia 11 de janeiro do corrente, que sua projeção para o crescimento da economia brasileira em 2022 reduziria-se de 2,5% para 1,4%¹. A inflação renitente, as políticas macroeconômicas acanhadas, incertas e titubeantes, a previsão de queda dos preços de commodities, o aperto dos gastos públicos, as altas taxas de desemprego e informalidade do mercado de trabalho no país, e a aposta na desaceleração do crescimento chinês após crescimento acima de 8% em 2021, são alguns dos fatores que desalenta as esperanças de que 2022 possa ser um ano melhor que o anterior no que diz respeito ao âmbito econômico.

Se tal expectativa parece desanimadora, pior ainda é a previsão do Banco Central do Brasil que, em seu boletim Focus, divulgado em 10 de janeiro do corrente, estimou em 0,28% o crescimento do PIB para 2022 e projetou uma taxa Selic da ordem de 11,75% ao ano, o que significa que as instituições financeiras, as mesmas cujos lucros não pararam de subir durante a pandemia, já começam a usar a expressão recessão para este ano².

¹Ver: <<https://www.poder360.com.br/economia/banco-mundial-corta-projecao-para-o-pib-do-brasil-em-2022/>>

²Ver: <<https://www.suno.com.br/noticias/boletim-focus-ipca-pib-selic-10012022/>>

E insistindo na onda do negacionismo sanitário, ambiental e científico, seguem as mesmas declarações presidenciais, desta vez, contra a vacinação dos infantes³, ao mesmo tempo em que nosso líder do Planalto culpa as medidas de combate à Covid-19 pela inflação que se acomoda à economia, e ameaça os minguados ganhos da classe trabalhadora do país. Além disso, o mesmo ainda insiste na defesa da imunidade de rebanho contra o coronavírus e vem minimizando os efeitos da nova cepa do vírus, a chamada Ômicron, que, segundo ele, por ter elevada capacidade de difusão e contágio, porém baixa taxa de letalidade, seria até “bem-vinda” ao Brasil⁴.

Portanto, diante do até aqui exposto, em que a economia e a sociedade vão mal, enquanto a doença e a morte parecem bem-vindas, nada mais sugestivo do que o título que ilustra a capa desta edição, “*Economia do Fim dos Tempos*”, afinal, parece que vivemos um momento de enfrentamento de inimigos terminais que surgem tanto das entranhas do próprio capitalismo mundial, como das mais variadas frentes, interna e externamente ao país, ameaçando a saúde, a economia, o meio ambiente, a sociedade brasileira e, sem qualquer exagero, a vida em nosso planeta. Um cenário desanimador emerge, com poucas expectativas de um futuro melhor e marcado pela incerteza e pelo sofrimento, onde governos débeis, ou totalmente despreparados, sequer despontam como capazes de liderar as ações básicas necessárias mundo afora.

Sem perder o fio da meada e fazendo coro com o título da revista, o Texto do Convidado desta edição fica por conta do professor titular do Departamento de Economia da UFES, Paulo Nakatani, o qual nos convida a refletir sobre os rumos da sociedade capitalista mundial na contemporaneidade, capaz de produzir alguns poucos multibilionários de um lado, simultaneamente à criação de uma horda de centenas de milhões de pobres e miseráveis, de outro, alijados de qualquer forma de apropriação, mínima que seja, de renda ou riqueza. Com a sugestiva pergunta que dá nome ao texto, *Economia do fim dos tempos ou tempos de uma nova economia?*, o autor se utiliza de dados e informações bem recentes para nos alertar sobre os graves problemas do capitalismo mundial, mas também para nos apontar possíveis alternativas para a emergência de uma nova sociedade.

A seção composta pelas Resenhas Econômicas, escritas integralmente por bolsistas do programa, traz à tona temas atuais em uma abordagem que oferece informação e crítica social. Nessa linha de argumentação, Daniel Bahiense e Isadora Faé apresentam como a lógica do capital invadiu as plataformas de aplicativos transformando esses mercados virtuais em fonte de lucros bilionários. Sob o título “*Usa meu código aí*”, os autores debatem como a exploração se faz presente também na internet, em aplicativos como o TikTok, por exemplo, onde a informalidade se apresenta como resposta para jovens em busca de um emprego ou uma fonte de renda. Já em “*Uma ‘solução’ problemática*”, Bruna Cavati e Plínio Natalino denunciam o risco para a saúde e o prejuízo para os cofres públicos que se escondem por trás da automedicação. Diante de uma enorme variedade de medicamentos, da facilidade de acesso aos produtos, da publicidade permissiva, entre outros fatores, a população vira alvo fácil da indústria farmacêutica e da compra indiscriminada de remédios, inclusive aqueles sem comprovação científica, como o caso da hidroxicloroquina e da cloroquina, nos casos de Covid-19. As petianas Camila Batista e Patrícia Specimille, por sua vez,

³ Ver: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/01/06/bolsonaro-ataca-vacinacao-infantil-contracovid-e-espalha-desinformacao-sobre-mortes>>

⁴ Ver: <<https://br.noticias.yahoo.com/bolsonaro-minimiza-omicron-e-sugere-que-variante-e-bem-vinda-no-brasil-144417963.html>>

discutem, em “*Cringe, eu?*”, o choque cultural geracional provocado pelo rápido avanço da tecnologia e seus efeitos na internet, mostrando como hábitos, expressões e costumes refletem comportamentos cunhados nas transformações da sociedade capitalista ao longo do tempo. Em “*A mercantilização do feminino: capitalismo e padrão estético*”, Maya Pavan e Nicole Sansoni alertam para como o comportamento sexista da sociedade e, especialmente, a sexualização do feminino e a erotização do corpo da mulher têm sido usados como fonte incessante de lucros pelo capital, ao se aproveitar de um padrão estético onde prevalece a supervalorização da beleza, o cuidado aparente com o corpo, os procedimentos estéticos, entre outros, colocando a saúde, e a renda, do público alvo em um plano pra lá de secundário. Afonso Sousa e Gabriel Nippes trabalham o duplo sentido da expressão, que também é título de sua resenha, “*Quando as máscaras vão cair?*”, tanto no literal quanto no sentido de “mostrar a verdadeira natureza das coisas”, para nos convidar a pensar nas narrativas em voga nesses tempos de pandemia e que precisam ser desconstruídas. Da má gestão sanitária, política e econômica da pandemia à pretensa ideia de “volta à normalidade”, passando pelo descaso e o negacionismo científico, os autores conclamam o povo brasileiro a agir para mudar a realidade do país. E fechando a seção, na resenha “*Endividamento familiar no Brasil*”, Alexandra Rayssa e Matheus Maia analisam como a inflação, o desemprego, a precariedade da relação salarial, bem como os efeitos da pandemia contribuíram para a elevação dos níveis de endividamento familiar no Brasil *pari passu* ao aumento da lucratividade do setor bancário.

Três trabalhos acadêmicos produzidos por bolsistas do Pet Economia UFES como resultados de uma atividade tradicional do programa, a Mostra Interna de Artigos, compõem a seção Artigos desta edição. Plínio Natalino escreve sobre um tema bem atual e que tem preocupado os economistas no Brasil, a inflação. Em seu artigo “*Origens da inflação, Plano Real e impactos para as políticas monetária e fiscal*”, o autor apresenta aspectos teóricos e conceituais sobre a inflação, além de debater as implicações desse fenômeno dos preços de mercado sobre as políticas econômicas governamentais. Isadora Faé, em “*Renda Básica à luz das propostas de Eduardo Suplicy e Milton Friedman*”, faz um paralelo sobre as alternativas de um programa de transferência de renda para o Brasil, em um momento em que a desigualdade social, a concentração de renda e riqueza, a fome e a miséria, potencializadas pelos efeitos econômicos da pandemia, têm se colocado como grande questão social a ser resolvida em nossa sociedade. E a dupla composta pelas petianas Patricia Specimille e Maya Pavan mostram como a pressão externa exercida historicamente pelas grandes potências imperialistas do centro do capitalismo mundial forjou um desenvolvimento heterônomo e dependente para a economia brasileira e reproduziu de modo ampliado a pobreza, a miséria e o subdesenvolvimento econômico e social não apenas em nosso país, mas, de modo geral, na periferia do sistema capitalista.

Após um trabalho minucioso de levantamento, tratamento e análise de dados coletados de estudantes com matrícula ativa no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) entre 2017 e 2021, os bolsistas do PET Economia apresentam, com grande satisfação, os resultados da Pesquisa do Perfil do Estudante do Curso de Ciências Econômicas da UFES. O esforço dessa proposta permite-nos avaliar as expectativas dos ingressantes; calcular, aproximadamente, o percentual de evasão do curso ao longo do período analisado; perfilar as modalidades de entrada de cotistas e não-cotistas, por nível de renda, gênero, se com deficiência ou não; conhecer a indicação geográfica sobre a origem dos estudantes, além de uma série de outras variáveis étnico-raciais e informações sócio-culturais das mais variadas. O cruzamento dos questionários permitiu ainda uma série de inferências sobre as características e peculiaridades dos estudantes de Economia, representando assim o retrato de um momento específico do curso.

Portanto, trata-se de um trabalho imprescindível para se avaliar possíveis novas estratégias conjuntas de atividades, visando a melhoria do curso.

Em “Relato de Petiano Egresso”, o nosso convidado desta edição é José Marcos Redighieri, que recém terminou o mestrado em Economia pela PUC São Paulo e trabalha atualmente como analista de risco para uma grande empresa de *rating* em São Paulo. Sua trajetória na Universidade, incluindo mudança de curso, sua experiência de vida acadêmica como bolsista de um programa de educação tutorial, o legado por ele deixado ao longo dos anos na Universidade Federal do Espírito Santo e sua plena consciência em relação a importância da experiência vivida no PET Economia são compartilhados por ele em um texto que inspira jovens universitários, petianos ou não.

Dando ênfase às ações que promovem a integração entre os grupos PET da nossa Universidade e de todo o Brasil, a atividade “Conheça seu PET” convida, a cada ano, um grupo para participar de uma reunião virtual, momento ímpar de troca de experiências e de amadurecimento para estudantes e tutores. O nosso convidado desta vez foi o PET Engenharia Elétrica da UFES. A seção Conheça seu PET traz um breve relato redigido pelos nossos colegas da engenharia, onde apresentam um breve histórico do grupo bem como destacam algumas atividades por eles desenvolvidas. Imagens captadas da tela do computador ilustram o texto, trazendo os rostos que dão vida ao PET Elétrica. E finalizando nossa edição, a seção “Olhares sobre o Ensino Remoto” traz novos depoimentos e impressões sobre as condições, os desafios, os dilemas e outros aspectos envolvidos no debate sobre o ensino remoto no Brasil, modelo educacional que se fez necessário dada a conjuntura de pandemia e isolamento social que vivemos desde março de 2020. Os depoimentos da pedagoga e professora da educação infantil, Priscila Specimille, e da estudante de Direito, Flávia Javarini, mostram-nos as dificuldades enfrentadas por docentes, discentes, bem como pais e familiares, no cotidiano da educação sob a égide dessa modalidade de ensino à distância.

Assim, espero que todos apreciem a qualidade do material que ora apresentamos, fruto de um trabalho dedicado e onde impera a defesa do pensamento crítico e da abordagem totalizante quando nos propomos a estudar, em sua complexidade, alguns dos graves problemas sociais que afligem não apenas a sociedade brasileira, mas, a população mundial como um todo. O convite para o debate está lançado. Boa leitura!

Boa leitura para todos e todas!

(1) Professor adjunto do departamento de Economia Ufes e tutor do Programa de Educação Tutorial PET-Economia/Ufes.

Economia do fim dos tempos ou tempos de uma nova economia?

Paulo Nakatani⁽¹⁾



(1) Professor do Departamento de Economia da Ufes.

O ano de 2022 iniciou seus dias com a boa notícia de que as 500 pessoas mais ricas do mundo, em uma população estimada em cerca de oito bilhões, tiveram suas fortunas aumentadas em mais de um trilhão de dólares (PENDLETON e WITZIG, 2022). Os brasileiros na lista da *Forbes* em 2020, eram 45 bilionários com um patrimônio conjunto de US\$127,1 bilhões. Em 2021, são 65 brasileiros com um patrimônio de US\$219,1 bilhões (FOGAÇA, 2021). No ano passado, o turismo espacial foi ampliado com os passeios de alguns multimilionários pela borda do espaço, nos negócios de Jeff Bezos e Elon Musk. Da mesma forma, parece que a antiga corrida espacial está tendo um novo impulso para a exploração de

outros planetas, detonando os defensores da terra plana e, desta vez, por empresas privadas. Há um antigo sonho ou imaginação que encontramos nos filmes, livros, novelas, séries e seriados em que o modo de produção capitalista destrói a terra e alguns sortudos selecionados buscam outros planetas como refúgio para uma parte da humanidade - mundos distópicos e imaginários que refletem uma parte, pelo menos, da ideologia dominante no mundo de hoje. Só que, nesse imaginário, apenas uma minúscula parcela com algumas centenas ou alguns milhares de afortunados, se assim podemos chamar, são os *escolhidos*. O resto da população mundial, os sobreviventes, além dos demais bilhões que já tinham sido dizimados pelas guerras, conflitos e pestes e pelo caos, deverão continuar a lutar encarniçadamente pela sua sobrevivência no planeta Terra. Eles já tinham sido abandonados pelas elites dominantes. Tal é a situação que encontramos na *economia do fim dos tempos* e que se torna a cada dia mais real (ou já é) para uma boa parcela da população; é o que encontramos nas regiões das contínuas guerras localizadas e que observamos nas enormes massas populacionais que procuram escapar por meio das migrações para outras regiões. O crescimento da riqueza dos multimilionários faz parecer que o mundo se encontra em pleno progresso, expandindo a riqueza e bem estar da sua população, mas, “a pandemia empurrou cerca de 150 milhões de pessoas para a pobreza

extrema, de acordo com estimativas do Banco Mundial - um número que deve aumentar se a inflação continuar a subir” (PENDLETON e WITZIG, 2022). Associado a isso, a disseminação da fome só não foi ainda mais grave devido às políticas de distribuição de dinheiro para uma parcela de miseráveis e famintos. Assim, o mundo capitalista continua em crise, ou em estado de estagnação, há várias décadas (MARQUES, 2021, p. 11-26), o que foi agravado pela pandemia. Além disso, estamos entrando no terceiro ano da pandemia do coronavírus, e em uma nova onda devido à uma nova variante mais transmissível do vírus.

O chamado Estado de Bem-Estar, as políticas sociais e a regulamentação legal das relações trabalhistas, a regulação e certos controles e incentivos ou penalidades ao capital, e os processos de planejamento de médio e longo prazos, instituídos após a Segunda Guerra Mundial, foram gradativamente desconstruídos e eliminados, ao nível político-jurídico-ideológico e aos níveis concretos e determinados historicamente. As medidas de política econômica, como as políticas de *quantitative easing*⁵, iniciadas em 2007, adotadas pelos Estados capitalistas, sejam nas crises da época, seja na atual pandemia, têm em seu centro o apoio à reprodução do capital, ou seja, às grandes empresas capitalistas que comandam a economia mundial. Paradoxalmente, as políticas de distribuição de dinheiro para os pobres e miseráveis na atual pandemia têm, também, como efeito, o apoio para a circulação dos capitais. Em outros termos, garante a realização do valor ou o mercado de consumo. Porém, as medidas emergenciais não são só para os mais pobres: uma parcela significativa dos gastos públicos se direciona, mais ou menos diretamente, para a reprodução do capital e a aceleração da precarização da força de trabalho.

A busca desenfreada por lucros e enriquecimento efetuada continuamente pelos capitalistas, em que a taxa de crescimento do PIB se tornou um indicador fundamental, implica, igualmente, na extração de muitos recursos naturais que, mesmo sendo renováveis, atingiram seus limites e possibilidades de renovação. A escassez cada vez mais generalizada, as privatizações e a financeirização do mercado de água são alguns exemplos atuais (ÁLVAREZ, 2020). Da mesma forma, a produção capitalista, principalmente aquela destinada à uma pequena fração do mercado consumidor, é realizada com prazo de validade, também conhecido como obsolescência planejada (PACKARD, 1965, p. 49; ASSUMPÇÃO e DANTAS, 2019), o que, além do desperdício de recursos naturais, produz uma gigantesca massa de lixo e dejetos que aumentam a poluição do planeta. Somente no deserto de Atacama, na comuna de *Alto Hospício*, no Chile, há um lixão tóxico, uma montanha de roupas de moda descartável, e “são montanhas que crescem cerca de 59 mil toneladas por ano entrando na zona franca do porto de Iquique, a 1.800 quilômetros de Santiago” (RFI, 2021). Esses dejetos da moda descartável contém componentes não degradáveis e resíduos tóxicos que podem durar 200 anos. Isso tudo, juntamente com a emissão de gases de efeito estufa e outros poluentes, estão também acentuando as mudanças climáticas e seus efeitos deletérios. Nesse contexto, junto com os avanços da ciência e das novas invenções, estamos cada vez mais em um mundo capitalista comandado, e cada vez mais dominado, pela inteligência artificial (IA), com robôs industriais que já substituíram uma grande parcela da força de trabalho. Essa IA embutida em dezenas ou centenas de produtos de consumo domésticos contribui, igualmente, para a expansão de lixo. Assim, é necessário e urgente que a humanidade busque *uma nova economia para superar o fim dos tempos*. A enorme desigualdade econômica é fruto do próprio modo de

⁵Instrumento de afrouxamento monetário utilizado por Bancos Centrais com o intuito de gerar grandes quantidades novas de dinheiro.

produção capitalista e é esse modo de produção que deve ser superado, e não o neoliberalismo. Ao longo do século passado, desde 1917, tivemos várias experiências históricas de tentativas de construção de uma nova sociedade socialista além do capital. Este é um tema extremamente polêmico e sem nenhuma solução à vista. Entretanto, pode-se tirar algumas lições dessas experiências. Em primeiro lugar, tirar o capital do comando das sociedades com a gradativa socialização dos meios de produção. Um deles é a propriedade privada da terra. Em alguns países, como fruto das revoluções, não existe a propriedade privada da terra, como na China. Outros meios de produção poderiam ser estatizados, mesmo que não em sua totalidade, com a manutenção de uma ampla rede de pequenos e médios capitais individuais privados e até mesmo de grandes, desde que controlados pela sociedade em seu benefício. Mas, sob o controle da sociedade. Este é um caminho possível para a construção de *uma nova economia para uma nova forma de sociedade*, além das experiências revolucionárias do século passado.

Na China e alguns países da Ásia, encontram-se em processo um movimento chamado de Nova Reconstrução Rural (NAKATANI e FALEIROS, 2016), em que certas unidades produtivas estão ensinando as pessoas a cultivarem sua própria comida, ou incentivando o retorno de jovens para o campo. Existem outras experiências e concepções em desenvolvimento como o ecossocialismo, que, “considera que enfrentamos uma crise sistêmica e que, para que ela possa ser superada, se faz necessária uma mudança radical dos fundamentos econômicos e sociais da sociedade atual” (MARQUES, 2021, p. 143). Na América do Sul, em particular no Equador e na Bolívia, as concepções e propostas dos povos originários da região andina, o *bem viver*, contém uma nova visão de mundo sobre as relações entre os seres humanos e a natureza. No Brasil, as comunidades rurais que adotam as técnicas da agroecologia e da agrofloresta

(LAURA, ALVES e ALMEIDA, 2015) estão em expansão, não só como apoio da EMBRAPA, mas também entidades locais como o INCAPER que tem realizado atividades a respeito (SIMÃO, 2019). São formas de produção na agricultura que, além do respeito à natureza, estão recuperando solos desgastados, nascentes de água e até as matas em seus respectivos biomas. Muitos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) estão adotando essa técnica de agricultura sintrópica, como o assentamento Terra à Vista, no sul da Bahia.

Assim, como podemos constatar, existem alternativas para o *fim dos tempos*, mesmo que os processos revolucionários não sejam os mesmos do século passado. Cabe às sociedades escolherem seus caminhos para a superação, mas, também, que cada indivíduo em particular reveja seus desejos e instintos para a construção de *uma nova economia para uma nova sociedade*.

Referências Bibliográficas

- ÁLVAREZ, C. O que significa a água começar a ser cotizada no mercado de futuros de Wall Street? **brasil.elpais.com**, Madrid, 09 dez. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/economia/2020-12-09/o-que-significa-a-agua-comecar-a-ser-cotizada-no-mercado-de-futuros-de-wall-street.html>>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- ASSUMPÇÃO, L.; DANTAS, D. **Obsolescência programada**: uma comparação entre a década de 1960 e a década de 2010. VII ENSUS – Encontro de Sustentabilidade em Projeto – UFSC – Florianópolis – 08 a 10 de Maio de 2019. Florianópolis: [s.n.]. 2019.
- FOGAÇA, A. Quem são os Bilionários Brasileiros de 2021. **comoinvestir.thecap.com.br**, São Paulo, 26 out. 2021. Disponível em: <<https://comoinvestir.thecap.com.br/quem-sao-os-bilionarios-brasileiros-de-2021/>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

LAURA, V. A. L.; ALVES, F. V.; ALMEIDA, R. G. D. **Sistemas agroflorestais: a agropecuária sustentável**. 1. ed. Brasília: Embrapa, v. 1, 2015.

MARQUES, R. M. E. A. **Pandemias, crises e capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, v. 1, 2021.

NAKATANI, P.; FALEIROS, R. O movimento da nova reconstrução rural e alguns experimentos sociais na China contemporânea. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, p. 59-47, 23 maio 2016. Disponível em:

<<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/24097>>.

PACKARD, V. **Estratégia do desperdício**. 1. ed. São Paulo: IBRASA, v. 1, 1965.

PENDLETON, D.; WITZIG, J. Um ano bom para os superricos: fortuna do clube de Musk cresceu US\$ 1 trilhão em 2021. **Valor econômico**, São Paulo, 05 jan. 2022. Disponível em:

<<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2022/01/01/um-ano-bom-para-os-superricos-fortuna-do-clube-de-musk-cresceu-us-1-tri-em-2021.ghtml>>. Acesso em: 05 jan. 2022.

RFI. No Chile, o deserto do Atacama abriga lixão tóxico da moda descartável do 1º mundo. **g1.globo.com**, 10 nov. 2021. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/11/10/no-chile-o-deserto-do-atacama-abriga-lixao-toxico-da-moda-descartavel-do-1-mundo.ghtml>>.

Acesso em: 10 jan. 2022.

RELATO DO PETIANO EGRESSO

José Marcos Redighieri¹



(1) Graduado em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); ex-membro do PET-Economia/UFES.

Minha entrada no PET-Economia⁶ fez parte de um processo de amadurecimento e crescimento pessoal muito importante. Voltando um pouco no tempo, quando ingressei na universidade, aos 18 anos, eu entrei para cursar Psicologia, um curso que eu simplesmente detestei. Olhando para trás, é possível perceber o quão mal preparados saímos do ensino médio para tomar uma decisão tão importante (a escolha de um curso de graduação). O foco ali está voltado para o vestibular, mas pouca atenção é dada para o que vem em seguida. Eu ouvi de um professor à época, que se tratava de um “adestramento” e, sinceramente, eu concordo. Muitos anos depois, estudando economia, consegui entender um pouco melhor essa mentalidade, mas me adianto.

O fato é que, para o absoluto desgosto dos meus pais, eu entrei para Psicologia. Entretanto, cursei por apenas um ano e meio, mas não me interessava por nada e tive um

péssimo desempenho no curso. Em um dado momento as aulas foram suspensas por causa de uma greve que ocorreu, salvo engano, entre 2012-13. Então eu decidi, contrariando o conselho dos meus colegas que sempre diziam que as coisas iam melhorar, que trocava de curso. Só não sabia ainda qual iria escolher.

O processo de escolha foi um tanto conturbado, especialmente depois de me sentir tão “sem lugar” na Psicologia. Neste período, dado a visão quase que criminosa que a minha família tinha do ócio, eu fiz um curso técnico em administração enquanto pensava no que viria a seguir. Foram várias pesquisas e conversas, muitas das quais, sinceramente, não me lembro muito bem. Em um certo dia, e deste me lembro como se fosse ontem, tive a oportunidade de assistir a uma palestra ministrada pelo professor Reinaldo Carcanholo⁷ (-2013), e tudo o que ele falou me pareceu simplesmente fascinante.

Fiquei de certa forma surpreso quando soube que aquele senhor era um economista. Ele não falava como economista, pelo menos não como os economistas dos jornais, nem como os comentaristas econômicos da televisão. Ele falava de relações sociais, de uma visão estrutural da sociedade e não da frieza dos números, como eu esperava à época. Eu não tive dúvidas, pensei: “vou cursar sobre o que esse senhor falou e está decidido”.

Entreí então na Economia, apenas em 2014, mas ainda ávido por conhecer e aproveitar o máximo que o curso tinha a oferecer. A cada dia, a cada disciplina, me sentia cada vez mais

⁶Programa de Educação Tutorial da Universidade Federal do Espírito Santo

⁷Doutor em Economia pela Universidad Nacional Autónoma de México, ex-professor associado do Departamento de Economía e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo.

em casa. E então, por recomendação de um querido professor, o Adriano Teixeira⁸, que eu procurei pelo PET. Ainda sem saber direito do que se tratava, mas no embalo da promessa de que o PET seria um lugar onde eu poderia aproveitar ainda mais o curso, e a própria universidade — e ainda receber um auxílio, fui convencido rapidamente.

Eu entrei no programa em 2015, logo que foram disponibilizadas vagas. O PET foi de maneira simples muito mais do que eu esperava. Eu não só tive a oportunidade de me dedicar ao estudo daquilo que eu mais gostava dentro do curso (e isso era incentivado, por meio dos seminários, das discussões e das apresentações de artigos), mas também - e isso é o que passava muito além das minhas expectativas - tive a oportunidade de crescer civicamente, de me emocionar quando o público se identificava com os personagens do Teatro do Oprimido⁹, de levar a discussão econômica, geralmente tão fria, técnica e afastada das pessoas, para além da universidade, numa linguagem simples, tratando dos problemas do dia-a-dia.

Tive a oportunidade de realizar monitorias, viajar através do programa, participar de encontros muitíssimo enriquecedores, conhecer pessoas tão diversas em origens e pensamento (dentro do próprio PET-Economia, mas também com outros — e fizemos, inclusive, diversas atividades com PET-Psicologia... ah o destino não é mesmo?). E, como se isso não fosse o suficiente, fiz verdadeiras amizades, com as quais até hoje mantenho contato, incluindo o nosso Tutor à época, o saudoso Maurício Sabadini¹⁰.

Aliás, foi dele que ouvi uma frase com a qual, tendo vivido tudo o que eu vivi no programa, eu

concordo plenamente: “o PET é a universidade que nós queremos”. Pensando um pouco melhor, eu adicionaria: “o PET é a universidade que nós queremos e precisamos”.

⁸Doutor em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2014) com período sanduíche em School of Oriental and African Studies, Professor de Economia do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

⁹É uma atividade de extensão que consiste na apresentação de uma peça teatral inspirada no tipo de teatro homônimo desenvolvido pelo teatrólogo Augusto Boal

¹⁰Doutor em Economia pela Universidade de Paris 1 Panthéon-Sorbonne (França), Professor de Economia do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Ex-tutor do PET-Economia/UFES

Usa meu código aí!

*Daniel de Almeida Bahiense
Isadora Faé Pacca Amaral*



Elaboração própria.

A pandemia do novo coronavírus mudou drasticamente os hábitos de grande parte da população mundial. Sendo o isolamento social uma das principais medidas para evitar a disseminação do vírus, o recolhimento domiciliar passou a ser uma nova configuração social. Com isso, o uso de redes sociais se intensificou notadamente, afinal, as interações virtuais passaram a substituir - ou pelo menos tentar - as interações sociais. Dessa forma, muitos aplicativos que proporcionam esse tipo de interação entraram em ascensão. Exemplos são Google Meet, Zoom, Microsoft Teams, Discord, entre outros. É notória, também, a “febre” de aplicativos de entretenimento de vídeos curtos, como o TikTok e o Kwai, para passar o tempo livre nas redes.

Os dois aplicativos estão entre os mais baixados no Brasil e no mundo e, apesar de nomes distintos, as funcionalidades são semelhantes. Nos apps, vídeos de 15 a 60 segundos podem ser feitos e postados gratuitamente por qualquer usuário, que liberam a criatividade usando as ferramentas

que a plataforma oferece a fim de conseguir likes ou apenas se divertir. É comum ver muitos vídeos dos usuários fazendo dancinhas, contando relatos sobre a vida, cenas engraçadas, além de publicidades e propagandas de pequenos negócios ou grandes marcas, afinal, em uma sociedade capitalista, tudo se torna mercadoria.

Se um dia você receber uma mensagem de um colega pedindo para “usar o código”, não estranhe, é mais uma das funcionalidades que os aplicativos oferecem. O tal código faz parte de um programa de recompensas em dinheiro, e cada amigo convidado chega a “valer” R\$80. Quanto mais amigos, mais dinheiro, mas claro, seu colega e você precisam seguir as regras do app, que consistem em usá-lo por uma certa quantidade de tempo diariamente, além de, evidentemente, ao criar uma conta e usar o tão famigerado código compartilhado. O Kwai, particularmente, lidera no ramo de propagandas exorbitantes e chamativas, quase sempre o app oferece promoções e eventos que prometem altos retornos financeiros para os dedicados, os quais podem ser recompensados em até R\$2.400¹¹, apenas convidando amigos e usando o app.

Falando de números, a empresa que gerencia a plataforma TikTok, a Bytedance (empresa chinesa), em 2021 foi avaliada em US\$400

¹¹Lennon Hass. Acústica FM. **Renda extra: promoção do Kwai paga até R\$ 2400 para usuários; saiba como participar.** Disponível em: <<https://www.acusticafm.com.br/noticias/42819/renda-extra-prom-ocao-do-kwai-paga-ate-r-2400-para-usuarios-saiba-como-participar.html>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

bilhões¹², cerca de R\$2 trilhões. Os números exorbitantes não param por aí, ao final de 2020 a empresa relatou que possuía cerca de 1.9 bilhões¹³ de usuários ativos mensalmente. O Kwai, também de origem chinesa, gerenciado pela empresa Kuaishou Technology, e concorrente direto do TikTok, foi avaliado em janeiro de 2021, em valor de mercado, por cerca de US\$220 bilhões¹⁴ e conta com cerca de 700 milhões¹⁵ de usuários ativos mundialmente.

Esse fluxo monetário não advém apenas do uso dos códigos, existem outros recursos que os aplicativos exploram para lucrar. Assim como em outras redes sociais, os influencers - ou simplesmente influenciadores digitais - têm se destacado. São personalidades com uma grande gama de seguidores, que se sobressaem nessas redes por aplicarem estratégias de influência, com a finalidade de monetizar o próprio conteúdo. Uma dessas personalidades que se destaca no aplicativo TikTok é a jovem de 20 anos, Addison Rae, que, ao atingir 1 milhão de seguidores na plataforma, decidiu abandonar o curso de jornalismo na Universidade do Estado de Louisiana, nos Estados Unidos, para se dedicar a ganhar dinheiro com marketing em plataformas digitais. No ano de 2019, antes mesmo do app realmente estourar, a tiktoker faturou mais de 5 milhões de dólares¹⁶ e registrou mais de 40 milhões de seguidores,

número que mais que dobrou após o início da pandemia e o consequente boom no app.

Já no Brasil, a reportagem da revista Veja São Paulo¹⁷ traz o relato de Luciano do Valle, um jovem de 23 anos, que abandonou o curso de Engenharia Civil para se dedicar exclusivamente ao TikTok, onde chega a ganhar até 11 mil reais por publicidades patrocinadas por grandes marcas, como Rexona e O Boticário. Com mais de 8 milhões de seguidores, o jovem diz que não se arrepende de ter largado a faculdade, porém, relata que a mãe demonstrou tremenda preocupação pelo futuro do jovem, que foi o único dos irmãos que conseguiu adentrar ao ensino superior.

É comum que surjam dúvidas quando se expõe uma enorme quantia de dinheiro envolvido em simples aplicativos de vídeos curtos. Apesar de parecer complexo, as estruturas e mecanismos que permitem tal circulação não são novas, porém, a faceta capitalista foi maquiada de forma maestral, tornando meros aplicativos em um grande mercado lucrativo que movimenta bilhões. Que o lucro é o elemento que move o capitalismo chega a ser uma afirmação considerada até senso comum para muitos, contudo, a forma que o sistema se reconfigura a fim de aperfeiçoar a produção e obter um quantitativo cada vez maior de rendimentos, nem de longe pode ser considerada obsoleta. A internet foi mais uma dessas ferramentas que o sistema se apossou como forma de criar novas relações de mercado, e evidentemente, obteve sucesso.

Em “A complexa arquitetura da futilidade”, o ensaísta português João Bernardo definiu a internet como uma *Ágora*¹⁸. Na *Ágora* moderna não falta espaço para opiniões e idealizações, é um reino livre para a germinação de diversas

¹²XIN, Zhou; FENG, Coco. South China Morning Post. **Value of TikTok maker ByteDance approaches US\$400 billion for new investors, sources say.** 2021. Disponível em: < https://www.scmp.com/tech/big-tech/article/3128002/value-tiktok-maker-bytedance-approaches-us400-billion-new-investors?utm_source=Yahoo&utm_medium=partner&utm_campaign=contentexchange&utm_content=3128002 >. Acesso em: 02 jul. 2021.

¹³LIN, Liza. The wall street journal. **TikTok Owner ByteDance's Annual Revenue Jumps to \$34.3 Billion.** 2021. Disponível em: < <https://www.wsj.com/articles/tiktok-owner-bytedances-annual-revenue-jumps-to-34-3-billion-11623903622> >. Acesso em: 02 jul. 2021.

¹⁴ZMOGINSKI, Felipe. UOL. **Rival do TikTok, app de vídeos quer emplacar streaming e comércio ao vivo.** 2021. Disponível em: < <https://www.uol.com.br/tilt/colunas/felipe-zmoginski/2021/02/17/rival-da-tiktok-quer-conquistar-o-brasil-com-streaming-e-comercio-ao-vivo.htm> >. Acesso em: 02 jul. 2021.

¹⁵Sobre nós. Disponível em: < <https://www.kwai.com/about/> >. Acesso em: 02 jul. 2021.

¹⁶BROWN, Abram. Forbes. **Os 7 influenciadores mais bem pagos do TikTok.** 2020. Disponível em: < <https://forbes.com.br/escolhas-do-editor/2020/08/os-7-influenciadores-mais-bem-pagos-do-tiktok/> >. Acesso em: 27 jun. 2021.

¹⁷ALMEIDA, Fernanda Campos. Veja São Paulo. **TikTok bomba na quarentena e lança nova geração de influenciadores.** 2020. Disponível em: < <https://vejasp.abril.com.br/cultura-lazer/15-segundos-de-fama-tiktok-bomba-durante-a-quarentena/> >. Acesso em: 15 jul. 2021.

¹⁸Nome dado a praças públicas onde os residentes gregos se reuniam para discutir assuntos diversos relacionados a cidade.

ideias, o campo perfeito para o crescimento do capitalismo, que passa a valer-se dessa esfera para aumentar sua produtividade e intensificar a exploração de mais-valia, segundo Bernardo. Uma das ferramentas utilizadas para essas operações é o uso de dados e performance de algoritmos, que fazem grande parte do “trabalho” quando o assunto é prender a atenção do usuário.

A evolução tecnológica se torna cada vez mais assustadora, há àqueles que a consideram apenas uma ferramenta de ajuda para atividades cotidianas. As empresas procuram, cada vez mais, novas ferramentas que reconheçam o perfil e os gostos dos usuários, a fim de atingir o público alvo de certas propagandas e conteúdos. Na obra “Capitalismo de Plataforma”¹⁹, o professor de economia digital Nick Srnicek ressalta a relevância dos algoritmos para o mercado. Segundo Srnicek (2016, p. 38) “A extração de dados está se tornando um método chave para a construção de uma plataforma monopolista e de desvio de lucros para os anunciantes”. A “ForYou Page” ou simplesmente FY, presente no TikTok, é a síntese perfeita de como o algoritmo e a coleta de dados te fazem permanecer imerso no app durante horas. Trata-se da área principal do aplicativo, a primeira coisa que aparece na tela ao se iniciar. Nela, dependendo dos vídeos que curtir ou do tempo assistido em um vídeo de determinado assunto, o algoritmo vai se moldando a seus gostos, personalidade, áreas de interesse e muito mais, criando um ambiente viciante e personalizado para você.

De fato, ainda não vimos os limites que a rede de informações possui - sim, ainda há muito que a internet pode fazer - porém, a pressão que ela exerce sobre o mercado é perceptível. As plataformas viraram até um local de busca de mão de obra, como expõe uma matéria da

revista Forbes²⁰, em que empresas norte-americanas lançaram um programa piloto intitulado “TikTok Resume”, no qual os usuários podem pesquisar e se candidatar para empregos através de vídeos na plataforma, em que mostram suas qualificações. Percebendo essa movimentação, a plataforma LinkedIn, criada justamente com o intuito dos usuários exporem suas qualificações e aptidões em busca de um emprego, rapidamente lançou um recurso na tentativa de não ser ultrapassada pelo TikTok: o “Cover Story” foi disponibilizado na plataforma para que os usuários façam uploads de vídeos curtos em seus perfis.

Diante disso, é visível como o TikTok e Kwai otimizaram suas ferramentas de forma a exercer a tarefa capitalista, movimentando dinheiro e gerando lucro por propagandas nos apps, chegando a números astronômicos ao utilizar estratégias de interação dos usuários de forma semelhante à plataformas como iFood e Shipp, de entrega de alimentos; Uber, Lady Driver e 99 Pop, de serviços de transporte privado. Todos esses aplicativos têm algo em comum: além de lançar mão do uso massivo de propagandas direcionadas, atuam como ‘mediadores’ do trabalho prestado pelos usuários, se eximindo de qualquer tipo de vínculo empregatício com estes, apenas recolhendo parte do dinheiro gerado pelo trabalho das pessoas. Essas semelhanças foram identificadas como uma tendência global de consolidação de novas formas de trabalho, que retratam um longo processo de precarização e indicam um campo propício para que novas plataformas e redes sociais sejam utilizadas para complemento de renda.

Chegamos a um ponto onde simples aplicativos de vídeos, que deveriam servir meramente para

²⁰Kristin Stoller e Ariel Shapiro. Forbes. **Empregadores estão migrando do LinkedIn para o TikTok para atrair jovens talentos.** 2021. Disponível em: <<https://forbes.com.br/carreira/2021/05/empregadores-estao-migrando-do-linkedin-para-o-tiktok-para-atrair-jovens-talentos/>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

¹⁹SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism.** Cambridge: Polity Press, 2016.

entretenimento, como o TikTok e Kwai, passaram a servir de “amparo” e meio para gerar a renda mensal de quem se empenhar pelo uso do app. O portal de notícias britânico BBC publicou uma reportagem em 2020 intitulada “Ser famoso no TikTok realmente dá dinheiro?”²¹ que ilustra isso. A matéria apresenta perfis de jovens com milhões de seguidores na rede social que não recebem um dinheiro proporcional a esse número. Em muitos dos casos, os jovens utilizam o dinheiro gerado para complementar sua renda e ajudar no dia a dia da vida universitária, sem ter que recorrer a um emprego que tome muito tempo dos estudos.

Com a taxa de desemprego recorde no país, na casa dos 14.9% (1º trimestre de 2021), cerca de 15.3 milhões de brasileiros²², é de se esperar um contingente jovem e desamparado, procurando novas formas de renda. A massa precarizada, infelizmente, vem sendo o presságio de um futuro que tem se tornado real. As constantes evoluções do sistema capitalista e sua integração total com a tecnologia criou uma massa de jovens que constantemente - e, lamentavelmente - é forçada a abrir mão da formalidade conquistada pela carteira de trabalho, leis trabalhistas ou uma graduação, não por vontade própria, mas sim devido a conjuntura atual do país e do mundo. Com mais e mais empregos se materializando em códigos e dados virtuais, e falta de esforços que prezam pela criação de empregos dignos, é de se esperar um aumento na informalidade. A internet trouxe o conhecimento, e os ramos das suas possibilidades e influências se espalharam por diversos campos, inclusive na massa trabalhadora capitalista. Os problemas causados por ela não serão resolvidos virtualmente, cabendo a órgãos

governamentais amparar aqueles que dependem de aplicativos, vivendo na informalidade, sem direitos e leis de amparo.

Algo tão simples quanto o compartilhamento do código de um aplicativo de vídeos, esconde a história de jovens abandonando seus estudos e entregando sua renda para algoritmos que podem até te conhecer melhor que amigos próximos. Os altos retornos financeiros, apesar de serem atraentes, são praticamente inalcançáveis e reproduzem uma realidade angustiante, em que aplicativos simples de vídeos curtos não são uma simples ferramenta de diversão e lazer, e sim mais um retrato de uma das inúmeras facetas do capitalismo. O compartilhamento de códigos esconde toda uma estrutura complexa e infeliz de pessoas dependendo disso para a garantia de uma renda extra, ou em outros casos, a única renda.

²¹SHAW, Dougal. BBC. **Does being 'TikTok famous' actually make you money?** 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/business-50987803>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

²²**Desemprego.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em: 27 jun. 2021.

Uma “solução” problemática

Bruna Cavati
Plínio Natalino



PORTAL do Professor. **Medicamentos - O risco da automedicação.**
Disponível em:
<<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=7258>> Acesso em: 13 jul. 2021.

Caso alguém estivesse com dor de cabeça, o que você recomendaria a essa pessoa? Ou, então, se fosse dor nas costas? Ou dor de barriga? Talvez, ao ler essas perguntas, você possa ter pensado em nomes de medicamentos que poderiam resolver esses problemas, não é mesmo? Mas será que de fato eles seriam a solução? Será que talvez eles não agravariam ainda mais o problema?

Antes de entrarmos um pouco mais nessa questão, é necessário ter em mente o que é um medicamento. A Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 301, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)²³, de 22 de agosto de 2019, que dispõe sobre as boas

²³A Anvisa é a agência responsável pelo controle da produção e do consumo dos medicamentos no Brasil, e é vinculada ao Ministério da Saúde.

práticas de fabricação de medicamentos, determina o medicamento como sendo um “produto farmacêutico, tecnicamente obtido ou elaborado, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico”. Deste modo, embora esta seja uma definição atual, o uso de medicações não é algo recente.

O desenvolvimento das medicações se deu em diferentes locais e momentos históricos, como em 1960 quando Sérgio Henrique Ferreira, da FM-USP Ribeirão Preto, isolou, a partir do veneno da jararaca, uma substância que culminou na produção do captopril, um anti-hipertensivo²⁴. Tais avanços permitiram a superação de diversas doenças, controle de epidemias e uma melhor qualidade de vida. Contudo, apesar desses benefícios notáveis, quando utilizados de forma indiscriminada os medicamentos podem trazer graves consequências. Essa situação nos conduz a um problema enraizado na cultura de grande parte dos brasileiros, a automedicação, que se refere ao uso de medicamentos sem prescrição médica. Embora se automedicar possa trazer alívio para alguns sintomas no curto prazo, esse ato pode gerar problemas graves, como o agravamento de doenças preexistentes e a intoxicação. Uma pesquisa realizada em 2019, pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF)²⁵,

²⁴Lauro D. Moretto. **A história dos medicamentos: a fantástica evolução.** Disponível em:<<http://www.academiafarmacia.org.br/A%20hist%C3%B3ria%20do%20Medicamentos%20-%20A%20fant%C3%A1stica%20evolu%C3%A7%C3%A3o%20-%20Prof.%20Dr.%20Lauro%20D.%20Moretto%20e%20Dagoberto%20de%20Castro%20Brand%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2021.

²⁵BRASIL. DATAFOLHA. CFF. **Uso de medicamentos.** Brasília: 2019. 84 p. Disponível

apontou que 77% dos brasileiros se automedicavam, sendo que destes, 47% o faziam ao menos uma vez por mês. Além disso, com base na pesquisa "Automedicação no Brasil (2018)"²⁶, feita pelo Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade (ICTQ), dor de cabeça (56%); febre (32%) e resfriado (31%) são os principais sintomas que levam as pessoas a se automedicar. Ademais, entre os principais medicamentos consumidos por conta própria, têm-se os analgésicos (48%); os anti-inflamatórios (31%) e os relaxantes musculares (26%). Assim, de acordo com o CFF, não é porque há medicamentos que são vendidos sem prescrição que devem ser utilizados sem consulta médica, visto que até mesmo medicamentos comuns, de venda livre, podem acarretar sérios danos ao organismo. A título de exemplo, quando consumidos em excesso, o paracetamol é capaz de gerar hepatite tóxica e a vitamina D de fazer com que o cálcio se deposite nos rins, podendo gerar lesões permanentes. Esses foram apenas alguns exemplos, pois todos os medicamentos, seja em menor ou maior intensidade, oferecem riscos quando tomados de forma indiscriminada.

Com isso, é importante analisarmos alguns fatores que contribuem para que essa cultura se perpetue. Entre eles, podemos destacar a facilidade no acesso e a variedade de medicamentos disponíveis, pois não só há um enorme quantitativo de estabelecimentos físicos que vendem esses produtos, como também se torna possível a compra até mesmo online. De acordo com o CFF, havia no Brasil, em 2020, 89.879 farmácias e drogarias comerciais²⁷. Somado a isso, há o fator cultural em que, baseados em suas próprias experiências, muitos familiares têm o costume

de se automedicar, como indica a pesquisa realizada pelo CFF. Aliada a essa situação, tem-se também fatores como renda, pois muitas pessoas não possuem condições de pagar por uma consulta ou exame diagnóstico, fato que evidencia a importância de investimentos no Sistema Único de Saúde (SUS), o qual vem sendo cada vez mais sucateado, não conseguindo atender, de modo pleno, toda população. Em contrapartida, os danos advindos da automedicação custam ao SUS cerca de R\$60 bilhões anualmente²⁸. Para mais, a "falta" de tempo e o cansaço também são fatores que levam muitos a não procurar ajuda profissional.

Além disso, é importante destacar o avanço dos meios de comunicação, principalmente da internet, que faz com que, em apenas um clique, se tenha milhares de sites com informações como sintomas, causas e tratamentos de enfermidades, o que leva muitos a acreditar que com isso são capazes de se autodiagnosticar. Um estudo de 2018, do ICTQ, mostrou que 40% dos pacientes usavam a internet para se autodiagnosticar e se automedicar, sendo que destes a maioria possuía o ensino superior e eram das classes A e B²⁹. Sobre os meios de comunicação é vital salientar o peso que a publicidade desempenha, pois cada vez mais as farmacêuticas vêm investindo em marketing, com propagandas massivas falando sobre o alívio rápido que determinados medicamentos proporcionam e fazendo uso de personalidades conhecidas como forma de ganhar maior adesão do público. Inclusive, com base no artigo "Propaganda de medicamentos no Brasil: É

em: <https://www.cff.org.br/userfiles/file/Usos%20de%20Medicamento%20-%20Relat%3b3rio%20_final.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2021.

²⁶ Instituto de Ciência, Pesquisa e Tecnologia. **Automedicação no Brasil (2018)**. Disponível em: <<https://www.ictq.com.br/pesquisa-do-ictq/871-pesquisa-automedicacao-no-brasil2018>>. Acesso em: 07 jul. 2021.

²⁷ Conselho Federal de Farmácia. **Dados 2020**. 2021. Disponível em: <<https://www.cff.org.br/pagina.php?id=801&titulo=Boletins>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

²⁸ FREITAS, Gabriel. **Ensaio sobre os custos da mortalidade associada ao uso de medicamentos no Brasil**. 2017. 195 f. Tese (Doutorado), 2017. Cap. 9. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/174473/001061117.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 09 jul. 2021.

²⁹ Egle Leonardi. **Autodiagnóstico médico no Brasil - pesquisa na íntegra**. Instituto de Ciência, Pesquisa e Tecnologia. Disponível em: <<https://www.ictq.com.br/vareio-farmacutico/785-autodiagnostico-medico-no-brasil-pesquisa-na-integra>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

possível regular?”³⁰, de Álvaro César Nascimento, parte dessa problemática vem da própria RDC 102/2000, da Anvisa, que deveria, em tese, regulamentar essa forma de publicidade, mas que na verdade deixa muitas brechas, que acabam por incentivar a automedicação. Como destacado por Nascimento, essa resolução é problemática, pois determina que as medidas contra publicidades que podem trazer algum risco para a população sejam efetuadas a posteriori, ou seja, quando a exposição já ocorreu; as multas têm valor irrisório comparado ao lucro obtido pela venda dos medicamentos veiculados, e não há mecanismos que impeçam que elas sejam repassadas ao preço pago pelo consumidor; além da frase obrigatória “ao persistirem os sintomas o médico deverá ser consultado”, que induz a população a antes se automedicar, e somente se os sintomas persistirem procurar ajuda médica. Com isso, uma proposta interessante, e que já é adotada em países como Reino Unido; França; México e Equador, é a apresentação e a aprovação prévia dessas publicidades, o que impede que determinadas campanhas sejam disponibilizadas à população.

Desta maneira, essas situações que corroboram para que a população se automedique são extremamente nocivas, pois os riscos da automedicação são muitos e afetam, inclusive, outros indivíduos. Um exemplo é o uso indiscriminado dos antibióticos, o que leva ao desenvolvimento de bactérias cada vez mais resistentes (superbactérias), dificultando o combate a infecções. Por esse motivo, a partir de novembro de 2010, através da RDC 44, a Anvisa determinou que a venda de antibióticos só poderia ocorrer com prescrição médica, sendo que uma via deve ficar retida na farmácia, além de que todas essas prescrições

devem ser registradas no Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC)³¹. Além dos antibióticos, outros medicamentos necessitam da apresentação de prescrição médica, caso dos que possuem tarja preta ou vermelha. Medicamentos tarja preta são os psicotrópicos, usados em distúrbios do sistema nervoso central, como antidepressivos e antiepilépticos, sendo que o uso indevido destes pode levar ao coma e até a morte. Os de tarja vermelha, como os antibióticos, são menos nocivos, mas também podem trazer efeitos graves. Entretanto, nem todos requerem que uma via da receita seja retida na farmácia, o que possibilita a venda de muitos desses medicamentos sem prescrição médica.

Outro risco se dá devido ao armazenamento em casa, com a criação de uma espécie de “farmácia caseira”, em que muitos medicamentos são guardados de forma indevida, além da não verificação da validade, fatos que não só reduzem a eficácia, como também podem torná-los tóxicos. Com base no Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINTOX), no ano de 2017, os medicamentos ocupavam a primeira posição dos casos de intoxicação por agente tóxico e seco, com 27,1% dos casos, e a segunda posição no total de óbitos. O maior número de intoxicações se deu com crianças entre 0 e 4 anos, o que alarma ainda mais para os riscos de se armazenar medicamentos em casa, seguido pelos casos entre adultos de 20 a 29 anos³².

Além disso, a automedicação pode agravar doenças pré-existentes, como analgésicos e anti-inflamatórios que podem intensificar problemas gástricos; ter efeito anticoagulante; gerar hemorragias; prejudicar pacientes com problemas cardíacos ou renais e agravar a

³⁰NASCIMENTO, Álvaro César. **Propaganda de medicamentos no Brasil: é possível regular?** Ciência & Saúde Coletiva, [S.L.], v. 14, n. 3, p. 869-877, jun. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <<http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232009000300022>>. Acesso em: 10 jul. 2021

³¹ANVISA. **Novas regras para antibióticos entram em vigor**. Conselho Federal de Farmácia, 2010. Disponível em: <<https://cff.org.br/noticia.php?id=577&titulo=Novas+regras+para+anti+bi%C3%B3ticos+entram+em+vigor>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

³²BRASIL. **Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas**. Fiocruz. Dados de intoxicação. 2021. Disponível em: <<https://sintox.icict.fiocruz.br/dados-nacionais>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

hipertensão. As medicações também podem interagir entre si, alterando sua eficácia ou potencializando seus efeitos. Há também os riscos de ocasionar reações alérgicas, como os antitérmicos, podendo gerar edemas (inchaço) na glote, impedindo a passagem de ar para os pulmões. Ademais, há o risco de se promover a dependência, como no caso de descongestionantes nasais, que podem levar também a taquicardia, elevação da pressão arterial e rinite medicamentosa³³.

A partir de 2020, com a pandemia da Covid-19, a automedicação se intensificou ainda mais, pois, no desespero de encontrar uma forma de proteção, muitas pessoas passaram a fazer uso de medicações sem eficácia comprovada. Essa situação é conhecida como “infodemia”, quando há um compartilhamento excessivo de informações não acuradas em situações extremas, como de uma pandemia. Inclusive, o próprio presidente da República contribuiu para essa disseminação, e, lamentavelmente, permanece o fazendo, com a promoção de muitos medicamentos que já foram cientificamente descartados no tratamento contra a Covid-19 devido à sua ineficácia comprovada. Entre eles, destacam-se: cloroquina, hidroxicloroquina, ivermectina e azitromicina, medicamentos que passaram a integrar o “tratamento precoce”, também conhecido como “kit covid”.

Como dito anteriormente, a regulação medicamentosa no país é de responsabilidade da Anvisa, todavia os médicos são os profissionais que diagnosticam a enfermidade a fim de definir o melhor tratamento possível. No início da pandemia, como não se possuía nenhuma forma de tratar a Covid-19 - e até o dado momento não há -, medicamentos foram utilizados para prover um acolhimento para os pacientes e também a fim de se testar as drogas disponíveis, que são utilizadas em outras

doenças, para essa nova que acabara de surgir. Contudo, após quase 16 meses do início da pandemia, uma série de médicos ainda prescreve os mesmos, corroborando com a desinformação. O próprio Conselho Federal de Medicina defende, até o momento, que médicos possam prescrever indiscriminadamente³⁴, contra as evidências científicas, contra as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e contra a comunidade científica internacional e nacional. Um exemplo do que a promoção desses medicamentos causa, mesmo depois da ineficácia comprovada contra Covid-19, foi dada pelo doutor em microbiologia Atila Iamarino: “imagina que você quer mandar as pessoas para morrer, se você pegar essas pessoas e colocar em um avião e pedir para elas pularem, elas não vão querer pular, porque estão sem paraquedas. Você vai fazer mais pessoas pularem se der uma mochila sem paraquedas dentro, pois elas vão se sentir seguras”³⁵. O tratamento precoce no Brasil dá uma falsa sensação de segurança para as pessoas, elas se expõem mais ao vírus e atrasam a busca profissional em UPA's e hospitais quando começam a se sentir mal.

Para se ter uma ideia do contingente de pessoas que aderiram a esses “kits”, a hidroxicloroquina e a cloroquina tiveram suas receitas aumentadas de R\$55 milhões em 2019, para R\$91,6 milhões em 2020; a ivermectina passou de uma venda de R\$44 milhões em 2019, para R\$409 milhões em 2020. Esses e outros medicamentos representaram uma movimentação de cerca de R\$500 milhões nas farmacêuticas nacionais em 2020³⁶, ou seja, essa

³³Luciana Barbosa. Blog da Saúde. **Uso Racional de Medicamentos: riscos da automedicação**. 2021. Disponível em: <<http://blog.saude.mg.gov.br/2020/05/04/uso-racional-de-medicament-os-riscos-da-automedicacao/>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

³⁴Igor Gadelha. Metrópoles. **Conselho Federal de Medicina defende à CPI tratamento “off label”**. 2021. Disponível em: <<https://www.metrosoles.com/colunas/igor-gadelha/conselho-federal-de-medicina-defende-tratamento-off-label-a-cpi>>. Acesso em: 10 jul. 2021

³⁵Trecho extraído da live do dia 24 mar. 2021, minutagem 49:10. Disponível em: <<https://youtu.be/spvxziMNYb>>. Acesso em: 10 jul. 2021

³⁶Melo, José Romério Rabelo et al. **Automedicação e uso indiscriminado de medicamentos durante a pandemia da COVID-19**. Cadernos de Saúde Pública [online]. v. 37, n. 4. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00053221>>. Acesso em: 07 jul. 2021.

disseminação de informações não só elevou a automedicação, como também foi extremamente benéfica para muitas empresas do ramo farmacêutico, muito embora, após algum tempo, muitas afirmaram que tais medicamentos não eram seguros no tratamento da Covid-19. De acordo com o médico infectologista Fernando Martins Selva Chagas, em entrevista ao G1, ele não só presenciou casos graves ou até óbitos de pessoas que fizeram uso do tratamento precoce, como também casos de pacientes que desenvolveram pancreatite pelo uso prolongado da ivermectina, pacientes apresentando arritmia cardíaca com causa provável o uso indiscriminado de azitromicina, entre outros³⁷. Logo, é possível perceber que essa prática, ao invés de gerar proteção contra a Covid-19, acabou acarretando outros problemas para aqueles que passaram a fazer uso desses medicamentos de forma indiscriminada.

Desta forma, é notável que a automedicação é algo enraizado na cultura de grande parte dos brasileiros, com destaque para a intensificação do fenômeno durante a pandemia da Covid-19. Tendo em vista os efeitos adversos que essa prática pode acarretar, fato que, lamentavelmente, foi ainda mais evidenciado nesta pandemia, torna-se necessário encarar a automedicação com mais atenção. É preciso que não só o governo adote medidas como controle de publicidades e campanhas de conscientização, mas também pensar se, de fato, a automedicação é uma solução ou se é um problema com danos tão graves quanto os motivos que nos levam a ela.

³⁷Iara Alvez; Kryz Carneiro. G1. **Infectologista relata complicações em pacientes por Uso de medicamentos em 'tratamento precoce' contra Covid-19.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/01/20/infectologista-relata-complicacoes-em-pacientes-por-uso-de-medicamentos-em-tratamento-precoce-contracovid-19.ghtml>>. Acesso em: 14 jul. 2021.

Cringe, eu?

Camila Batista
Patricia Specimille



Imagem. Disponível em: https://www.oficinadanet.com.br/midias_sociais/37220-significado-cringe-millennials-geracao-zy. Acesso em: 23 jul. 2021.

Se você gosta de tomar café da manhã, ri na internet utilizando o emoji “chorando de rir”, lê jornal impresso, bebe cerveja “litrão”, usa *hashtags* no instagram e paga boletos, sinto em lhe informar, caro leitor, mas você possivelmente é *cringe*.

Atualmente, surgiu na internet uma discussão acerca do termo *cringe*, que, proveniente da língua inglesa, é empregado como uma gíria para situações vergonhosas ou embaraçosas³⁸. Neste contexto, esta expressão vem sendo usada pelos jovens brasileiros como forma de diferenciar os padrões de linguagem e de

comportamento social da geração Y, também chamada de *Millennial*, e da geração Z.

São seis as gerações que coexistem nos dias atuais: os nascidos de 1928 até 1945 fazem parte da geração de veteranos ou tradicionais; os nascidos entre 1946 e 1964 são chamados de *Baby Boomers* (denominados assim pelo boom demográfico dos Estados Unidos); enquanto que entre 1965 e 1980, pertencem à geração X. Já a geração Y é composta pelos nascidos entre 1981 a 1996; de 1997 a 2012 a geração Z e, por fim, a partir de 2013, a geração Alpha³⁹. Lembrando que, de acordo com a literatura utilizada, podem haver alterações a respeito de tais classificações. Alguns estudiosos caracterizam a noção de geração como mera cronologia, porém outros, como por exemplo Dilthey, diz que essa ideia consiste na partilha, entre as pessoas, do mesmo conjunto de experiências, do mesmo “tempo qualitativo” e, ainda completa, que a formação das gerações foi consequentemente baseada em uma temporalidade concreta, constituída de acontecimentos e experiências compartilhadas. Outrossim, em sua análise, Mannheim (1952) considerou as gerações como uma dimensão analítica proveitosa para o estudo da dinâmica das mudanças sociais. Para ele, as gerações são capazes de produzir mudanças sociais na colisão entre o tempo biográfico e o tempo histórico, ao passo que podem ser consideradas o resultado de descontinuidades históricas e,

³⁸Istoé. O que significa ‘cringe’? Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/o-que-significa-cringe-entenda-a-e-xpressao-que-viralizou-na-internet/>. Acesso em: 15 jul. 2021.

³⁹Michael Dimock. Pew Research Center. Definindo gerações: onde a geração Y termina e a geração Z começa. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2019/01/17/where-millennials-end-and-generation-z-begins/>. Acesso em: 06 ago. 2021.

portanto, de mudanças⁴⁰. Já para Ortega y Gasset, considerado o maior filósofo espanhol do século XX, “a geração é um compromisso dinâmico entre massa e indivíduo, é o conceito mais importante da história, e, por assim dizer, o vértice sobre o qual esta realiza seus movimentos”⁴¹. Dessa maneira, as gerações não são homogêneas, e são construídas e condicionadas de acordo com seu contexto político, social, histórico, econômico, cultural e, sobretudo, pelas relações intergeracionais, marcadas pelo compartilhamento de experiências e transformações que ocorrem no mundo, fatos esses que tornam-se um “prato cheio” para a incidência de reflexões a respeito das diferenças que compõem as gerações.

Como afirmam Carles Feixa e Carmem Leccardi, esses conceitos tornam-se importantes na composição de debates para as Ciências Sociais e Humanas, pois são usados como metáfora para a construção social do tempo. Contudo, vale frisar que o uso de tais conceituações está enraizado no contexto europeu, no período entre a Grande Guerra e a Segunda Guerra Mundial⁴². Assim, por meio de generalizações atribuídas às gerações, é essencial analisar tais conteúdos a partir de uma perspectiva socioeconômica, destacando sua relevância para os debates contemporâneos.

As transformações que o capitalismo vem sofrendo, como por exemplo a crescente financeirização e as mudanças nas relações de trabalho ao longo da história; a automatização de máquinas, a modernização e desenvolvimento tecnológico, provocados pela Revolução Técnico-Científica-Informacional, trouxeram diversas implicações no âmbito político, econômico e ideológico no que se diz

respeito ao individualismo e ao imediatismo das relações atuais. Gerações como a X, em sua vida adulta, e os *Millennials*, em sua juventude, puderam experimentar a era da internet e a “invasão tecnológica”, enquanto a Geração Z, teve sua infância intimamente ligada à expansão exponencial da internet e dos aparelhos tecnológicos, e com isso passou a ser conhecida como “nativos digitais”⁴³. Entretanto, é necessário pontuar que o avanço do mundo digital não é inclusivo, e as desigualdades socioeconômicas refletem-se diretamente no acesso a esses aparelhos. Ademais, Marc Prensky, professor e educador americano, responsável por conceituar o termo “nativos digitais”, aplica-o apenas às pessoas que nasceram após 1980 e que cresceram familiarizadas com a tecnologia⁴⁴. Diferentemente dos veteranos, que, nascidos antes e durante a Segunda Guerra Mundial, vivenciaram marcos como a Grande Depressão e a queda do Muro de Berlim, em um contexto histórico e social díspar das gerações mais novas, e só experimentaram esses meios tecnológicos tardiamente. Do mesmo modo, os *Baby Boomers*, nascidos no pós-guerra, marcados pela Guerra Fria⁴⁵.

Vale salientar que, por serem heterogêneas, em uma mesma geração existem progressistas e conservadores, extremistas e pacificadores, pois cada uma delas adquire referências de diversos grupos geracionais e sociais. Além do mais, essas influências sociais e culturais também refletem diretamente no perfil das gerações, podendo influenciar suas visões de mundo e, dessa maneira, seus comportamentos, por exemplo, dentro do mercado de trabalho.

⁴⁰FEIXA, Carles, LECCARDI, Carmen. **O conceito de geração nas teorias sobre juventude.** Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/QLxWgzvYgW4bKzK3YWmbGij/?lang=pt>>. Acesso em: 06 ago. 2021.

⁴¹Texto extraído de Gênese das teorizações sobre a juventude de Elizeu de Oliveira Chaves Júnior. Acesso em: 10 jul. 2021.

⁴² FEIXA, Carles, LECCARDI, Carmen. Idem.

⁴³Maximiliano Meyer. **Quais as diferenças entre as gerações X, Y e Z e como administrar os conflitos.** Disponível em: <<https://www.oficinadanet.com.br/post/13498-quais-as-diferencas-entre-as-geracoes-x-y-e-z-e-como-administrar-os-conflitos>>. Acesso em: 09 ago. 2021.

⁴⁴**O que são nativos digitais e o que os diferencia de celebridades?** Disponível em: <<https://www.influency.me/blog/nativos-digitais/>>. Acesso em: 09 ago. 2021.

⁴⁵ Maximiliano Meyer. Idem.

Os Baby Boomers “são propensos a trabalhar arduamente e normalmente não fazem reivindicações, mesmo com sentimento de desconfiança com relação à liderança. Carregam consigo a expectativa de permanecerem por muitos anos no mesmo emprego” (MARTINS, FLINK, 2013, p. 3). Já os membros da geração X, para Moraes (2016, p. 185), “tendem a valorizar o trabalho e a estabilidade financeira, na condição de garantir a realização de desejos pessoais e materiais” e os Millennials, em que “99% dos nascidos entre 1980 e 1993 só se mantêm envolvidos em atividades que gostam, e 96% acreditam que o objetivo do trabalho é a realização pessoal” (LOIOLA, 2009, p.1)⁴⁶. Em contrapartida a estas, as gerações mais novas, Y e Z, ingressam em maior número no Brasil ao ensino superior ou ao ensino técnico, por causa de investimentos governamentais e políticas públicas de permanência. Como exemplos, têm-se as cotas raciais e socioeconômicas, criadas pela lei nº 12.711, de agosto de 2012, conhecida também como Lei de Cotas⁴⁷, o que permite a estas pessoas obter maior acesso à formação acadêmica, e a mais informações.

Dessa forma, como citado, traçar tais perfis generalizados se mostra incapaz de contemplar os problemas sociais existentes, e estes, por sua vez, assolam grande parte do país e perpassam todas as gerações, tais como problemas sociais, econômicos e ambientais. Segundo Bourdieu (1998), as condições estruturais existentes, que reproduzem as desigualdades sociais, condicionam o indivíduo em suas trajetórias individuais, trajetórias de classe⁴⁸. Assim, indivíduos em vulnerabilidade socioeconômica tendem a participar menos de manifestações

culturais elitizadas que dizem respeito a seu grupo geracional, e comumente seguem as trajetórias de vida referentes a sua classe, bem como seus sucessores. Esta análise é aprofundada no conceito de estratificação social⁴⁹, que classifica os indivíduos de acordo com suas classes sociais e, para além disso, identifica como as desigualdades são socialmente construídas. A desigualdade, por sua vez, contribui efetivamente para a disparidade, não só de gerações, como também entre as classes. Um exemplo nítido desse contraste se encontra na era digital.

Também conhecida como Era da Informação, a era digital⁵⁰, que invadiu a vida da geração X e desde então se faz presente na formação das seguintes, permite, com os avanços tecnológicos, um amplo acesso ao fluxo global de informações, para aquelas que - é claro - podem se conectar. Segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio da Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílios Contínua (PNAD Contínua), no ano de 2019, cerca de 40 milhões de brasileiros não possuíam acesso à internet, parte por falta de interesse, por considerar o serviço caro, e outra por nenhum morador saber utilizá-la⁵¹. Fato esse que é preocupante, pois priva famílias de classes inferiores ao acesso à informação e ao ensino, o que se tornou ainda mais perceptível na pandemia da Covid-19, iniciada em 2020, além, também, de caracterizar a exclusão de gerações mais antigas, que têm maiores dificuldades de se adaptar à nova era.

Salvo que, aos que possuem acesso, as interações entre as redes, mesmo muitas vezes

⁴⁶Gerações e mercados de trabalho: suas relações com as organizações. Disponível em: <<file:///C:/Users/ADM/Downloads/32855-Texto%20do%20artigo-97569-1-10-20171209.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2021.

⁴⁷Politize. Cotas raciais no Brasil: o que são? Disponível em: <<https://www.politize.com.br/cotas-raciais-no-brasil-o-que-sao/#:~:text=A%20consolidada%20a%20das%20cotas%20aconteceu.estudantes%20egressos%20de%20escolas%20p%C3%ABlicas>>. Acesso em: 09 ago. 2021.

⁴⁸Idem ibidem.

⁴⁹Significados. Estratificação Social. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/estratificacao-social/>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

⁵⁰Uol. Era da informação. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/era-informacao.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

⁵¹Abranet. IBGE: 40 milhões de brasileiros não têm acesso à internet. Disponível em <<https://www.abranet.org.br/Noticias/IBGE%3A-40-milhoes-de-brasileiros-nao-tem-acesso-a-Internet-3345.html?UserActiveTemplate=site#YPxoiY5KilU>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

sendo nocivas, também vêm causando um impacto positivo nas gerações, com o alargamento de horizontes sociais. Por meio do paradigma atual de “desconstruir para reconstruir”, as novas gerações apresentam uma clara inclinação à preocupação social. No que se refere aos preconceitos, práticas e comportamentos que outrora eram normalizados e aceitos, e, assim passam, cada dia mais, a serem repudiados, tais como o machismo, a homofobia, o racismo e atitudes negativas que atingem o âmbito socioambiental.

Todas as diferenças políticas, culturais, históricas, econômicas e sociais citadas, contribuem para uma reflexão direta sobre a discrepância entre as gerações. Dessa forma, este debate - ser ou não ser, *cringe* - não se restringe aos *Millenials* e a geração Z, exemplo disso podemos atribuir a - boa, velha e conhecida - frase “na minha época não era assim...”. Afinal, quem de nós nunca ouviu isso de alguém mais velho? Com o passar dos anos as gerações se permeiam, isto é, não se nasce, cresce e envelhece na mesma época, e sim em períodos diferentes. Isso proporciona a cada indivíduo experiências singulares conforme os anos, e daí surge a atribuição da recorrente frase “na minha época não era assim”. A questão é que quem ouve esta frase, por muitas vezes, sente-se incomodado, mas, futuramente, tende a reproduzi-la para a geração mais nova.

Com a popularização do termo *cringe*, ele passou a ser atribuído, no Brasil, para algo além da “vergonha alheia”. Comumente utilizado nas redes sociais, o termo que tem como intuito repudiar atitudes ditas como velhas, ultrapassadas e até mesmo “bregas” e

“cafonas”, não passa de um incômodo da geração mais nova com as atitudes da geração passada, que não seguem as tendências da nova era.

Assim, *cringe* nada mais é que um termo moderno para marcar um conflito antigo entre os grupos geracionais, uma maneira de se encontrarem e, inevitavelmente, conflitarem ao estabelecer suas diferenças, que se estruturam conforme seu contexto histórico e suas particularidades. Da mesma maneira que os jovens nascidos nos anos 1990 achavam “cafonas” os comportamentos e gostos de pessoas mais velhas, a geração Z acha *cringe* quem, por exemplo, assiste ao jornal, usa calça *skinny* e não tem paciência em ver vídeos do *TikTok*. O que, dada a velocidade das redes e o imediatismo atual, vem passando a também ser descaracterizado, sendo “*cringe* falar *cringe*”.

Esse encontro intergeracional nos convida a refletir e a reconhecer as diferenças e semelhanças entre as gerações, seja ela veteranos, *baby boomers*, X, Y, Z ou Alpha, e não apenas referente à cultura e ao estilo de vida, mas às discrepâncias sociais, históricas e econômicas responsáveis por caracterizá-las e, assim, moldar comportamentos que são refletidos em nossa sociedade, no fazer político e nas relações interpessoais.

A mercantilização do feminino: capitalismo e padrão estético

Maya Pavan
Nicole Sansoni



Beleza e revolução: ideais opostos. Disponível em: <<https://medium.com/gg-feminista/beleza-e-revolu%C3%A7%C3%A3o-ideais-opostos-f31d7637ad41>> Acesso em: 28 ago. 2021.

As olimpíadas de 2021 ilustraram grande representatividade feminina e diversos episódios ativistas, como foi o caso das ginastas alemãs que optaram por usar macacões de corpo inteiro em sua apresentação nas eliminatórias. Apesar de parecer uma simples decisão, as atletas demarcaram sua posição acerca da pauta, criado a fim da promoção da liberdade de escolha e de conforto, em detrimento à sexualização feminina, haja vista os collants tradicionalmente utilizados⁵².

⁵²CNN. Olimpíadas: Contra sexualização, ginastas alemãs usam roupas de corpo inteiro. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/esporte/olimpiadas-contra-sexualizacao-ginastas-alemas-usam-roupas-de-corpo-inteiro/>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

Dessa forma, é importante refletirmos: esse processo de sexualização do feminino é natural? Quais são as consequências desse olhar erótico acerca das mulheres? De onde surge essa mercantilização de mulheres, por que ela é voltada exclusivamente ao gênero feminino e, mais importante, quem se beneficia desta?

Inicialmente, vale destacar que a história de uma sociedade explica, em grandes proporções, as causas de situações presentes. Com isso, ao relacionar tal afirmação ao conteúdo desta resenha, não é exagero dizer que vivemos em uma sociedade machista, em que o homem detém poder sobre a mulher. Logo, o feminino não é individual, é posse e deve estar de acordo com as imposições de quem a possui, de acordo com o conceito de machismo apontado pelos estudantes Letícia Barbano e Daniel Marinho Cezar da Cruz, no artigo “Machismo, patriarcalismo, morte e a dissolução dos papéis ocupacionais”⁵³. O sexo feminino entrou em peso no mercado de trabalho formal apenas durante a Segunda Guerra Mundial, ou seja, em um cenário de falta de mão de obra formal do sexo masculino⁵⁴. A feminilidade ser vista como um objeto não é motivo de espanto, devido a

⁵³BARBANO, Letícia; MARINHO, Daniel. MACHISMO, PATRIARCALISMO, MORAL E A DISSOLUÇÃO DOS PAPÉIS OCUPACIONAIS. Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social, v.3 n.1, p.159-165. ISSN: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=4979/497950367006>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

⁵⁴QUERINO, Luciane; DOMINGUES, Mariana; LUZ, Rosângela Cardoso da. A EVOLUÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO. Revista dos Descendentes da Faculdade Eça de Queirós, Jandira, v. 2, n. 2, p. 1-32, ago. 2013. Acesso em: 20 ago. 2021.

uma sociedade patriarcal na qual mulheres eram vetadas de trabalhar fora de seus lares, votar, ter seus direitos reprodutivos e, em resumo, ter autonomia em suas escolhas - ou seja, em uma sociedade que favorece o masculino.

A partir disso, a sociedade capitalista, visando o lucro, observou tais comportamentos sexistas e criou o que se conhece atualmente como “padrão estético”. Assim, muito do que se entende hoje por belo nada mais é do que um padrão social criado, em que uma indústria lucra com a insegurança das mulheres, que na grande maioria dos casos é fruto da incapacidade de alcançar tais padrões. Logo, na medida em que a sociedade muda, o capital se altera, perpetuando a mesma lógica lucrativa. Exemplo claro disso é a mercantilização do corpo feminino, que pode ser ilustrada pelo conceito de celulite, antes visto como “inflamação do tecido celular ou laminoso”, de acordo com a 12ª edição do Dicionário de Medicina liderada por Littré e Robin. No entanto, entre as décadas de 1920 e 1930, o conceito de celulite se tornou político e econômico, a partir de estudos que diziam que a causa da celulite seria advinda de “sedentarismo, atitudes cansativas há muito mantidas, o neuroartrismo, trauma conjugal e, em virgens, distúrbios no ritmo da circulação útero-ovariana e secreções hormonais”, declaração do médico Eric Wetterwald em seu livro “O que é celulite?”. A problemática se inicia no instante em que a celulite se torna “a doença da moda”; os estudos não possuem profundidade suficiente segundo a socióloga Rossella Ghigi, os pesquisadores se contradizem e a indústria cosmética fomenta ideais como os do Dr. Wetterwald, uma vez que cremes, loções e diversos outros “cosméticos milagrosos” tornaram-se uma indústria bilionária⁵⁵.

Dessa maneira, discursos de autocuidado são outro exemplo da pressão estética que mulheres sofrem diariamente, e que vem sendo cada vez mais romantizada. Durante o período de distanciamento social, cresceu nas mídias sociais a ideia do skin care, “cuidados com a pele” em tradução livre, que seria um momento de autocuidado inserido na sua rotina diária, baseado em usar diversos produtos para “melhorar” o aspecto da pele. Essa ideia é disseminada, em grande parte, por meio de influenciadores digitais, e é direcionada principalmente às mulheres, as quais são pressionadas a seguir padrões estéticos irrealistas e irracionais. Até que ponto essa “moda do bem” é de fato um fruto do amor próprio, como se vende? É notável a incoerência nos discursos de autocuidado que se disseminaram na internet, já que muitas vezes eles servem como propaganda para produtos ditos “dermocosméticos” - termo criado pela indústria cosmética, com a finalidade de inseri-los no mercado com mais facilidade, mas que legalmente não existe. Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), existem apenas “medicamentos”, produtos com efeitos terapêuticos destinados ao tratamento ou a recuperação da saúde de uma pessoa, e “cosméticos”, produtos de venda livre destinados à higiene pessoal, estética e cuidados com a pele sem efeito terapêutico⁵⁶. Logo, não existe nenhuma regulamentação no Brasil que permita uma marca ser reconhecida como dermocosmética, sendo esse termo, então, apenas uma estratégia de marketing para aumentar a confiança entre o público-alvo.

Diante do exposto, é possível depreender como os padrões de beleza estão interligados com a lógica capitalista e seu decorrer na história. Durante o Renascimento⁵⁷, o padrão de beleza

⁵⁶Luciana Vilela. **Cosmético ou dermocosmético – qual a diferença?** 2017. Disponível em: <<https://www.mulhersemphotoshop.com.br/2017/11/cosmetico-dermocosmetico.html>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

⁵⁷Gabriela Brito. Revista Brado. **Padrão de beleza: um olhar colonizado sobre corpos femininos.** Disponível em:

⁵⁵GHINI, Rossella. **Le corps féminin entre science et culpabilisation. Travail, genre et sociétés.** 2004. v. 2, n. 12, p. 55-75. DOI : 10.3917/tgs.012.0055. Acesso em: 26 ago. 2021.

exaltado das mulheres era ter formas mais avantajadas e curvas voluptuosas, assim como é representado na pintura de Ticiano “Vênus de Urbino”⁵⁸. Isso porque, naquele contexto em que faltavam tecnologias para conservar os alimentos, ter um corpo com acúmulo de gordura era sinônimo de estar em uma classe social elevada. Atualmente, não é incomum ouvir que “ninguém é feio, só é pobre” ou comparar fotos de famosos “antes e depois” de alcançarem um padrão financeiro mais elevado. Isso é semelhante à forma como as mulheres renascentistas eram consideradas belas por terem uma fortuna suficiente para se alimentarem bem o ano inteiro. Hoje, os sex symbols ou “símbolos sexuais” são aqueles com dinheiro suficiente para se alimentar bem, praticar esportes, cuidar da pele e do cabelo, frequentar clínicas estéticas e consumir diversos produtos cosméticos. Introduzindo a questão da ideologia capitalista como o universo em que o corpo adquire seu atual significado, esse corpo atinge, então, o status de objeto de consumo no contexto da imposição da perfeição, direcionada principalmente às mulheres, o que é um sistema altamente lucrativo. A indústria cosmética brasileira, por exemplo, cresce ano após ano, e atingiu a marca de US\$29,6 bilhões de faturamento em 2019⁵⁹.

Ademais, o que temos é um fenômeno contemporâneo de supervalorização da beleza: a intensa busca por atender a padrões de beleza corporais. Assim, sujeita-se o corpo à exploração econômica da erotização e dos produtos embelezadores, que submete as pessoas a uma forma de poder controlador que

se dá pelo controle-estimulação, de maneira a favorecer determinados comportamentos de consumo. Podemos enxergar isso claramente nas redes sociais, principalmente nos chamados “publiposts”, ou postagens de propagandas, utilizados por marcas para divulgar seus produtos em perfis de influenciadores digitais. A partir disso, o que temos é a implementação de uma cultura consumista da perfeição por um amplo aparato ideológico, que perpassa as organizações familiares e tem seus desmembramentos mais visíveis nas ações enfáticas das mídias de massa. Conforme explica Fredric Jameson (2006), “[...] a economia veio a se sobrepor à cultura, de modo que tudo, incluindo a produção de mercadorias e as altas finanças especulativas, tornou-se cultural e que a cultura, analogamente, tornou-se profundamente econômica e orientada pela mercadoria”⁶⁰. Abarcado pela lógica do sistema de capital, no qual, neste contexto, os corpos são considerados mercadorias, a coisificação das mulheres é um traço cultural que enxerga o corpo feminino como um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades de qualquer tipo.

Destarte, os impactos culturais resultantes da pressão social por um padrão estético inalcançável são inúmeros. Lipo LAD (Lipoaspiração de Alta Definição, também chamada de lipoaspiração HD), lipoaspiração, toxina botulínica (o famoso “botox”), próteses de silicone, rinoplastia e preenchimentos utilizando ácido hialurônico são apenas alguns exemplos de modificações corporais realizadas através de cirurgia plástica, feitas puramente com um objetivo estético a fim de suprir uma exigência sociocultural⁶¹. Além disso, vale destacar que distúrbios alimentares restritivos,

<<https://medium.com/revista-brado/mulheres-padr%C3%A3o-de-beleza-um-olhar-colonizado-sobre-corpos-femininos-a696957a4288>>.

Acesso em: 23 ago. 2021.

⁵⁸Vênus de Urbino. Disponível em: <<https://g.co/kg/m05Mtp>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

⁵⁹Negócios SC. **O surpreendente mercado de beleza no Brasil e seu público.** Disponível em: <<https://negociossc.com.br/blog/o-surpreendente-mercado-de-beleza-no-brasil-e-seu-publico#:~:text=O%20faturamento%20do%20mercado%20de,Estados%20Unidos%2C%20China%20e%20Jap%C3%A3o>>.

Acesso em: 25 ago. 2021.

⁶⁰JAMESON, F. **Pós-modernismo e sociedade de consumo.** Em: JAMESON, F. *A virada cultural: reflexões sobre o pós-moderno* (p.127-128). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

⁶¹Patricia Specimille e Ruth Stein. **O preço da Perfeição.** Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/10u8u2IPuizn5bUNmp_fSegM5SDrkUpi/view?usp%20=drivesdk>. Acesso em: 28 ago. 2021.

como a anorexia e a bulimia, são mais comuns em mulheres⁶², o que evidencia a disparidade de pressão estética sofrida por homens e mulheres. Segundo Adriano Segal, diretor de Psiquiatria de Transtorno Alimentar da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (Abeso), a anorexia atinge 1% da população feminina mundial, enquanto que a bulimia chega a 5%, sendo a prevalência entre os homens de cinco a dez vezes menor que a incidência entre as mulheres. Apesar de frequentemente serem vistas por muitos como banais, essas doenças, quando não tratadas, podem evoluir para casos graves. Entre 5% e 18% das pessoas com anorexia morrem, a bulimia pode evoluir para câncer no esôfago e a compulsão alimentar pode ser causa ou consequência da depressão, devido ao sentimento de culpa e angústia após episódios compulsivos⁶³. Assim sendo, sobre a busca desenfreada pela perfeição dos corpos, e a representação mental distorcida que diversas mulheres fazem de seus próprios corpos, a doutora Denise Bernuzzi de Sant'Anna constata: "Quando a saúde e a beleza são vistas como capitais, o trabalho de melhorar o estado físico torna-se infinito"⁶⁴.

Sendo assim, esse olhar erótico e esse padrão estético são considerados, por muitos estudiosos, uma manutenção do patriarcado, como na afirmação da socióloga Rosella Ghigi: "[...]desse 'mito da beleza', uma verdadeira estratégia midiática expressamente desenhada para preservar o poder dos homens, diante da ascensão da independência econômica das mulheres e sua entrada no mundo". Assim, é

possível afirmar que a hipersexualização do feminino é um dos maiores propulsores da misoginia, uma vez que a necessidade por corpos perfeitos apenas ilustra um pretexto para a repulsa ao corpo feminino adulto, cenário esse que favorece a cultura da pedofilia.

A influência de uma sociedade capitalista e patriarcal reforça a compreensão de que a mulher ideal é aquela livre de pelos, rugas, celulites, marcas de expressão e diversas outras características que a diferenciam de uma criança⁶⁵. Desse modo, a cultura da pedofilia, reforçada principalmente pela indústria pornográfica, somada a um padrão estético imposto, advém de uma sociedade que manipula mulheres a se parecerem e se comportarem como crianças, exemplo claro de tal afirmação se encontra no que se conhece na indústria cinematográfica por "male gaze" (olhar masculino, em tradução livre). O termo, popularizado pela crítica de cinema Laura Mulvey em 1975, que faz referência a perspectiva masculina acerca de personagens femininas, voltou a ser pauta na internet com o lançamento do filme "Aves de Rapina", dirigido por Cathy Yan. A diretora sino-americana escolheu retratar a personagem Arlequina de forma explicitamente contrária a versão idealizada e dirigida por David Ayer em "Esquadrão Suicida", na qual a mesma era hipersexualizada e infantilizada por meio de cenas em que o foco desta era exclusivamente voltado a sua aparência, diferente da obra dirigida por Yan, que trouxe empoderamento, moda e maturidade à personagem⁶⁶.

⁶²Carol Prado. **Busca por padrões estéticos pode levar a distúrbios alimentares.** Disponível em: <<https://www.medicina.ufmg.br/busca-por-padroes-esteticos-pode-levar-a-disturbios-alimentares/>>. Acesso em: 28 ago. 2021.

⁶³Correio Braziliense. **A anorexia e a bulimia já atingem 1% e 5% das mulheres no mundo.** Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2009/07/09/interna_ciencia_saude,125004/a-anorexia-e-a-bulimia-ja-atingem-1-e-5-das-mulheres-no-mundo.shtml>. Acesso em: 28 ago. 2021.

⁶⁴Julio Pimentel. **Entrevista com Denise Bernuzzi de Sant'Anna.** Disponível em: <<http://revhistoria.usp.br/blog/?p=226>>. Acesso em: 28 ago. 2021.

⁶⁵Esqweb. **Cultura da pedofilia: A realidade por trás do padrão da estética feminina.** Disponível em: <<https://esquerdaweb.com/cultura-da-pedofilia-a-realidade-por-tras-do-padro-da-estetica-feminina/#:~:text=Cultura%20da%20pedofilia%3A%20A%20realidade%20por%20tr%C3%A1s%20do%20padr%C3%A3o%20da%20est%C3%A9tica%20feminina,-3%20de%20julho&text=A%20cultura%20da%20pedofilia%20%C3%A9,e%20se%20comportem%20como%20crian%C3%A7as.>>. Acesso em: 28 ago. 2021.

⁶⁶Julia Sabbaga. **Omelete. Como o olhar feminino fez diferença para Arlequina e Mulher-Maravilha.** Disponível em: <<https://www.omelete.com.br/dc-comics/arlequina-aves-de-rapina-mulher-maravilha-olhar-feminino>>. Acesso em: 28 ago. 2021.

Assim, o capital é gerado, muitas vezes, a partir da literal mercantilização de imagens e corpos. Além da manipulação midiática, que busca vender produtos ditos por femininos a partir de uma alienação que faz mulheres julgarem tais produtos imprescindíveis, tem-se a venda destes por meio de imagens positivas e de diversidade. Na comunidade LGBTQIAP+ o fenômeno é conhecido por "Pink Money", mas isso ocorre com diversas minorias, uma vez que uma empresa que expõe um caráter diverso, em termos de gênero, tem 33% a mais de chance de lucro do que uma empresa que não usa dessa fachada, segundo a consultoria americana Mckinsey⁶⁷. Para muitos, esse apoio às minorias é motivo de visibilidade, mas a que custo? Mulheres seguem com salários proporcionalmente menores e com alegações de assédio no local de trabalho, o que comprova o oportunismo de empresas que, aos olhos do público, se mostram feministas quando, na realidade, negligenciam as próprias funcionárias. Sendo assim, é possível ilustrar que o capitalismo é mercantil, o padrão feminino é vendido para, além do lucro, uma manutenção do patriarcado e, por isso, movimentos como o feminista são tão importantes em uma sociedade como a contemporânea.

⁶⁷Luis Lima. CNN. **Diversidade é a aposta das empresas para retomada competitiva no pós-pandemia.** Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/para-alem-do-pink-money-apanar-na-diversidade-melhora-qualidade-da-retomada/>>. Acesso em: 6 set. 2021.

Quando as máscaras vão cair?

Afonso Dantas de Sousa

Gabriel Nippes



Charge. 2021. Disponível em: <https://portalpiracicabahoje.com.br/charge/charge-erasmo-spadotto-mascara-bolsonaro/>. Acesso em: 22 jun. 2021.

Antes de ser usada como equipamento de proteção individual (EPI), a humanidade já fazia uso de máscaras com outras finalidades. Entre elas, existia o objetivo ritualístico na pré-história, no qual representava, muitas vezes, figuras e mitos da época. No teatro, o uso de máscaras nasceu como consequência da “sede” da expressão. Contudo, tratando-se do aspecto moral, o uso de máscaras condicionava um anonimato ao espaço individual e independente do ator, permitindo uma vida mais livre de precauções e julgamentos sobre quaisquer condutas, de modo que, sob a égide de uma máscara, o ator poderia vir a desenvolver um caráter anárquico e completamente desenfreado

⁶⁸. Desse modo, a expressão “retirar a máscara” tem como um de seus significados mostrar a verdadeira natureza das coisas, expor o fato em suas similitudes, por melhor ou pior que ele pareça. Nesse sentido, diante do cenário causado pela pandemia do novo Coronavírus, algumas máscaras parecem ainda não ter caído.

A primeira grande narrativa a ser desmascarada é a da volta ao mundo pré-pandêmico. Encarar, e aceitar por certo, que toda normalidade vivida outrora não será restaurada ou restituída ainda é um dos maiores desafios sociais vigentes. Dado que já ocorreram mortes aos milhares em todo o mundo, e o governo brasileiro não se compadece e se resguarda, a realidade, de maneira deturpada, ainda serve de incentivo para que a população marche às ruas, sob o pretexto de que “o país não pode parar”. O uso político de um eleitorado que fora colocado em coação em prol de uma normalidade que faria sentido aos anos anteriores a 2020, o qual reivindicava a reabertura do comércio e a volta ao trabalho de seus funcionários⁶⁹, são vestígios de que a “verdade” ainda não emergiu. Parecer hipnotizado num mundo repleto de mesmerismos é completamente plausível, mesmo assim, é impossível voltar ao passado. Ao abordarmos o terrível caráter fúnebre que, infelizmente, nos envolve, o que nós enquanto população podemos fazer é tentar prosseguir e

⁶⁸Grupo Girino. **Máscaras.** Disponível em: <https://formasanimadas.wordpress.com/mascaras/>. Acesso em: 26 jul. 2021.

⁶⁹Bernardo Caram. João Paulo Pires. Amanda Lemos. Folha de SP. **Bolsonaro chama população às ruas e diz que ato não é contra o Congresso.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/politico-que-tem-me-do-de-rua-nao-serve-para-ser-politico-diz-bolsonaro-sobre-dia-15.shtml>. Acesso em: 13 jun. 2021.

nos reajustar a essa nova normalidade, apesar do terror que nos cerca, carregando o fardo das lembranças e do luto a despeito de um novo Brasil depois da crise..

Os casos de má gestão da pandemia ao redor do mundo são, de certo, a grande razão para a impossibilidade de retomada a uma realidade pré-pandemia. O Brasil, em especial, tornou-se um péssimo exemplo. O Instituto Lowy⁷⁰ elaborou um estudo em que comparou a performance de 98 países no gerenciamento da crise da Covid-19. Segundo o Instituto, nenhum país lidou de forma tão ruim com a pandemia quanto o Brasil, o qual apareceu em última colocação no ranking. Logo no início da crise sanitária, o presidente Bolsonaro mostrou sinais claros do descaso, o que vem se perpetuando até o presente momento da pandemia, sendo responsável por minimizar e ignorar os riscos do vírus, comparando-o com uma simples "gripezinha". Gripe essa que, até o momento, ceifou mais de 500.000 vidas no Brasil. No início de 2020, quando a pandemia passou a se manifestar no país, o médico e então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, até iniciou um plano de combate ao vírus, incentivando medidas de isolamento social, porém, após embates com o presidente acerca das decisões de enfrentamento da pandemia, o Ministro foi exonerado. Seu sucessor, o oncologista Nelson Teich, sofreu um destino parecido, ficando menos de um mês no cargo, quando pediu demissão ao se recusar a recomendar o uso da hidroxicloroquina como tratamento da Covid-19.

Ademais, em sua dissertação, Lia Assumpção, designer e mestre pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/USP), identifica três tipos de obsolescência recorrentes no Brasil: artificial, psicológica e tecnológica. A obsolescência artificial é aquela que obriga a

aquisição de um novo objeto (em geral, eletrônicos) porque o anterior já não tem conserto. A psicológica, acontece quando uma nova versão – atualizada – do mesmo produto, atrai o consumidor para a troca, enquanto a tecnológica tem relação com a incapacidade de instalar softwares ou sistemas operacionais em um aparelho em específico⁷¹.

Logo após a demissão de Teich, o general Eduardo Pazuello, que é mais alinhado à pauta bolsonarista, foi escolhido para assumir o cargo e, sob seu comando, o Ministério da Saúde começou a preconizar medidas do chamado “tratamento precoce”. O “Kit Covid” foi produzido e distribuído pelo governo federal e continha, além da hidroxicloroquina, a ivermectina e a azitromicina, todos com ineficácia comprovada. Ademais, em 2020, o exército produziu cerca de 3,2 milhões de comprimidos de cloroquina⁷² e, até o momento, os gastos da União com os medicamentos citados chegaram a quase R\$90 milhões⁷³. O Ministério da Saúde também chegou a criar a plataforma TrateCOV, um aplicativo com o suposto intuito de auxiliar médicos no diagnóstico da doença, mas que na verdade apenas recomendava, sem discriminação, o tal tratamento precoce para os pacientes que apresentavam os sintomas. O app foi lançado em janeiro de 2021, na cidade de Manaus, a qual sofreu com a superlotação dos leitos de UTI e a crise da falta de oxigênio, levando diversos pacientes a óbito sem conseguir respirar, um dos episódios mais críticos da pandemia no Brasil.

⁷⁰France 24. **Study ranks New Zealand Covid-19 response best, Brazil worst, US in bottom five.** Disponível em: <<https://www.google.com/amp/s/amp.france24.com/en/asia-pacific/20210128-study-ranks-new-zealand-covid-19-response-best-brazil-worst-us-in-bottom-five>>. Acesso em: 13 jul. 2021.

⁷¹Bruna Arimathea. AUN. **Obsolescência coloca Brasil na liderança da produção de lixo eletrônico na América Latina.** 2018. Disponível em: <<https://paineira.usp.br/aun/index>>. Acesso em: 30 out 2020.

⁷²Lauriberto Pompeu. Estadão. **Após dois anos sem produzir cloroquina, Exército gastou mais de R\$ 1 milhão com comprimidos em 2020.** Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,apos-dois-anos-sem-pr-oduzir-cloroquina-exercito-gastou-mais-de-r-1-milhao-com-comprimidos-em-2020,70003735319>>. Acesso em: 03 jul. 2021.

⁷³André Shalders. BBC. **'Tratamento precoce': governo Bolsonaro gasta quase R\$ 90 milhões em remédios ineficazes, mas ainda não pagou Butantan por vacinas.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55747043>>. Acesso em: 03 jul. 2021.

A falta de medidas efetivas de isolamento também foi um dos motivos para que a situação se agravasse no país. Sem uma coordenação do Ministério da Saúde, as medidas de distanciamento foram coordenadas de forma desorganizada no Brasil e ficaram a cargo de cada estado. Pouco tempo depois de serem adotadas, e após as pressões geradas pelos setores mais prejudicados com os fechamentos, alguns governadores começaram a flexibilizar as medidas de isolamento social⁷⁴, mesmo com o número alto de mortes. Dessa maneira, o país nunca chegou a adotar *lockdowns*, e presenciou a alta taxa de contágio em diversos momentos.

Tendo em vista o descaso do governo federal, iniciou-se, em abril, a Comissão Parlamentar de Inquérito, ou CPI da Covid, que tem investigado as ações - ou a falta delas - do executivo no enfrentamento da pandemia. Em um depoimento para a comissão parlamentar, o ex-secretário de Comunicações do Planalto, Fabio Wajngarten, revelou que uma carta da empresa farmacêutica Pfizer, com oferta de doses de imunizante para o Brasil, ficou sem resposta por dois meses⁷⁵. A informação foi confirmada pelo executivo da Pfizer, Carlos Murillo, que revelou que o governo federal recusou mais seis tentativas de venda de vacinas da empresa⁷⁶. Se a oferta, enviada ao presidente Jair Bolsonaro e a mais cinco autoridades brasileiras, tivesse sido aceita à época de seu envio, cerca de 1,5 milhão de doses do imunizante teriam sido entregues ainda em 2020.

⁷⁴G1. Nove estados e o Distrito Federal começam a flexibilizar o isolamento social. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/04/22/nove-estados-e-o-distrito-federal-comecam-a-flexibilizar-o-isolamento-social.ghtml>>. Acesso em: 03 de jul. 2021.

⁷⁵Marcela Mattos. Beatriz Borges. Paloma Rodrigues. G1. À CPI, Wajngarten diz que carta da Pfizer com oferta de doses ficou sem resposta por dois meses. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/05/12/wajngarten-diz-que-e-carta-da-pfizer-com-oferta-de-doses-ficou-sem-resposta-por-2-meses.ghtml>>. Acesso em: 17 de jun. 2021.

⁷⁶G1. Executivo da Pfizer revela à CPI seis ofertas de vacina e presença de Carlos Bolsonaro em reunião. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/05/13/executivo-da-pfizer-revela-a-cpi-seis-ofertas-de-vacina-e-presenca-de-carlos-bolsonaro-em-reuniao.ghtml>>. Acesso em: 17 de jun. 2021.

Não satisfeito em recusar vacinas, Bolsonaro segue promovendo "tratamentos alternativos", sem qualquer eficácia comprovada, como medidas de tratamento da Covid-19. O ex-ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, declarou em sessão da CPI que, durante sua gestão, houveram discussões para a alteração da bula do medicamento cloroquina, com o objetivo de que fosse adicionada a indicação de uso para o tratamento da Covid-19⁷⁷. A proposta foi barrada pelo presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Antônio Barra Torres, o qual afirmou que a mudança não seria possível. Tais atitudes levaram a um novo foco na CPI: a existência de um "gabinete paralelo"⁷⁸, grupo que seria responsável por aconselhar o presidente no enfrentamento à pandemia, porém, com ideais negacionistas e informações contrárias às recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo próprio Ministério da Saúde. Foi desse aconselhamento que saíram as iniciativas em defesa do tratamento precoce e da imunidade de rebanho⁷⁹, ambas não recomendadas.

Agravando a situação, a CPI esbarrou em um escandaloso caso de suspeita de corrupção envolvendo a compra da vacina indiana Covaxin⁸⁰. De acordo com as denúncias, houveram irregularidades na negociação da compra do imunizante, uma vez que, na época, a vacina não havia concluído os estudos da fase

⁷⁷Wesley Galzo. CNN. Mandetta: Bolsonaro foi aconselhado a mudar bula da cloroquina para tratar Covid. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2021/05/04/mandetta-bolsonaro-foi-aconselhado-a-mudar-bula-da-cloroquina-para-tratar-covid>>.

Acesso em: 17 jun. 2021.

⁷⁸Olavo Soares. Gazeta do Povo. "Gabinete paralelo" vira novo foco da CPI: ele existe de fato? E qual a sua influência?

Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/gabinete-paralelo-vira-novo-foco-da-cpi-qual-influencia-do-grupo/>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

⁷⁹Danielle Sanches. Uol. Por que a 'imunidade de rebanho' não é a solução para a covid-19? Disponível em: <<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/05/07/por-que-a-imunidade-de-rebanho-nao-e-a-solucao-para-a-covid-19.htm>>.

Acesso em: 24 jun. 2021.

⁸⁰Mariana Schreiber. BBC. Caso Covaxin: senadores pedem ao STF denúncia contra Bolsonaro; o que acontece agora? Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57646813>>. Acesso em: 27 jun. 2021.

3 e, mesmo assim, o governo decidiu adquiri-la por um preço mais alto do que as demais disponíveis no mercado, cerca de US\$15 a dose. Esse fato contrasta com uma das justificativas utilizadas para a recusa da compra da vacina Pfizer, que seria o seu alto preço, estipulado em US\$10 a dose. Outro fato que chamou atenção foi a velocidade das negociações, que duraram apenas 97 dias⁸¹. Em comparação, a Pfizer, que estava em fases mais avançadas de teste, precisou de 330 dias para fechar o contrato. As denúncias foram feitas pelo servidor do Ministério da Saúde, Luis Ricardo Miranda, que afirmou ter sofrido pressões para assinar o pedido de exportação. O servidor ainda alertou seu irmão, o deputado federal pelo Democratas (DEM), Luis Carlos Miranda, acerca das irregularidades. Em depoimento à CPI, os irmãos afirmaram ter avisado Bolsonaro, no qual o presidente respondeu que a polícia federal seria acionada para investigações, porém, até a presença dos dois na comissão nada havia sido feito. Após o escândalo, a compra da Covaxin também foi suspensa.

Com todos os paralelos criados, o cenário político instaurado demonstra preocupações, visto que sua principal engrenagem é pautada por uma perspectiva negacionista. A exemplo disso, percebe-se que, mesmo com as medidas protetivas estabelecidas pelos órgãos especializados, o presidente insiste em praticar atitudes completamente reprováveis, como foi visto ao incentivar uma criança a tirar a própria máscara em um evento no Rio Grande do Norte.⁸² Tal atitude foi repudiada pela Rede Nacional Primeira Infância (RNPI), que ingressou com uma representação no Ministério Público Federal contra o presidente. Esse cenário nefasto torna-se cada vez mais

nítido, pois, além da tentativa de naturalizar o terror e o sofrimento provocados pela pandemia, os sentimentos de revolta, necessários para uma possível mudança de cenário, nos são incumbidos. O embate que comprova tal narrativa aproxima a situação da qual o país é arremessado, e que o brasileiro jamais presenciou em toda a sua história. Por causa disso, diante das reiteradas narrativas de um governo com histórico marcado por tantas mazelas, seu discurso se mantém exponencialmente odioso, de forma a legitimar e autorizar àqueles que se inspiram em seus governantes a colocarem suas ideologias genocidas em prática. Assim, faz com que a promessa de “nova política”⁸³ seja somente uma forma diferente de demonstrar algo que já estava bem próximo, seja pelo otimismo fanático de seu eleitorado, ou pela dominação política do bolsonarismo.

Considerando as medidas manifestadas pelo chefe do executivo, iniciou-se uma série de manifestações reativas às mesmas. Além do risco de exposição ao vírus, e de contrariar a narrativa prevencionista, os protestos dos dias 29 de maio, 19 de junho e 24 de julho de 2021, foram rigidamente instrutivos ao uso de equipamentos de proteção para participação, e fizeram questão de demonstrar antítese a quaisquer outros atos promovidos por Bolsonaro. “As manifestações do presidente da República são de incentivo às aglomerações e contra as medidas sanitárias. As manifestações de sábado foram com máscaras e a favor de medidas sanitárias”.⁸⁴ A fim de demonstrar a insatisfação e a resistência com o governo na condução da pandemia, tais atitudes revelam uma iniciativa de destemor por parte de uma população completamente cansada e calejada, afinal, quando o povo resolve ir às ruas, em

⁸¹Agência O Globo. **Entenda a cronologia da negociação da compra da vacina Covaxin.** Disponível em: <<https://exame.com/brasil/entenda-a-cronologia-da-negociao-da-compra-da-vacina-covaxin/>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

⁸²Cidade Verde. **Andi ingressa com representação contra Bolsonaro por tirar máscara de criança no RN.** Disponível em: <<https://cidadeverde.com/noticias/349671/andi-ingressa-com-representacao-contra-bolsonaro-por-tirar-mascara-de-crianca-no-rn>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

⁸³Marcos Mortari. Infomoney. **Bolsonaro promete nova política: é possível um governo sem ‘toma lá, dá cá’?** Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/politica/bolsonaro-promete-nova-politica-e-possivel-um-governo-sem-toma-la-da-ca/>>. Acesso em 18 jun. 2021.

⁸⁴Referente a fala de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que é vice-presidente da CPI da Covid.

meio a uma pandemia, é porque muitos devem achar que o governo é tão letal quanto o vírus.

Assim sendo, o mesmo fenômeno comunicacional conduzido nas manifestações e na infeliz situação em que a nossa pátria se encontra, chocam por trazer um caráter nebuloso e sinistro, ainda assim, sendo um forte indicativo da existência de contextos subliminares a atual conjuntura, embora, nunca na história brasileira fosse tão necessário a um povo que “retirassem as máscaras”. De modo a compreender coletivamente a sociedade e transformar efetivamente a nossa realidade, para que o povo brasileiro finalmente deixe de usar máscaras, é necessário que a máscara do desgoverno caia primeiro. A palavra de ordem necessita ser "Fora Bolsonaro", para que fomentem a luta dos movimentos sociais, fazendo insurgir com proporções cada vez maiores, para que possamos mudar as estruturas políticas desse país.

O Brasil, segundo o estudo Global E-Waste Monitor, realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), ocupa a sétima posição de maior produtor de lixo no mundo, produzindo 1,5 mil toneladas de lixo eletrônico, e somente 3% desse montante é descartado adequadamente⁸⁵.

⁸⁵Ecoassist. **Lixo eletrônico: Saiba como e onde descartar corretamente.** Disponível em: <https://ecoassist.com.br/como-e-onde-descartar-seu-lixo-eletronico/#:~:text=Por%20ano%2C%20o%20Brasil%20descarta,segue%20para%20centros%20de%20reciclagem.>>. Acesso em: 06 nov. 2020.

Endividamento Familiar no Brasil

Alexandra Rayssa

Matheus Maia



Blog do AFTM. Disponível em: <https://blogdoaftm.com.br/charge-endividamento-das-familias/>. Acesso em: 20 set. 2021.

Tragédia. Fome. Endividamento. Palavras fortes que retratam a péssima gestão do presidente Jair Bolsonaro frente à economia brasileira nesses quase três anos de seu governo, período no qual diversos dados macroeconômicos apresentaram considerável deterioração, seja no aumento desenfreado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice oficial da inflação no Brasil, ou no decréscimo no Produto Interno Bruto (PIB), que no segundo trimestre de 2021 retraiu 0,1%, em comparação com o trimestre imediatamente anterior⁸⁶. Nesse contexto, um dos efeitos gerados pela fragilização da economia brasileira no governo Bolsonaro foi o aumento de uma das mazelas que perduraram na realidade brasileira na última década: o endividamento familiar.

⁸⁶IBGE. PIB fica em -0,1% no 2º trimestre de 2021. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31494-pib-fica-em-0-1-no-2-trimestre-de-2021>. Acesso em: 02 ago. 2021.

De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada pela Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), no mês de agosto de 2021 o total de famílias endividadas no Brasil chegou a 72,9%, o maior patamar da série histórica iniciada em janeiro de 2010, sendo que 10,7% dessas famílias não terão condições de pagar suas dívidas, causando um aumento expressivo na Inadimplência⁸⁷. Diversos fatores podem explicar o crescente endividamento familiar, sendo eles, principalmente, o aumento da inflação e as precariedades presentes no mercado de trabalho.

A priori, é essencial observar que o principal grupo que sofre com o endividamento familiar são os mais pobres. Segundo a análise do relatório especial da CNC, intitulado “Um retrato recente do endividamento dos consumidores: o que ele expõe?”, um dos fatores responsáveis por deixar as contas das famílias brasileiras dessa faixa de renda “no vermelho” foi a elevação da inflação⁸⁸. Assim, apesar do atual Ministro da Economia minimizar seus efeitos, ao afirmar que uma inflação entre 7% e 8% estaria “dentro das regras do jogo”,⁸⁹ é evidente o contraste da fala com a realidade vivida por uma considerável

⁸⁷CNC. Um retrato recente do endividamento dos consumidores: o que ele expõe? 2021. Disponível em: https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2021/08/Analise-Peic-Agosto-de-2021_especial.pdf. Acesso em: 02 ago. 2021.

⁸⁸Idem. ibidem.

⁸⁹Raphael Martins. G1. Inflação está 'dentro do jogo', como disse Guedes? Entenda por que a escalada de preços preocupa. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/08/25/inflacao-esta-ou-nao-dentro-do-jogo-como-disse-guedes-entenda-por-que-a-escalada-de-precos-preocupa.ghtml>. Acesso em: 02 ago. 2021.

parcela da população brasileira. Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA do mês de agosto apresentou uma elevação de 0,9%, número recorde para o mês desde o ano 2000. Ademais, o IPCA já acumula uma alta nos últimos doze meses de 9,7%, valor acima da meta de inflação do ano (3,75%) estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN)⁹⁰.

Por conseguinte, a inflação aumentou os custos essenciais das famílias brasileiras, o que pode ser observado nos dados acumulados dos últimos doze meses em áreas como: Alimentação e Bebidas, Transportes, e Habitação. Alimentação e bebidas obteve uma alta de 13,9%, sendo puxada principalmente pelo aumento das carnes (30,8%); do arroz (32,9%); do macarrão (12,6%); do tomate (31,4%) e do pepino (59,3%). Além disso, o grupo dos Transportes apresentou alta de 16,6%, influenciada principalmente pela alta de 41,3% nos combustíveis, o que proporcionou uma elevação nos índices do transporte público (3,8%) e transportes por aplicativo (6%). Da mesma forma, a Habitação apresentou uma alta de 11,6%, influenciada principalmente pelo aumento da energia elétrica residencial (21,1%); do gás de botijão (31,7%) e do gás encanado (19%)⁹¹. Assim, visando suprir suas necessidades, as famílias gastam parte significativa de seu orçamento em suprimentos básicos, ocasionando a criação de novas dívidas. Isso pode ser observado nos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, divulgada pelo IBGE: as famílias de até dois salários mínimos gastavam

aproximadamente 61% do orçamento com habitação e alimentos⁹².

É compreensível - porém, lamentável - uma possível tentativa de imputar a culpa pela dificuldade do controle de gastos às famílias trabalhadoras, haja vista a desconformidade entre o ritmo do reajuste de preços, por um lado, e o de salários, por outro. Esse descompasso é evidenciado pela Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, feita pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que divulga mensalmente a comparação entre o salário nominal (aquele que os trabalhadores recebem) e o que seria o necessário, ou seja, aquele que seria o ideal para se assegurar a qualidade de vida da população. No mês de agosto de 2021, enquanto o salário nominal permaneceu em R\$1.100, o salário para suprir as necessidades básicas teria de ser R\$5.495. Isso nos leva a questionar como as famílias de menores rendimentos conseguiriam alocar todos os seus gastos com uma renda que tem se mostrado claramente abaixo do necessário.

Ao comparar o salário mínimo atual com o valor da cesta básica, há um nítido contraste e desalinhamento. O preço da cesta básica vem crescendo mais que o ajuste promovido no salário mínimo. Foi constatado um aumento em quinze das dezessete capitais pesquisadas pelo Dieese⁹³ na comparação entre julho e junho de 2021. A cesta mais cara do país no mês de junho foi a de Florianópolis, capital de Santa Catarina, onde custava aproximadamente R\$645, mais de 50% do valor disposto pelo salário mínimo. Sabe-se que não é apenas a despesa com alimentação que tem sido integrada às contas e às dívidas. Gastos com

⁹⁰Andreia Verdélio. EBC. **Mercado financeiro eleva projeção da inflação para 6,79%**. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-08/mercado-financeiro-eleva-projecao-da-inflacao-para-679#>>. Acesso em: 19. set. 2021.

⁹¹IBGE. Tabela 7060 - IPCA - Variação mensal, acumulada no ano, acumulada em 12 meses e peso mensal, para o índice geral, grupos, subgrupos, itens e subitens de produtos e serviços (a partir de jan. 2020). Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060#/n1/all/n7/all/n6/all/v/69/p/202108/c315/all/d/v69%2021/l/p+t+v.c315/resultado>>. Acesso em: 19. set. 2021.

⁹²Diana Souza. IBGE **Famílias com até 2 salários gastam 61% do orçamento com alimentos e habitação**. 2021. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25606-familias-com-ate-dois-salarios-gastam-61-d-o-orcamento-com-alimentos-e-habitacao>>. Acesso em: 19. set. 2021.

⁹³Glaucia Alves. FDR.. **Ranking com a cesta básica mais barata e mais cara do Brasil**. FDR, 2021. Disponível em: <<https://fdr.com.br/2021/07/12/ranking-com-cesta-basica-mais-barata-e-mais-cara-do-brasil/>>. Acesso em: 05. set. 2021.

aluguel e residência, água, energia, gás de cozinha, transporte, e outros, também compreendem os gastos financeiros familiares. Ainda que o auxílio emergencial do governo federal e os programas estaduais de distribuição de renda atenuassem a situação, nenhum desses reduz a gravidade da realidade enfrentada pelos brasileiros.

Com o fim do auxílio emergencial e o atraso no calendário de vacinação, as famílias de menor renda precisarão adotar maior rigor na organização do orçamento. Essa conjuntura faz o crédito ter um papel ainda mais importante na recomposição da renda. “É preciso seguir ampliando o acesso aos recursos com custos mais baixos, mas também alongar os prazos de pagamento das dívidas para manter a inadimplência sob controle”, disse Izis Ferreira, economista responsável pela pesquisa da CNC.⁹⁴ Na visão de Fábio Bentes, economista-sênior da CNC, a retirada do benefício no início de 2021, mesmo que a disseminação da Covid-19 estivesse se arrefecendo, pressionou a renda das famílias: “O certo, talvez, seria ter feito um auxílio um pouco menor no ano passado, mas que não fosse interrompido abruptamente no começo deste ano”. Além disso, Bentes complementa: “Sem o auxílio, o endividamento das famílias, que já estava num nível recorde em dezembro, voltou a crescer, ultrapassando os 30% (de comprometimento da renda)”⁹⁵, ou seja, a cada R\$100, aproximadamente R\$30 são destinados ao pagamento de contas.

Outro fator preponderante para a elevação do endividamento familiar no país foi a precariedade no mercado de trabalho observada em 2021. Nesse contexto, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por

Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, no segundo trimestre de 2021, a população desocupada brasileira se elevou para um total de 14,1%⁹⁶, o que equivale a cerca de 14,4 milhões de trabalhadores, além da informalidade, que alcançou cerca de 34,7 milhões de pessoas⁹⁷, dado que engloba trabalhadores sem carteira assinada, pessoas que trabalham por conta própria sem CNPJ e pessoas que auxiliam no trabalho de membros de sua família. Além do desemprego e da informalidade, o rendimento médio real da população empregada no Brasil também apresentou retração. Assim, no segundo trimestre de 2021, alcançou o valor de R\$2.515, uma redução de R\$178 em comparação com o segundo trimestre de 2020⁹⁸.

Ainda de acordo com a análise do relatório “Um retrato recente do endividamento dos consumidores: O que ele expõe?”, impactados com a elevação da inflação e do desemprego, as famílias de baixa renda foram obrigadas a utilizar o cartão de crédito como forma de adquirir bens essenciais para a sua sobrevivência, como produtos alimentícios e higiênicos e, por consequência, contraíram mais dívidas. Assim, o endividamento por cartão de crédito no país alcançou um patamar de 83,6%, maior valor da série histórica iniciada em 2010. À vista disso, o endividamento alcançado em agosto de 2021 pode agravar o cenário da economia brasileira e as perspectivas para a retomada econômica no pós-pandemia, visto que foi superior em 4,2 pontos percentuais (p.p) ao mês de dezembro de 2020, e superior 5,8 p.p em relação ao mesmo mês do ano anterior. Ademais, outras modalidades de dívidas também obtiveram alta,

⁹⁴Correio Braziliense. **Endividamento das famílias**. 2012. Disponível em: <<https://www.correio braziliense.com.br/opiniao/2021/03/4909550-en-dividamento-das-familias.html>>. Acesso em: 03. set. 2021.

⁹⁵Felipe Mendes. **Veja. Com endividamento crescente, auxílio emergencial irá para pagar contas**. 2021. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/com-endividamento-crescente-auxilio-emergencial-ira-menos-para-o-consumo/>>. Acesso em: 03. set. 2021.

⁹⁶IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Segundo Trimestre de 2021**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_20_21_2tri.pdf>. Acesso em: 04. set. 2021.

⁹⁷Vitor Abdala. **EBC. Taxa de informalidade no mercado de trabalho sobe para 40%, diz IBGE**. Agência Brasil, 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-07/taxa-de-informalidade-no-mercado-de-trabalho-sobe-para-40-diz-ibge>>. Acesso em: 01. set. 2021.

⁹⁸Idem. *ibidem*.

como por exemplo o crédito pessoal, que alcançou o valor de 9,5%, um aumento de 1,9 p.p em comparação com novembro de 2020; e os carnês, que registraram o valor de 18,2%, uma elevação de 1,4 p.p, em comparação com janeiro de 2021⁹⁹.

Desse modo, com o endividamento crescente do cartão de crédito, grande parcela da população brasileira se torna dependente dos bancos, o que pode ser observado pelos dados do Banco Central, no qual o endividamento familiar com o Sistema Financeiro Nacional atingiu o valor, em abril de 2021, de 58,5%¹⁰⁰. Enquanto as famílias mais dependentes do sistema bancário ficaram fragilizadas, os bancos, com as suas altas taxas de juros, aumentaram seus lucros. Assim, em 2021, apesar de grande parcela da população brasileira sofrer com o impacto da crise econômica vigente, os lucros somados de Bradesco, Banco do Brasil, Itaú e Santander, no segundo trimestre de 2021, apresentaram uma alta de 63,6% em comparação com o mesmo período do ano anterior, totalizando R\$22,1 bilhões¹⁰¹. O questionamento então passa a ser a possibilidade, mesmo diante da delicada realidade, dos juros tornarem-se um mecanismo perverso de transferência de renda das famílias de trabalhadores mais pobres para os banqueiros, ou seja, o já abastado sistema financeiro; uma transferência de renda do pobre para o rico.

Como vemos, devido a uma série de fatores anteriormente citados, que muitas vezes ultrapassam o âmbito individual acerca da administração de suas contas, grande parte dos

brasileiros passam a se endividar, se submetendo aos bancos e à elevação de juros na economia. Não há dúvidas de que considerar a prorrogação de prazo e de renegociação de empréstimos pessoais, financiamentos imobiliários, veículos e etc. são importante para reduzir os impactos da pandemia, e os bancos e as corretoras estão buscando atender à essa necessidade - visto que já começam a perceber novas e contínuas dificuldades dos clientes neste momento grave de pandemia¹⁰². Porém, as modalidades de cartão de crédito e cheque especial representam as despesas ordinárias de diversas famílias, e a impossibilidade de pagamento ou prorrogação de prazo pode acarretar o aumento do superendividamento da população.

Portanto, com as precariedades do mercado de trabalho e a elevação da inflação - principais promotores do endividamento familiar - a retomada econômica fica arruinada, visto que o aumento do endividamento prejudica o principal motor da economia brasileira, de acordo com a ótica demanda, o consumo das famílias, que no ano de 2020 representou 62,7% da composição do PIB brasileiro¹⁰³. Ademais, como agravante, de acordo com os dados do Serasa, cerca de 62 milhões de brasileiros têm o nome negativado, o que impossibilita o acesso ao crédito a uma grande parcela da população, e por ser a válvula de escape em momentos instáveis, conseqüentemente, diminui o consumo das famílias em território nacional¹⁰⁴. Assim, torna-se ainda mais importante o cuidado para que as dívidas e as inadimplências não se tornem uma “bola de

⁹⁹Portal do Comércio. **Série Histórica PEIC**. Disponível em: <<https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-julho-de-2021-especial/372034>>. Acesso em: 02. ago. 2021.

¹⁰⁰Infomoney. **Endividamento das famílias bate novo recorde, a 58,5%, segundo Banco Central**. 2021. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/endividamento-das-familias-bate-novo-recorde-a-585-segundo-banco-central/>>. Acesso em: 02. ago. 2021.

¹⁰¹Douglas Rodrigues. **Poder360. Lucro dos grandes bancos sobe 64% no 2º trimestre de 2021**. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/lucro-dos-grandes-bancos-sobe-64-no-2o-trimestre-de-2021/>>. Acesso em: 19. set. 2021.

¹⁰²Eduardo Rodrigues e Fabrício Castro. **CNN Com a pandemia, bancos devem voltar a ampliar prazo de dívidas**. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/com-pandemia-bancos-deve-m-voltar-a-ampliar-prazo-de-dividas/>>. Acesso em: 01. set. 2021.

¹⁰³IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais Indicadores de Volume e Valores Correntes Out.-Dez. 2020**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2020_4tri.pdf>. Acesso em: 01. set. 2021.

¹⁰⁴MACIEL, Camila Maciel. EBC.. **Mapa da Inadimplência aponta mais de 62 milhões de endividados**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-07/mapa-da-inadimplencia-aponta-mais-de-62-milhoes-de-endividados>>. Acesso em: 19. set. 2021.

neve”. Pode-se dizer que o controle das dívidas a níveis sustentáveis perpassa por uma maior capacitação das famílias em temas como a educação financeira. No entanto, é difícil pensar no planejamento familiar com o cenário econômico brasileiro extremamente caótico, marcado por uma economia com tendências recessivas, uma pandemia sem controle, impulsionada por uma gestão irresponsável do governo federal, e o apoio do Estado cada vez menor e, em alguns casos, ausente.

COP26: O planeta na mão das grandes corporações?

Isadora Faé
Nicole Sansoni



Imagem. Disponível em: https://www.oficinadanet.com.br/midias_sociais/37220-significado-cringe-millennials-geracao-zy. Acesso em: 23 jul. 2021.

“Nós estamos cavando nossa própria cova”. Foi com essas palavras que António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas, abriu a Conferência do Clima de 2021, também conhecida como COP26. Neste ano, o evento foi realizado em Glasgow, na Escócia, entre os dias 31 de outubro e 12 de novembro, e reuniu mais de 30 mil pessoas, incluindo representantes de 197 países sob um clima de forte cobrança quanto aos compromissos firmados no Acordo de Paris em 2015, negociado durante a COP21. Dentre os principais objetivos do tratado, a meta de limitar o aumento da temperatura global em no máximo 2 graus celsius - e um ideal de 1,5°C - está entre as mais cobradas e temidas: o relatório do Painel Intergovernamental sobre

Mudanças Climáticas (IPCC),¹⁰⁵ publicado em agosto deste ano, indica que não estamos agindo de modo a atingir este objetivo e que já há sinais de graves e irreversíveis mudanças no meio ambiente.

O documento aponta que os últimos oito anos foram os mais quentes já registrados; a temperatura do planeta aumentou 1,07°C em relação ao período pré-industrial (1850-1900) e, se não tratarmos a situação com a urgência que lhe é necessária, devemos ultrapassar o temido 1,5°C nas próximas décadas. Essa mudança, que pode parecer mínima, representa uma grave ameaça aos ecossistemas, logo, à humanidade e à própria economia: segundo o IPCC, essa diferença pode causar aumento na temperatura média da maioria das regiões terrestres e oceânicas; nos extremos de calor na maioria das regiões habitadas; na ocorrência de chuva intensa em diversas regiões e na probabilidade de seca e déficits de chuva em algumas regiões. A meta de 1,5°C tem sido, então, profundamente temida pelos cientistas, que repetidamente apontam como o aquecimento tem provocado fenômenos extremamente destrutivos, como queimadas incontrolláveis, tempestades devastadoras e elevação do nível dos oceanos que já ameaçam a existência de diversos centros urbanos.

¹⁰⁵Relatório especial do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). 2021. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/07/SPM-Portuguese-version.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2021.

Passados seis anos do Acordo de Paris, são analisados os resultados dos supostos esforços para frear o aquecimento global. Segundo o Observatório do Clima¹⁰⁶, o Brasil tem agido contrariamente à decisão de diminuir as emissões de gases estufa e, em 2020, emitiu seu maior montante desde 2006, registrando um aumento de 9,5%, enquanto no mundo inteiro as emissões reduziram em quase 7% - queda atribuída aos efeitos da paralisação de muitas atividades em virtude da pandemia. Diante disso, e aliado ao fato do Brasil abrigar a maior biodiversidade do mundo, a participação do país era muito aguardada na COP26, mas se decepcionou quem esperava a presença do presidente Jair Bolsonaro, o que foi motivo de destaque em uma revista internacional. Sob um cenário caótico de trovões, nevasca e solo deserto, a capa da revista norte-americana *Time* intitulada “A última chamada” destaca a ausência do presidente brasileiro. Ao lado da Rainha Elizabeth 2ª, do presidente Joe Biden, da ativista ambiental sueca Greta Thunberg e outros líderes mundiais, estão as cadeiras vazias do presidente chinês Xi Jinping e de Jair Bolsonaro. O vice-presidente Hamilton Mourão justificou a ausência do chefe do executivo dizendo que “todo mundo vai jogar pedra nele”¹⁰⁷.

A reunião da Cúpula do Clima, por ser o fórum mais importante sobre a crise ambiental, está diretamente ligada a estratégias nacionais para mitigação de mudanças climáticas. Isso, por si só, já confere grande importância para todas as conferências, mas a deste ano é considerada especialmente relevante. Nesta edição, todos os países signatários do Acordo de Paris precisavam submeter suas metas de longo prazo para emissões, então, a cobrança por

comprometimentos relacionados à emergência climática global esteve bem presente na agenda. Contudo, a COP26 foi duramente criticada por alguns dos participantes. Greta Thunberg, conhecida por liderar o movimento “Greve das escolas pelo clima”, publicou a seguinte mensagem em sua conta do Twitter: “A COP26 tem sido apontada como a COP mais excludente da história. Isso não é mais uma Conferência do Clima. Isso é um festival de *greenwashing* do norte global. Duas semanas de celebração de negócios como sempre e blá blá blá.” As críticas da ativista são perfeitamente viáveis e notadamente embasadas - apesar desta edição da COP contar com o maior número de participantes da história, as discussões mais importantes ocorreram em salas fechadas, sem representantes da sociedade civil e frequentemente tiveram um caráter de negociação empresarial lideradas por corporações poluidoras dos países centrais do capitalismo, os do norte global.

O termo *greenwashing* utilizado por Greta tem sido tema de grandes discussões ultimamente. Sabrina Fernandes, socióloga e economista brasileira, esteve na COP26 como delegada enviada pela Fundação Rosa Luxemburgo e sua participação a motivou a publicar um vídeo¹⁰⁸ em seu canal do YouTube, “Tese Onze”, sobre o assunto. Segundo Fernandes, o termo, frequentemente traduzido para o português como “lavagem verde” ou também “fachada verde”, consiste numa prática principalmente do marketing e das relações públicas visando esconder ações graves e destrutivas contra o meio ambiente, lançando mão de outras ações, dessa vez com um “rosto” diferente, dizendo ser ecologicamente boas para o planeta. De acordo com a socióloga, esse recurso é comumente usado por partidos políticos e, especialmente, por grandes empresas que se aproveitam da emergência climática para atrair

¹⁰⁶Observatório do Clima. **Na contramão do mundo, Brasil aumentou emissões em plena pandemia.** 2021. Disponível em: <<https://www.oc.eco.br/na-contramao-do-mundo-brasil-aumentou-emissoes-em-plena-pandemia/>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

¹⁰⁷Guilherme Mazui. G1. **'Todo mundo vai jogar pedra nele', diz Mourão sobre ausência de Bolsonaro na COP 26.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/10/29/vai-chegar-em-um-lugar-em-que-todo-mundo-vai-jogar-pedra-nele-diz-mourao-sobre-ausencia-de-bolsonaro-na-cop-26.ghtml>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

¹⁰⁸FERNANDES, Sabrina. **A enganação verde.** Youtube, 10 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yQdP5dk9kmE>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

novos investidores e conquistar o público preocupado com o cenário ambiental.

Isso chegou - aliás, dominou - a COP26: o *website*¹⁰⁹ oficial do evento divulgou os patrocinadores desta edição, dizendo que estão “encantados em recebê-los como parceiros, que estão apoiando a COP26 e oferecendo *expertise* vital, comprometimento e ações para ajudar a enfrentar as mudanças climáticas”. Dentre as grandes empresas estão a Unilever, multinacional britânica que compõe o *ranking* das empresas mais poluentes do mundo, com produção anual de 70 mil toneladas de poluição plástica¹¹⁰; a gigante do gás SSE, nomeada em 2019, pela Agência Escocesa de Proteção Ambiental, como a 2ª empresa que mais emitiu dióxido de carbono da Escócia¹¹¹, registrando 1,6 milhões de toneladas do gás em uma única estação; a multinacional inglesa de automóveis Jaguar Land Rover, apontada em 2017 por um estudo realizado pelo Conselho Internacional de Transporte Limpo como a pior empresa em termos de pegada ecológica¹¹². Esses são apenas três exemplos das mais de vinte grandes corporações patrocinando esta edição da Conferência do Clima, quase todas de países centrais do capitalismo, cujos lucros bilionários são frequentemente provenientes de atividades danosas ao meio ambiente.

A questão do patrocínio tem sido um assunto extremamente conflituoso desde o início da

¹⁰⁹Partnerships and support. Disponível em: <<https://ukcop26.org/uk-presidency/partnerships-and-support/>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

¹¹⁰RTP. **Grandes empresas alimentares mantêm "enorme pegada" ecológica.** 2020. Disponível em: <https://www.rtp.pt/noticias/mundo/grandes-empresas-alimentares-mantem-enorme-pegada-ecologica_n1217083>. Acesso em: 12 nov. 2021.

¹¹¹Rob Edwards. **The Ferret Ineos, SSE, and Exxon top climate polluter 'league of destruction'.** 2020. Disponível em: <<https://theferret.scot/ineos-sse-exxon-carbon-polluter/>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

¹¹²A Pegada Ecológica é uma metodologia de contabilidade ambiental que avalia a pressão do consumo das populações humanas sobre os recursos naturais. Expressada em hectares globais (gha), permite comparar diferentes padrões de consumo e verificar se estão dentro da capacidade ecológica do planeta. Um hectare global significa um hectare de produtividade média mundial para terras e águas produtivas em um ano. **WWF Brasil.** Disponível em: <https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/pegada_ecologica/o_que_e_pegada_ecologica/>. Acesso em: 17 nov. 2021.

realização das Conferências na década de 1990, e os ativistas ambientais viram como uma vitória a organização desta edição ter proibido o patrocínio de empresas da indústria do petróleo. Porém, segundo um levantamento¹¹³ feito pela ONG Global Witness, a indústria de combustível fóssil levou a maior delegação da COP26. A sondagem do grupo foi feita a partir da lista de delegados participantes, publicada pelas Nações Unidas, e foi averiguado que 503 pessoas ligadas direta e indiretamente a empresas do ramo de combustíveis fósseis foram registradas como negociadoras no evento. Com isso, o grupo conta com um número de integrantes superior à maior delegação oficial do evento, enviada pelo Brasil com 479 pessoas, e quase o dobro que a do Reino Unido, nação anfitriã do evento. O número de lobistas é maior que o da delegação de Mianmar, Haiti, Filipinas, Moçambique, Bahamas, Bangladesh e Paquistão combinados; as regiões e países mais afetados pelas mudanças climáticas segundo a ONG.

Essa disparidade foi uma das pautas da manifestação ocorrida em Glasgow na última semana da COP. O ato, que contou com a presença de aproximadamente 200 mil pessoas¹¹⁴, chamou atenção para as promessas vazias e a falta da promoção de justiça climática no evento. O conceito de justiça climática emergiu a partir da compreensão de que os impactos e desdobramentos das mudanças climáticas atingem regiões e grupos sociais distintos, em intensidades diferentes, na maioria dos casos afetando desproporcionalmente os menos favorecidos. Nesse contexto, ecoa a pauta do racismo ambiental¹¹⁵, que foi exemplificada

¹¹³**G1. Cúpula do clima: 'Delegação' da indústria do petróleo é maior que a de qualquer país na COP26.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/meio-ambiente/cop-26/noticia/2021/11/08/cupula-do-clima-delegacao-da-industria-do-petroleo-e-maior-que-a-de-qualquer-pais-na-cop26.ghtml>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

¹¹⁴Ana Estela. **Folha de S.Paulo. Dezenas de milhares criticam COP26 e pedem justiça climática em Glasgow.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/11/dezenas-de-milhares-criticam-cop26-e-pedem-justica-climatica-em-glasgow.shtml>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

¹¹⁵Paulo Dias. **Folha de S.Paulo. Racismo ambiental escancara ainda mais as desigualdades.** Disponível em:

pela fala da professora Thaís Santos, integrante da Coalizão Negra por Direitos, que afirmou: “A ineficiência de políticas públicas de moradia, saúde e de acesso a serviços de saneamento básico, somados ao avanço das mudanças climáticas, intensificam problemas como as enchentes, deslizamentos e doenças de veiculação hídrica, entre outros”. Assim, as regiões mais afetadas pelas consequências desse desastre ambiental são as de maior proporção de domicílios em favela, de maior desemprego e vulnerabilidade de renda e, também, de maior proporção de população preta e parda. Pensando nisso, Thaís enfatizou que “é necessário nos organizarmos mundialmente para evidenciar que sem justiça racial não haverá justiça climática”.

Além disso, regiões menos povoadas, mas que abrigam comunidades indígenas, indispensáveis à preservação dos ecossistemas, também estão fortemente ameaçadas¹¹⁶. Um estudo publicado no periódico científico *Science Advances*, em julho de 2021, aponta que as regiões que emitem menos poluentes como Ártico Polar, Ásia Central e África são as que mais sofrerão as consequências climáticas. Neste sentido, uma das propostas desta COP, que já tem sido pauta da Conferência repetidamente, foi a criação de um fundo de ‘perdas e danos’ destinado aos países mais pobres que pouco contribuem para as emissões de gases estufa, mas que têm sido fortemente afetados pelas mudanças climáticas. O fundo, contudo, não entrou no acordo final, e os Estados Unidos e os países europeus foram os principais opositores da proposta¹¹⁷. No que diz respeito ao apoio financeiro a países pobres, o

dinheiro não foi posto na mesa e a sensação é de que houve pouca evolução em décadas de Conferência.

Outro fracasso dentro do acordo firmado no fórum foi a mudança do texto antigo¹¹⁸, que estabelecia “eliminar” o uso de carvão e hoje fala apenas da necessidade de “acelerar” a transição energética para fontes limpas. Muitos ativistas também criticam o fato de não haver qualquer data, ou meta de percentual, para a eliminação de combustíveis fósseis no texto final. Ao comparar com a primeira semana da cúpula do clima, quando foram assinados compromissos paralelos sobre zerar o desmatamento e reduzir a emissão de metano em 30% até 2030, enxerga-se que um acordo semelhante não foi feito sobre transição de energia de fontes poluidoras para energias limpas. Isso por causa da grande pressão de países e corporações que defendem energia à carvão e de grandes exportadores de petróleo. Fato é que metas mais ambiciosas para a redução da crise ambiental não foram estabelecidas como o necessário, principalmente ao se pensar na ausência de financiamento das ações climáticas discutidas e prometidas no evento, mesmo com o patrocínio de empresas bilionárias que se dizem tão dedicadas em frear a emergência climática.

A presença massiva de grandes corporações, com interesses contrários à pauta urgente das mudanças climáticas, deve ser profundamente temida por todos nós. A meta de 1,5°C dificilmente será atingida com a ajuda de empresas cujo único objetivo é lucrar, e assim o fazem às custas da natureza. Soluções criativas de mercado que financeirizam os ecossistemas, concessão de benefícios a empresas que deveriam ter sido fechadas há anos pelos estragos causados no nosso planeta e a

<<https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2021/11/racismo-ambiental-escancara-ainda-mais-as-desigualdades.shtml>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

¹¹⁶Revista Galileu. Mapa indica como aquecimento global irá afetar o planeta de forma desigual. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Um-So-Planeta/noticia/2021/07/mapa-indica-como-aquecimento-global-ira-afetar-o-planeta-de-forma-desigual.html>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

¹¹⁷COP26: Os principais fracassos e vitórias do acordo final da cúpula sobre mudança climática - BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59274397>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

¹¹⁸Nathalia Passarinho BBC. COP26: Os principais fracassos e vitórias do acordo final da cúpula sobre mudança climática. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59274397>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

exclusão da possibilidade de uma construção coletiva são contradições inerentes de um modo de produção que sistematicamente ignora o bem estar da humanidade. É urgente agir contra a ganância corporativa e a prerrogativa dos interesses individuais em nome da construção coletiva de soluções capazes de incluir todos os povos e ecossistemas do nosso planeta - o tempo se esgota rapidamente.

Eleições 2022: nostálgico futuro

Elóra Travezani

Plínio Natalino



REUTERS. Disponível em: <https://www.elmundo.es/internacional/2021/03/19/6054a26afdddff79558b4665.html>. Acesso em: 26 nov. 2021.

Esperança: junção da palavra “espera” com o sufixo *-ança*; o que seria o “estado” ou uma “ação”; esperança então seria a ação de esperar¹¹⁹. Bom, mas esperar o quê? Geralmente se atribui à palavra uma conotação positiva em relação ao futuro, contudo, quando espera-se que o futuro seja bom talvez o presente não esteja tão agradável assim. O conhecido Criança Esperança, por exemplo, projeto da Rede Globo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), arrecada recursos e distribui para projetos sociais voltados a atender crianças carentes, e se é “criança esperança” é porque a criança não está bem agora.

A mais de dez meses para as eleições presidenciais, o debate público se pauta,

¹¹⁹LACOTIZ, Andréa. Análise dos sufixos *-ança/-ença*, *-ância/-ência* na obra simbolista João da Cruz e Souza. Estudos Linguísticos, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 320-329. 2006. Disponível em: <http://www.usp.br/gmhp/publ/LacA1.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2021.

principalmente ao fim de 2021, sobre o futuro e a possibilidade de um país melhor em 2023, ano em que esperamos tempos mais tranquilos. Todavia, essa esperança se materializa no presente através da morte e da fome. O Conselho Nacional de Secretários da Saúde (CONASS), contabiliza, a partir de dados históricos, o excesso de mortes por causas naturais. Para isto, faz-se uma relação entre o número de mortes que ocorreram em determinada semana, com o que se esperava que ocorresse. Desde 2020, o excesso de mortes no país, até o mês de novembro de 2021, foi de 758 mil (275 mil/2020, 483 mil/nov-2021)¹²⁰. Grande parte deste genocídio é oriundo da conduta do governo brasileiro em relação à pandemia de Covid-19, o que lhe rendeu denúncia do legislativo brasileiro ao Tribunal Penal Internacional (TPI), solicitando a investigação do presidente da república, Jair Bolsonaro, e de outros membros do governo por crimes contra a humanidade¹²¹. A senadora Eliziane Gama disse ao Congresso em Foco: “No estado do Amazonas teve implantação clara da imunidade de rebanho. Chegou a ter mais de 200 mortes em apenas um dia. A população clama por oxigênio, em vez de mandarem oxigênio, mandaram 120 mil comprimidos de cloroquina”. Além de atuar para o extermínio da população de forma

¹²⁰CONASS, Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Painel de análise do excesso de mortalidade por causas naturais no Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.conass.org.br/indicadores-de-obitos-por-causas-naturais/>. Acesso em: 24 nov. 2021.

¹²¹Mariana Schreiber. BBC. **CPI da Covid aprova relatório que pede indiciamento de Bolsonaro e outros 79; o que acontece agora**. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59057279>. Acesso em: 24 nov. 2021.

direta, ao incentivar o contágio por Covid-19, o governo brasileiro atua também sob a forma indireta, matando aos poucos a população de fome. Em 2018, 10,3 milhões de brasileiros estavam em situação de fome, enquanto em 2020 este número era de 19 milhões, elevação de 84% no Brasil. Em patamares mundiais, a fome aumentou 18%. Esses dados foram fornecidos pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e a ONU¹²².

O estado de apatia que abala a população, que na maior parte está preocupada em sobreviver, em conjunto da invisibilidade de ações de lideranças político-partidárias, mitigam qualquer possibilidade de impeachment para parar essa tragédia humanitária agora. Apenas nos resta ter “esperança”, enquanto assistimos as instituições e a democracia brasileira ruírem. Mas, enquanto esperamos a morte do país - e tentamos individualmente sobreviver -, juntamo-nos ao debate público sobre as eleições de 2022.

De acordo com a pesquisa Genial/Quaest, divulgada no dia 10 de novembro de 2021, o principal oponente governista é o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que atualmente possui 48% das intenções de voto para as eleições presidenciais de 2022¹²³. Porém, o petista ainda enfrenta uma severa oposição de parcela da mídia brasileira e de parte do eleitorado que associa a crise econômica iniciada em 2015 ao partido, além dos escândalos de corrupção e/ou por não acreditar no projeto político proposto. Contudo, alguns supõem uma falsa simetria entre os candidatos, colocando essa eleição como uma “batalha de extremos”, ou seja, considerando que Lula e Bolsonaro são polos equivalentes, e que

apresentam a mesma “ameaça”. Tal pensamento equipara um governo que não atacou o estado de direito e a democracia, com um governo de ideais totalitários, anticientíficos e que deixa um legado de milhares de mortes, fome e elevação da pobreza. Até mesmo o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, reconheceu em suas redes sociais que essa comparação não faz sentido. “Você não precisa gostar do Lula para entender a diferença dele para o Bolsonaro. Um tem visão de país; o outro só enxerga o próprio umbigo. Um defende a vacina, a ciência e o SUS; o outro defende a cloroquina e um tal de spray israelense”, tuitou Maia.¹²⁴

Porém, mesmo sendo uma alternativa mais razoável ao atual governo, a candidatura de Lula não apresenta novidades, até alguns membros do partido admitem que chegou a hora do PT se atualizar, uma vez que vem perdendo o público progressista para os novos rostos da esquerda. A título de exemplo, nas últimas eleições municipais de 2020, o Partido dos Trabalhadores não elegeu nenhum prefeito nas capitais brasileiras. Além disso, o senador Jaques Wagner (PT-BA) também defendeu o fim dessa hegemonia: “A gente não pode ficar refém. Eu sou amigo, irmão do Lula, mas vou ficar refém dele a vida inteira? Não faz sentido”.¹²⁵

Dessa forma, continuar acreditando no mesmo sonho, iniciado com o primeiro governo Lula em 2003, seria como uma *Retrotopia*, conceito apresentado na obra póstuma do autor Zygmunt Bauman, que explica que os tempos de desilusão que vivemos causam uma falta tanto do pensamento utópico quanto de confiança no futuro, e um desejo de regresso a

¹²²REDE-PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia Covid-19 no Brasil**. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), Instituto Ibirapitanga, ActionAid Brasil, Oxfam Brasil, Fundação Friedrich Ebert Brasil. 2021. (ISBN: 978 65 87504 19 3).

¹²³Marina Motomura. CNN. Lula tem 48% das intenções de voto, e Bolsonaro 21%, diz pesquisa Genial/Quaest. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-tem-48-das-intencoes-de-voto-e-bolsonaro-21-diz-pesquisa-genial-quaest/>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

¹²⁴Natasha Werneck. Estado de Minas. Rodrigo Maia afirma que Lula é melhor que Bolsonaro: 'tem visão de país'. 2021. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/03/10/interna_politica,1245192/rodrigo-maia-afirma-que-lula-e-melhor-que-bolsonaro-t-em-visao-de-pais.shtml>. Acesso em: 24 nov. 2021.

¹²⁵STRECKER, Marcos. O beijo dos afogados. 2021. Disponível em: <<https://istoe.com.br/o-beijo-dos-afogados/>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

um passado mitificado, um sonho de passado que nunca existiu realmente. No caso do Brasil, atualmente, a maior parte do eleitorado vem clamando pelo “Brasil feliz de novo”, a volta a um passado onde o país pode experimentar avanços econômicos e acesso a condições básicas para manutenção da vida, ou até coisas que parecem simples, mas são bem simbólicas, como poder viajar de avião. Dessa forma, o retorno ao passado parece, para alguns, ser mais seguro do que encontrar um novo candidato que seja capaz de fazer isso pelo Brasil sem deixar de lado mudanças que precisam ser feitas, como o aumento do protagonismo do povo negro e de periferia, atenção à pauta das mudanças climáticas e uma efetiva redistribuição de renda.

Novos rostos têm surgido na mídia, aglutinados no que a imprensa denomina de terceira via. Como candidatos dissidentes do atual governo podemos apontar os ex-ministros da justiça e da saúde, Sérgio Moro e Luiz Henrique Mandetta, respectivamente. Sendo estes parte integrante da base eleitoral e do governo Bolsonaro desde 2019, pode-se supor que ambos têm plataformas eleitorais próximas às governistas e são declaradamente conservadores. Mandetta ficou conhecido por ser um ferrenho crítico do programa Mais Médicos¹²⁶ na posição de Deputado Federal. Já Moro é ex-juiz federal, com atuação em partes dos julgamentos da maior operação contra corrupção no Brasil, a “Lava Jato”. Um dos principais projetos de Moro à frente do Ministério da Justiça foi o pacote anticrime, que na prática, segundo o cientista político Paulo Sérgio Pinheiro em matéria jornalística, dava licença a policiais para matar.¹²⁷

¹²⁶Projeto governamental de parceria com médicos cubanos para atendimentos em unidades públicas de saúde no Brasil que vigorou entre 2013 e 2019.

¹²⁷Dimitrius Dantas. Comissão Arns diz que pacote anticrime de Moro pode ser 'licença para matar'. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/comissao-arns-diz-que-pacote-anticrime-de-moro-pode-ser-licenca-para-matar-23585582>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

Os PSDBistas João Dória e Eduardo Leite¹²⁸, governadores de São Paulo e do Rio Grande do Sul, respectivamente, são nomes também muito citados. As campanhas eleitorais do PSDB têm investido muito no conceito de terceira via, e na ideia de que seu candidato será eleito com a promessa de unir o país, mesmo que nem o próprio partido consiga se unir para escolher o nome que irá representá-lo em 2022. O primeiro tem ao seu lado o sucesso na fabricação da CoronaVac e, o segundo, um grande apoio do mercado, de acordo com a consulta que a corretora de investimentos XP fez com executivos de bancos, gestores de fundos e operadores do mercado financeiro¹²⁹. Mas, mesmo assim, falta apelo popular, afinal, nas pesquisas eles aparecem com 2% e 1% das intenções de voto, respectivamente.¹³⁰

Outros nomes de destaque são do ex-ministro da Fazenda e ex-governador do Ceará Ciro Gomes, e da ex-ministra do meio ambiente e ambientalista Marina Silva. Ambos são políticos de centro-esquerda. Ciro é reconhecido por seu “Projeto Nacional”, e tem no trabalhismo sua principal pauta política. Desde a redemocratização, efetivamente a terceira via¹³¹ possuiu chances reais de vitória em apenas uma oportunidade: em 2014, quando a candidata Marina Silva chegou a deter 31% das intenções de voto, mas logo foi perdendo apoio. Isto se deu, principalmente, pela campanha de difamação executada pela candidata governista Dilma Rousseff e pelo principal candidato da oposição Aécio Neves

¹²⁸Antes da publicação desta resenha, o governador de São Paulo ganhou as prévias do partido.

¹²⁹7 notícias: Eduardo Leite é o preferido do mercado financeiro como terceira via em 2022. 2021. Disponível em: <<https://grupoahora.net.br/conteudos/2021/09/22/7-noticias-eduardo-leite-e-o-preferido-do-mercado-financeiro-como-terceira-via-em-2022/>>. Acesso em: 26 nov. 2021.

¹³⁰ Marina Motomura. CNN. Lula tem 48% das intenções de voto, e Bolsonaro 21%, diz pesquisa Genial/Quaest. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-tem-48-das-intencoes-de-voto-e-bolsonaro-21-diz-pesquisa-genial-quaest/>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

¹³¹Entende-se, para fins desta resenha, a primeira via como a governista e a segunda como a principal oposição.

do PSDB, fazendo uma prévia do que seriam as eleições de 2018¹³².

Em meio a ameaças à democracia, fome e mortes em escala, o povo brasileiro continua se contentando com seu presente e esperando por um futuro melhor. Mesmo com mais de 141 pedidos de impeachment contra Bolsonaro enviados ao presidente da Câmara dos Deputados, sendo 87 originais, 7 aditamentos e 47 pedidos duplicados, o principal foco dos políticos da oposição, incluindo a terceira via, parece ser na promoção de seus projetos de governo, uma vez que não é vista uma mobilização nesses processos. O Bolsa Família morreu em 2021, funebremente enterrado com o apoio da oposição à PEC dos Precatórios, que institucionaliza o Renda Brasil, o qual possui data para acabar, em 2022, após as eleições¹³³. Além disso, mesmo que a situação do país já se encontre em calamidade, a grande mídia segue dando foco na procura pelo candidato perfeito para suas aspirações, desconsiderando iniciar uma mobilização popular para impedir que um presidente que atua contra a democracia possa se reeleger. Ao fim, as questões que permanecem são: por que voltamos os olhares para um futuro incerto? Por que as consequências para o governo chegarão somente em 2022? Não poderíamos dar um basta imediatamente? As forças armadas respeitarão a vitória de um candidato da oposição? E, principalmente, por que arriscaremos a reeleição de Bolsonaro?

Apesar de não podermos, a priori, responder a todas estas perguntas, é possível inferir que, por mais que para alguns essa eleição já pareça ganha, o atual governo ainda tem chances de vencer, e esse acontecimento pode colocar em

xeque a nossa já instável democracia. Por isso, se faz necessário que exerçamos com seriedade nosso papel de cidadão, de forma a estudarmos os candidatos a fundo, estarmos atentos às *fake news* e aos discursos da mídia, e mobilizarmos politicamente a juventude que não possui obrigatoriedade de voto. Já que, de acordo com a matéria da revista Piauí “Como tirar um autocrata do poder”¹³⁴, poucos são os autocratas que conseguem executar golpes logo no primeiro mandato, sendo que, normalmente, os danos à democracia se constroem com anos no poder. Portanto, se não houver uma ação rápida e conjunta da oposição, e continuarmos na esperança de um novo herói nacional, salvador da pátria ou do Príncipe descrito por Maquiavel, estaremos sob risco de termos, em 2022, nossa última eleição democrática.

¹³²Ruth Costas. BBC. Cinco razões que explicam queda de Marina Silva. 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141003_marina_queda_ru>. Acesso em: 07 dez. 2021.

¹³³Luana Tolentino. O fim do Bolsa Família e a destruição do Brasil que um dia sonhou em ser grande. 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/o-fim-do-bolsa-familia-e-a-destruicao-do-brasil-que-um-dia-sonhou-em-ser-grande/>>. Acesso em: 07 dez. 2021.

¹³⁴Oliver Stuenkel. Como tirar um autocrata do poder. 2021. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/como-tirar-um-autocrata-do-poder/>>. Acesso em: 07 dez. 2021.

ORIGENS DA INFLAÇÃO, PLANO REAL E IMPACTOS PARA AS POLÍTICAS MONETÁRIA E FISCAL

Plinio Natalino Silva¹³⁵

RESUMO

Partindo de diagnósticos da origem inflacionária nas décadas de 1980 e 1990, este artigo tenta compreender como a rápida redução dos níveis inflacionários impactaram nos resultados das políticas monetária e fiscal no Brasil. Conclui-se que o desarranjo institucional, além das âncoras fiscal e monetária para manter a inflação controlada, impactaram, negativamente, no curto prazo, as políticas monetária e fiscal.

PALAVRAS-CHAVE: Plano Real; Inflação; Estabilização; Política Monetária; Política Fiscal.

1. INTRODUÇÃO

O Plano Real foi um aparato de medidas que objetivaram o controle da alta inflação vigente na economia brasileira, nas décadas de 1980 e 1990. A inflação é definida, pelos manuais de economia, como “variação do nível de preços ao longo do tempo” (DORNBUSCH; FISCHER; STARTZ, 2013, p. 22), ou seja, uma alta inflação seria esse processo acelerado, em uma medida que pode, ou não, estar controlada¹³⁶.

Diversos autores estabelecem parâmetros que se enquadram em hiperinflacionários. Dornbusch, Fischer e Startz (2013, p. 469) dizem que, se a inflação mensal for de 22,12%, pode-se caracterizá-la como hiperinflacionária. Cagan, em seu artigo de 1956, define a hiperinflação com a inflação em um patamar de 50% ao mês. Kiguel (1989), define a hiperinflação como um processo de alta inflação devido ao governo possuir déficits orçamentários insustentáveis. A International Accounting Standards (2009), em relatório técnico, aconselha sobre como as demonstrações contábeis devem estar dispostas no balanço em economias hiperinflacionárias, e algumas características para se identificar esse quadro: preferência do público por ativos não monetários; unidade de conta via

¹³⁵Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET/SESu - do curso de Ciências Econômicas.

¹³⁶A economia mexicana nos anos de 1986 a 1988 possuía uma alta inflação, perto de 100% ao ano, entretanto, era uma taxa que se mantinha relativamente constante.

moeda estrangeira; indexação de contratos de curto prazo (como pagamento em crédito); taxas de juros, salários e preços indexados por um índice.

“Assim, é possível considerar que parte da inflação é resultado de um processo de conflito distributivo pelo excedente da renda entre a classe capitalista e trabalhadora” (CAMPEDELLI; SILVA, 2019, p. 22), todavia, é também possível identificar fatores que desencadearam esse processo na economia. A inflação brasileira das décadas de 1980 a 1990 possui três causas principais: choques de juros, choque do petróleo e indexação”. (MODIANO; CARNEIRO, 2014).

Os Estados Unidos da América (EUA) promoveram um aumento da sua taxa básica de juros a partir de 1979, chegando a quase 19% ao ano em 1981, e mantendo-a próxima de 10% até o fim da década. Os impactos desse aumento foram dois: o primeiro, que a dívida externa brasileira estava atrelada a taxas de juros flexíveis, o que ocasionou um aumento repetido nas Transferência de Recursos Reais ao Exterior (TREE), necessárias para pagar os juros e a amortização da dívida; o segundo efeito foi a escassez de crédito no mercado internacional, utilizado para financiar as políticas desenvolvimentistas, além da diminuição dos fluxos de capitais, os quais permitiam manter maiores patamares de importação nas transações correntes (MODIANO; CARNEIRO, 2014).

Outro fator alavancador da inflação foi o choque do petróleo de 1979. Com a deposição do monarca iraniano - país que era o maior produtor de petróleo no mundo naquela época - e, em seguida, a guerra Irã-Iraque produziu uma forte alta no preço da commodity, e também pelo poder de monopólio da OPEP¹³⁷. Grande parte dos transportes de mercadorias no Brasil era, e ainda é, feito via rodovias, o que ocasionou na elevação de todos os preços no mercado. Para mais, além da necessidade do petróleo para o transporte de mercadorias, outro fator importante é que a maioria do consumo era via importação, sendo, em 1981, 79% do petróleo consumido nacionalmente importado. (CARNEIRO; 2014, p. 261)

O choque de juros e do petróleo provocaram uma enorme crise cambial, isto em uma economia com problemas de gestão da dívida externa, a qual, predominantemente, era formada por títulos de curto prazo e taxa de juros flutuante. O câmbio foi desvalorizado diversas vezes para readequar-se ao novo patamar de preços internacionais. Essa crise cambial seria solucionada apenas em 1984, após reformas internas e a retomada do crescimento da economia dos EUA, em que a constituição de reservas, de 1984 até 1994, seria algo central para a implementação do plano real (MODIANO; CARNEIRO, 2014).

¹³⁷Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

De 1980 a 1984, em conjunto com o ajuste externo, houve planos de estabilização de cunho ortodoxo para mitigar a alta inflação, entretanto, os mesmos não obtiveram êxito. Soluções heterodoxas foram pensadas para explicar o aparente paradigma, devido a inflação não responder às medidas anticíclicas adotadas. Arida e Resende (1985) e o livro Choque Heterodoxo, Lopes (1986), foram os primeiros¹³⁸ a ganhar notoriedade com o debate sobre a inflação inercial, e a propor soluções para ela. Entretanto, a proposta “Larida”, como assim denominou o economista Rudiger Dornbusch quando a mesma foi apresentada nos EUA, apenas foi implementada nove (9) anos após uma série de propostas que acabaram por falhar.¹³⁹

Os programas de estabilização, após 1986, possuíam como interpretação o diagnóstico da inflação inercial (MODIANO, 2014). A inércia está atrelada a mecanismos de indexação generalizados, com todos os preços da economia sofrendo reajustes programados, ou não, periodicamente, transportando assim a inflação passada para o futuro. Sem choques de demanda e de custos, via-se na economia uma estabilidade da inflação, observando um platô em diversos momentos.¹⁴⁰

Mesmo com o foco da política econômica na inflação, a taxa elevou de 235%, em 1985, para 1037%, em 1988. Os planos Cruzado, Bresser e Verão apenas contingenciam a inflação por breves momentos na medida em que congelavam preços, para quando os mesmos eram reajustados retornarem com a inflação ainda mais alta, pois pelas expectativas de novos congelamentos, os agentes antecipam os movimentos da autoridade monetária (MODIANO, 2014).

No fim de 1990, com o primeiro presidente eleito diretamente pela população após o fim da ditadura militar, a situação econômica era crítica: o quadro inflacionário havia se deteriorado ainda mais com as políticas recém adotadas, a parte fiscal também piorava e enfrentava-se dificuldade em promover ajustes, e, por fim, a credibilidade no governo se esfacelava. Mesmo com pouco tempo, Collor implementou mudanças expressivas com a liberalização comercial unilateral, que rebaixou a tarifa média de importação média nominal de 57,5% para 32,1%.¹⁴¹ Também implementou uma série de privatizações que, aparentemente, iriam melhorar o quadro fiscal, além da mobilidade de capitais, permitindo maior nível de investimento externo (ABREU; WERNECK, 2014). Collor acabou renunciando ao fim de dezembro de 1992, depois de ser afastado do cargo desde outubro. Seu sucessor, Itamar Franco, nomeou vários ministros da fazenda antes de convocar o então ministro das relações exteriores, Fernando Henrique Cardoso (FHC) para a fazenda e implementar o Plano Real.

¹³⁸Mário Henrique Simonsen chegou a conclusões similares nos anos finais da década de 1960 com o “Modelo de Realimentação Inflacionária”.

¹³⁹Outros autores já haviam discorrido antes de Arida Resende e Lopes sobre a inflação inercial. Ver Bresser-Pereira (2010)

¹⁴⁰A inflação de 1980, 1981 e 1982 foi de 99,7%, 93,5% e 100,3% respectivamente.

¹⁴¹Ao fim de 1994 a tarifa média nominal estava em 11,2%.

As experiências dos fracassos acumulados desde 1986 seriam cruciais para a elaboração de um plano de estabilização. O Plano Real consistiu em três (3) âncoras para ser implementado: âncora fiscal, âncora cambial e âncora monetária (ABREU; WERNECK, 2014).

2. DESENVOLVIMENTO

O déficit fiscal era entendido como sendo possivelmente um fato gerador da inflação pela ortodoxia.

Uma correção do desequilíbrio fiscal foi crucial para parar a hiperinflação. Este fator está bem documentado nos trabalhos de Yeager (1981), Sargent (1982) e Webb (1986) sobre os episódios de hiperinflação nos países da Europa Central durante a década de 1920 e por Sachs (1987) sobre o episódio boliviano mais recente. Substanciais reduções fiscais no déficit orçamentário, reforma monetária e uma taxa de câmbio fixa foram cruciais para o sucesso das políticas de estabilização nesses países. Na verdade, de fato a contenção, que na maioria dos casos significava a eliminação total do déficit orçamentário, foi provavelmente a mais importante dessas medidas políticas. (KIGUEL, 1989, p. 148)

A redução do déficit fiscal concentrou-se na tributação do mercado financeiro em conjunto com o "Fundo Social de Emergência" - precursor da DRU¹⁴². Este mecanismo permitia utilizar 20% de recursos de tributos dos gastos sociais (saúde, educação e previdência) de forma livre pelo governo, dando maior liberdade ao orçamento. Esta reforma, articulada no congresso, permitiu superávits primários de 2,6% e 5,1% do PIB em 1993 e 1994, respectivamente (ABREU, WERNECK, 2014).

A reforma monetária, como visto, visava principalmente eliminar o fator inercial da inflação. A Argentina havia regressado ao "currency board" (conselho da moeda) para conter a inflação, e era algo apontado como exemplo ao Brasil. Contudo, o governo brasileiro optou por manter o controle da política monetária, criando, para isto, uma nova unidade de conta, a "Unidade Real de Valor" (URV). Enquanto o cruzeiro permanecia em circulação e carregava consigo a inflação passada, a URV atuava como o definidor dos preços de novos contratos, e, com a criação da nova moeda, os contratados em URV passariam a reais, o que estimulava a adoção da população à moeda virtual. Além do fator inercial, a taxa de juros estava em um patamar elevado para estimular a poupança em detrimento do consumo, e atrair capital externo para compor reservas internacionais (ABREU; WERNECK, 2014).

Por fim, quando da adoção da nova moeda, o Real, a paridade com o dólar era de um para um, e foi mantida próxima disto até 1998. A importância de se manter uma âncora cambial era fazer com que

¹⁴²Desvinculação das Receitas da União.

parte da demanda – que causava pressão inflacionária – fosse suprida pelas importações. Esse mecanismo apenas foi possível pelas reservas de quase US \$40 bilhões que o Brasil possuía em 1994, mas que rapidamente se esgotaram (ABREU; WERNECK, 2014).

Os custos econômicos relacionados à inflação são diversos. As empresas possuem dificuldades em manter um fluxo de caixa, conceder créditos a clientes e cobrar dívidas, essa última devido ao incentivo ao atraso, pela moeda estar perdendo valor diariamente. Os sistemas contábil, tributário e até jurídico têm custos extras para exercer suas atividades. Nas transações, com níveis realmente altos de inflação, os agentes tendem a se desfazer da liquidez o mais rápido possível, preferindo ativos tangíveis. Os preços que carregam consigo todas as informações da mercadoria, reduzem a capacidade dos agentes de tomar boas decisões, devido a essas informações serem obsoletas ou não confiáveis. Outra questão é quando os ativos financeiros deixam de ser utilizados como reserva de valor, e passam a ser prioridade dos agentes, preferindo deter, por exemplo, commodities, imóveis e divisas estrangeiras. O esforço gasto para lidar com a inflação também é difícil de se calcular. Por fim, os agentes que não possuem meios de se defender da inflação, como um sistema bancário restrito a parte da população, têm potencial de aumentar a pobreza e mudar dinâmicas sociais laborais (B.YEAGE, 1981).

A economia brasileira, por conviver vários anos com a inflação alta, acabou por se adaptar a ela, indexando diversos preços a índices que medem a inflação e produzindo uma inércia inflacionária. O efeito “Oliveira-Tanzi”, nome devido ao conceito ser desenvolvido simultaneamente por Vito Tanzi (1969) e Júlio Oliveira (1967), descreve que há uma defasagem temporal para quando os tributos são cobrados com quando eles de fato são arrecadados. Devido essa defasagem, há uma perda de valor real da arrecadação por parte do governo por conta da inflação. Todavia, o setor público brasileiro também se adaptou à inflação e, devido a rápida mudança para uma inflação baixa e controlada, acabou tendo dificuldades no rearranjo institucional pós Plano Real, contribuindo para isso uma taxa de juros real elevada.

Tabela 1 Dívida Líquida do Setor Público (% PIB valorizado) - Interna

	Governo Federal e Banco Central	Governos estaduais e municipais
1991	-0,70%	6,30%
1992	0,05%	6,85%

1993	0,68%	8,10%
1994	5,41%	9,15%
1995	6,62%	9,32%
1996	11,62%	10,12%
1997	13,26%	10,73%
1998	18,77%	12,10%
1999	20,84%	13,41%
2000	20,99%	14,29%

Fonte: Banco Central. Elaboração própria

Os três níveis de governo possuíam sistemas tributários de indexação complexos para se proteger do efeito Oliveira-Tanzi, resguardando a arrecadação em níveis reais. Nas despesas utilizam subterfúgios, subestimando a inflação futura ou atrasando os gastos, assim conseguiam controlar as despesas através da defasagem intertemporal do valor real efetivo. Isso derivou uma descoordenação do valor real despendido e, possivelmente, possa ter contribuído para a elevação do déficit público. Em 1995, o superávit primário do setor público estava próximo de zero (0), destoante do superávit de 5,1% do PIB em 1994 (WERNECK, 2014).

O governo subestimou os efeitos da redução da inflação nas contas públicas e demorou para reagir para evitar o quadro de deterioração fiscal. Havia então dois grupos, o primeiro que via a necessidade de reformas estruturais para conter o déficit público e o segundo que se opunha a essas reformas.

[...] Em nossa opinião, ambas as posições eram equivocadas. Aqueles que rejeitavam as reformas em curso negligenciaram toda uma longa série de mazelas associadas à situação existente em meados dos anos 90: a possibilidade de os indivíduos se aposentarem muito cedo representava um ônus fiscal crescente. [...] Por outro lado, a atribuição de todos os males fiscais à falta de aprovação das reformas escondia o problema de que os principais fatores de pressão sobre as contas públicas ao longo do período 1995/98 obedeciam a causas, em primeiro lugar, passíveis de controle e em

segundo, que não eram plenamente contemplados pelas reformas até então (1998) em debate. (GIAMBIAGI, 2002, p. 47)

As despesas primárias do governo central, que eram de recursos livres passíveis de controle, aumentaram, de 1995 a 1998, 58%. Giambiagi (2002) descreve três efeitos que pressionaram a dívida em meados da década 1990: 1) o reconhecimento de dívidas antigas que as estatísticas não haviam registrado; 2) valorização da taxa de câmbio que afeta a dívida; 3) as privatizações. Os dois primeiros efeitos representaram uma pressão sobre a dívida de 17% do PIB até 2002. Já as privatizações reduziram a dívida em 5% do PIB.

Na política monetária, o instrumento de senhoriagem que os bancos utilizam para gerar receita não era mais possível. Grande parte dos bancos do país sofreram intervenções do Banco Central para manter a solvência do sistema financeiro. Todo o sistema bancário teve de ser saneado, o que era custoso ao governo. A inflação ainda era um temor recorrente e, em abril de 1995, o Banco Central aumentou o compulsório, a taxa de juros e o controle de crédito (WERNECK, 2014).

Já no início de 1995, o saldo da conta de transações correntes do balanço de pagamentos demonstrava fragilidade. Em conjunto a isso, a crise mexicana que ocorreu em tempo próximo preocupava o governo sobre como se manteria a política cambial. A necessidade de manter o câmbio valorizado se dava para que parte da pressão inflacionária se mantivesse no exterior, e a desvalorização cambial, para amenizar o saldo das transações, correntes poderia elevar a inflação. Ao fim do ano, as reservas internacionais estavam em US \$10 bilhões. A balança comercial continuaria a se deteriorar até 1998.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hiperinflação foi um problema que dominou grande parte do esforço da política econômica no Brasil nas décadas de 1980 e 1990, sendo um debate intenso, tanto entre ortodoxos quanto heterodoxos. O Plano Real, com o elemento heterodoxo da URV, proporcionou a resolução da hiperinflação, mas acabou por ocasionar efeitos adversos na piora dos resultados fiscais, monetários e do setor externo. Os níveis de desemprego aumentaram, a pobreza estabilizou-se e a desigualdade cresceu.

A rápida eliminação da hiperinflação, no ano de 1994, acabou por desestabilizar as contas públicas em nível federal, estadual e municipal. Até então, o setor público já havia se adaptado a anos de inflação alta e se utilizava disso para: 1) preservar os níveis de receitas, com instrumentos sofisticados de indexação; 2) subestimar a inflação na elaboração das despesas, além de adiar a execução do gasto. Estes dois componentes, em conjunto, permitem que a dívida pública estivesse

controlada, como demonstrado na tabela 1: de 1991 a 1993 a dívida líquida do governo federal estava abaixo de 1%, chegando ao fim da década a 20% do PIB. As falhas da contabilidade pública e a utilização do câmbio para o controle da hiperinflação acentuaram a questão fiscal de 1995 a 1998. Em conjunto com a inação das autoridades, que demoraram a constatar a magnitude do problema da situação fiscal e preferiram, como Giambiagi (2002) cita, utilizar o “capital político” para aprovar a reeleição em detrimento de reformas. Além disso, foram utilizadas as privatizações de empresas públicas de modo a reduzir o déficit, maquiando as contas com ativos não constantes no tempo.

Na política monetária, grande parte dos bancos necessitam de intervenções por parte do Banco Central. A inflação alta, nos períodos anteriores, permitia às instituições financeiras utilizarem de senhoriagem, sem a mesma vários problemas de liquidez se sucederam. Em conjunto, a taxa básica de juros se mantinha em nível elevado, com o câmbio desvalorizado, o que penalizava grande parte do setor produtivo brasileiro.

A hiperinflação representou um marco na história brasileira, além do tempo em que ela perdurou até ser solucionada, modificando significativamente a vida das pessoas e alterando a forma de gestão das instituições. É inegável o avanço institucional de uma baixa inflação, mas os custos representaram impactos significativos.

4. REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo. WERNECK, Rogério. **Estabilização, abertura e privatização**. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do Progresso: dois séculos de política economia no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. Cap. 15, p. 313-330.

ARIDA, Pérsio; RESENDE, André. **Inertial Inflation and Monetary Reform in Brazil**. Rio de Janeiro. jan. 1985.

B.YEAGE, Leland. **Questions and Concepts**. In: B.YEAGE, Leland. *Experiences with Stopping Inflation*. Washington D.C: Aei Studies, 1981. cap. 1, p. 1-38

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A descoberta da inflação inercial**. *Revista de Economia Contemporânea*, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 167-192, 2010. FapUNIFESP (SciELO).< <http://dx.doi.org/10.1590/s1415-98482010000100008> >.

CAMPEDELLI, André Luis; SILVA, Felipe Pinto da. **Conflito distributivo e Inflação, uma análise do caso brasileiro entre 2011-2016**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 24., 2019, Vitória. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/334469257_Andre_Luis_Campedelli_e_Felipe_Pinto_da_Silva_-_Conflito_distributivo_e_Inflacao_uma_analise_do_caso_brasileiro_entre_2011-2016>. Acesso em: 04 jun. 2021.

CARNEIRO, DIONÍSIO. **Crise e Esperança**. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do Progresso: dois séculos de política economia no brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. Cap. 12.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. **Macroeconomia**. 11. ed. São Paulo: Amgh, 2013.

GIAMBIAGI, Fabio. **Do déficit de metas às metas de déficit: a política fiscal do governo Fernando Henrique Cardoso**. Ipea, Brasília. n. 93, p. 1-51, abr. 2002. Texto para discussão.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS. IAS 29 — **Financial Reporting in Hyperinflationary Economies**. 2009. Disponível em: < <https://www.iasplus.com/en/standards/ias/ias29> >. Acesso em: 29 abr. 2021.

KIGUEL, Miguel A. **Budget Deficits, Stability, and the Monetary Dynamics of Hyperinflation**. Journal Of Money, Credit And Banking, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 148, maio 1989. JSTOR.< <http://dx.doi.org/10.2307/1992365> >.

MODIANO, Eduardo. CARNEIRO, Dionísio. **Ajuste externo e Desequilíbrio**. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do Progresso: dois séculos de política economia no brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. cap. 13, p. 263-289.

MODIANO, Eduardo. **A ópera dos três cruzados**. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do Progresso: dois séculos de política economia no brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. cap. 14, p. 281-312.

OLIVEIRA, Júlio. **Money, Prices and Fiscal Lags: a note on the dynamics of inflation**. Del Lavoro, Buenos Aires, p. 258-267. 1967.

TANZI, Vito (1969). **The Individual Income Tax and Economic Growth**. [S.l.]: Johns Hopkins University Press

WERNECK, Rogério. **Consolidação da estabilização e reconstrução institucional**. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do Progresso: dois séculos de política economia no brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. cap. 16, p. 331-356

BRASIL: DO NEOCOLONIALISMO IMPERIALISTA AOS MOVIMENTOS NACIONAIS INDUSTRIALIZANTES

Maya Pavan Fernandes Moraes¹⁴³

Patricia Specimille Guimarães¹⁴⁴

RESUMO

Ao longo da história econômica brasileira, a influência externa - advinda principalmente das potências imperialistas - foi ponto primordial para a construção e formação do dinamismo interno atual do país, marcado pelo subdesenvolvimento, centralização de riqueza, economia altamente exportadora e pela dependência do mercado internacional. O Brasil nasce, segundo Caio Prado Júnior, como uma vasta empresa europeia e seu único objetivo se dá na obtenção de lucro, fruto das consequências e mecanismos do sistema capitalista, de suas contradições e do seu caráter exploratório pautado na expansão comercial, dando origem a seus desdobramentos, e atuando como propulsor principal dos levantes e movimentos nacionais industrializantes no século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Subdesenvolvimento; Comércio Exterior; Dependência Internacional; Emancipação.

1. INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista é pautado pelo lucro desde seus primórdios. A maximização da produção, a minimização do custo, a padronização dos produtos, a divisão do trabalho e a precarização do trabalho são heranças que tal sistema deixa para a sociedade. Logo, este artigo foi criado pela necessidade do apontamento de causas para o surgimento e continuidade do subdesenvolvimento das periferias mundiais, da imprescindibilidade de se entender qual o papel das potências na formação econômica de países menos abastados e quais as consequências deste movimento histórico.

¹⁴³Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo.

¹⁴⁴Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo e bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Economia/Ufes SESU/MEC.

O processo imperialista, do século XIX, tinha como intuito a expansão e conquista territorial de regiões da África, Ásia e América Latina pelas potências mundiais à época - Inglaterra, França, Itália, Alemanha, Estados Unidos, entre outras. No curso da história, essas espoliações territoriais trouxeram, para as nações colonizadas, inúmeras consequências, como o empobrecimento, o subdesenvolvimento e a perda da identidade cultural, as quais são notórias até os dias atuais. Tais consequências são caracterizadas pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (1993) como “colonialidades do poder”, ou seja, continuidades do processo de expropriação europeia e norte-americana vigentes à lógica capitalista contemporânea. O que antes era justificado como busca por recursos naturais, superioridade de raças ou atavismo social, hoje se apresenta de maneiras distintas, mas com o mesmo caráter exploratório.

Outros fatores determinantes para essa “nova forma” do imperialismo foram as guerras. Ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) uma nova ordem econômica se consolidou, mudando a atuação capitalista dos Estados Nacionais. Esta ordem era pautada no liberalismo econômico, tal qual pudesse conviver com o sistema de proteção da sociedade, promovendo o bem-estar, e não só isso, mas tendo em vista a forte presença do Estado em todos os âmbitos da sociedade. Contudo, o poder de hegemonia dos EUA, consolidado no final da guerra, e posteriormente de países europeus reconstruídos, continuou influenciando direta e/ou indiretamente as sociedades periféricas, que se tornaram instrumentos bases para o crescimento dessas potências, o que Eduardo Galeano aponta como o cerne da história do desenvolvimento capitalista: “Perdemos; outros ganharam; Mas aqueles que ganharam só puderam ganhar porque perdemos (...)” (GALEANO, 1978, p. 18). Ademais, a recomposição das forças mundiais estimulou também os movimentos de libertação nacional de caráter emancipador dos países colonizados na África, Ásia e América Latina, sendo essa última região movida - mesmo que iniciado seu processo de industrialização desde a década de 1930 - pelo anseio de uma identidade política real diante das pressões diplomáticas e intervenções militares, por uma independência econômica de seus Estados Nacionais, desenvolvimento e bem-estar.

Dessa maneira, após apresentado o panorama geral, este artigo possui como principal objetivo, por meio de recorte nacional, apresentar as particularidades encontradas no Brasil, a respeito de seus processos de tentativa de emancipação e desenvolvimento em relação aos países desenvolvidos. Assim, torna-se primordial compreender a configuração da divisão internacional do trabalho, que se plasma ao longo do século XX, para o entendimento de fenômenos como a relação de dependência entre as periferias e as potências; o “complexo de vira-lata” e o imperialismo hodierno intrínseco em mídias sociais e outros canais de comunicação, com o objetivo de responder a

seguinte questão: o que impede o Brasil, na atualidade, de alcançar de fato sua autonomia e romper as amarras imperialistas?

2. DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (DIT)

Os estudos acerca da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) iniciaram-se desde que as Grandes Navegações do século XV tornaram o comércio a longa distância possível. A partir de tal marco surgem três formas as quais a DIT se apresenta cronologicamente.

Em primeira instância, encontra-se o século XV, momento no qual o comércio se expande e grande parte da atividade econômica mundial se inicia a partir do processo de colonização. Nesse momento, o mercado é apresentado de forma distorcida, visto que a doutrina clássica do comércio ilustrava que a divisão internacional de tarefas e de produção ocorria de forma igualitária. Conceitos neoliberais - como o *laissez-faire* - se originam neste momento, com destaque para a Primeira Revolução Industrial.

Assim, de acordo com o desenvolvimento mundial, e o surgimento de novas potências, essa doutrina clássica já era observada como ilógica por algumas nações, no entanto, era contraditoriamente - e estrategicamente - cada vez mais difundida. A fim de ilustrar o quão deturpada tal ideologia se apresenta, tem-se a Grã-Bretanha como exemplo pioneiro. Apesar desta potência ser reconhecida como o berço do liberalismo, a realidade histórica é que o seu desenvolvimento contou com uma forte política intervencionista. A proibição da importação de lã, a contratação de mão de obra especializada dos Países Baixos e as expedições enviadas para a identificação dos melhores territórios para a instalação de manufaturas, são apenas alguns dos diversos exemplos de políticas criadas pelo Estado para incentivo à manufatura nacional em seu pioneirismo na primeira fase da Revolução Industrial. A impressão liberal se dá pela forma com que a Grã-Bretanha ilustra internacionalmente o seu processo de desenvolvimento, ou seja, o país incentiva a teoria de livre comércio por ser mais vantajoso à potência, haja vista a diminuição das taxas alfandegárias e as vantagens à exportação dos produtos manufaturados gerados por tal ideal (CHANG, 2004).

“O intercâmbio desigual pelo qual era conduzido o comércio, servia de garantia de que os lucros resultantes favoreceriam os exportadores de produtos manufaturados” (ALBUQUERQUE, 1987, p. 99). E, dessa maneira, a DIT se apresenta, até a contemporaneidade, como uma ferramenta de ilustração das relações de dependência entre centro e periferia capitalistas, e como essa extração

historicamente abusiva de riquezas continua a impedir que estas nações periféricas consigam de fato se desenvolver.

3. IMPERIALISMO

Em linha cronológica, como se sabe, após as Revoluções Industriais do século XIX, o mundo encontrava-se profundamente embebido pelo modo de produção capitalista. Marcado pela competitividade, abertura de mercados e superprodução, o cenário pós-desenvolvimento do que hoje são conhecidos como potências mundiais, demandava expansão. Dessa forma, a partir da necessidade de novos mercados consumidores e de matérias-primas - devido à saturação dos mercados nacionais -, as potências europeias reuniram-se na chamada Conferência de Berlim a fim de dividir o território africano, dando origem ao conhecido historicamente por Imperialismo.

O continente Americano, com destaque para a América Latina, já encontrava-se explorado em tal momento, devido às colônias de exploração drenadas por países europeus séculos antes, e, por isso, as consequências já poderiam ser observadas no século XIX. Contudo, os continentes asiático e africano, explorados de forma mais intensa durante o neocolonialismo no século XIX, apesar de sofrerem processos de ocupação muito parecidos aos da América, foram vítimas de estratégias indiretas de ocupação. A teoria já se expunha de forma determinada a partir da visão cartográfica, pois o mapa do continente africano se encontrava com fronteiras retas e desenhadas, sem nenhum critério étnico ou linguístico. O Imperialismo, portanto, por mais bem elaboradas que fossem as teorias psicológicas, diplomáticas e atavistas, foi uma questão estratégica, haja vista o domínio indireto que as potências já possuíam sobre a África a partir de missionários, entrepostos comerciais, colônias, entre outros. O darwinismo social, o cristianismo e o prestígio nacional foram subterfúgios eficientes, porém, a Conferência de Berlim, com as fronteiras que contaram com cerca de 30% de linhas retas, a livre navegação sob os rios Níger e Benue e as resoluções superficiais e vazias de sentido acerca do tráfico negreiro e do bem-estar do povo africano, apenas comprovam a prepotência histórica das nações desenvolvidas (UZOIGWE, 2010).

4. REVOLUÇÕES NO SÉCULO XX

Segundo Mazzucchelli (2009), após a Primeira Guerra Mundial, nos territórios europeus, onde de fato ocorreram as batalhas, as nações encontravam-se destroçadas, tanto pela devastação física e territorial, quanto no âmbito econômico, com países que saíram falidos. Porém, a realidade estadunidense foi contrária a das potências europeias, uma vez que, além das peculiaridades do desenvolvimento econômico dos EUA desde a colonização, e o impulso gerado na economia após a guerra civil, a economia norte-americana teve uma injeção de renda e poderio com a Primeira

Grande Guerra. Assim, a partir desse processo, a nação passa a conceder empréstimos para toda a Europa, conquistando seu espaço como potência mundial e realizando funções outrora europeias. Após a Segunda Grande Guerra, este cenário é intensificado: a bipolaridade mundial entre capitalismo e socialismo tornava-se cada vez mais latente e as potências europeias se expunham fragilizadas .

As colônias africanas e asiáticas, fortalecidas pela formação de elites durante a década de 1930 e observando a conjuntura mundial, dão início a movimentos de independência. A partir de 1940, ano de libertação da China, diversas colônias fomentaram seus processos de independência, principalmente por influências socialistas, uma vez que a União Soviética tornava-se progressivamente autônoma e difundia ideais igualitários. Contudo, seguindo o padrão histórico, as potências capitalistas permaneceram tentando se beneficiar a qualquer custo. Acordos de independência foram feitos na década de 1960 - com exceção das colônias portuguesas - entre metrópoles e suas periferias, no entanto, o objetivo era puramente estratégico, haja vista a economia de recursos econômicos gerada pela não necessidade de controle político direto. Dessa forma, enquanto as colônias adquiriam a falsa sensação de liberdade, as metrópoles continuavam arquitetando pressupostos de estímulo às diferenças internas a fim de instigar guerras civis, pois a partir da segregação de povos o domínio indireto das potências era facilitado, além dos lucros gerados pela indústria de guerra (UZOIGWE, 2010).

O discurso nacionalista para manutenção da drenagem de riquezas dessas terras se caracterizava por uma defesa da doutrina clássica do comércio, na qual o protecionismo se apresentava como um malefício ao liberalismo, apesar da prática econômica das potências adotá-lo.

[...] o livre-comércio nunca foi o resultado natural do laissez-faire, mas exigiu o uso de uma considerável força política e militar para se sustentar; as nações que não conseguiram resistir à doutrina do livre-comércio tornaram-se vítimas do subdesenvolvimento, induzido pela especialização em produtos primários, como aconteceu na África, Ásia, América Latina e algumas partes da Europa. Aquelas que conseguiram resistir, como os Estados Unidos e a Alemanha, evoluíram para economias industriais maduras (ALBUQUERQUE, 1987, p. 5).

Ainda nessa esteira de pensamento:

Livre-comércio é uma espécie de senha que pode ser usada contra outras nações todas as vezes que interesses comerciais se chocam. Outra razão da imortalidade dos ideais do livre-comércio é o fato de poder usá-lo sempre

que isto seja conveniente, sem ter realmente que se comportar de acordo (Idem, ibidem).

Por fim, algumas nações adotaram uma abordagem mais violenta a partir do uso de guerrilhas armadas, porém, essas eram respondidas com mais violência. A partir disso, os próximos recortes do presente artigo ilustrarão exemplos das consequências da crueldade imperialista e colonialista sobre o Brasil, país da América Latina, também vítima de tal processo.

5. CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

Antes de fomentar a questão principal, faz-se essencial apresentar os elementos e antecedentes da formação econômica brasileira. Sua história econômica é, a priori, marcada pela subordinação e dependência internacional desde seu processo de colonização em 1500, com a chegada dos portugueses ao litoral brasileiro. Prado (1981) caracteriza os acontecimentos dessa época como um capítulo da história do comércio europeu:

Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do séc. XV e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora. Não têm outro caráter a exploração da costa africana e o descobrimento e a colonização das Ilhas pelos portugueses, o roteiro das índias, o descobrimento da América, a exploração e ocupação de seus vários setores (PRADO JR, 1981, p. 5).

Explorações de setores esses, elucidados pelo autor, que iniciam os ciclos econômicos brasileiros, em que a extração do pau-brasil marca os primeiros contatos dos portugueses no território. Posteriormente, entre 1530 e 1640, consolidou-se de fato a ocupação efetiva, determinada pelo povoamento, colonização e estabelecimento da agricultura de cana-de-açúcar nos grandes latifúndios, sobretudo no Nordeste brasileiro, que detinham como elemento central os engenhos, determinando a grande propriedade como forma de exploração agrária no país, se utilizando da captura de mão de obra indígena, logo substituída pela escravidão possibilitada pelo tráfico negreiro. Além do açúcar, começou-se também a plantar o tabaco, ambos compondo o primeiro setor dos grandes produtos de exportação. A partir do séc. XVIII, a descoberta das jazidas auríferas expande o interesse da metrópole portuguesa pelo Brasil, o que conduz ao desenvolvimento por meio de restrições econômicas e opressões administrativas. Pode-se notar também a forte pecuária e exploração massiva de diversos outros recursos naturais, como os rios amazônicos e as florestas, em interesses do enriquecimento de Portugal. Neste mesmo século, a Revolução Industrial refletiu diretamente nas colônias, alargando mercados e valorizando seus produtos, fato que acabou por

articular os conflitos europeus, que em sua maioria, como dito por Prado (1981), têm sempre como *ultima ratio*, o problema colonial.

6. A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

A pequena manufatura da época colonial logo tornou-se ultrapassada com a abertura dos portos em 1808 no país. Esse movimento permitiu que as mercadorias brasileiras pudessem competir com o mercado exterior em igualdade de condições, graças às baixas tarifas alfandegárias até 1844. Contudo, a indústria brasileira foi massacrada pela superioridade das produções européias, o que paralisou suas atividades. Um dos motivos que impedia o estabelecimento da indústria moderna no país era a deficiência de fontes de energia, pois o Brasil sempre careceu de jazidas de carvão de pedra, essenciais para o funcionamento das máquinas na época. Além disso, outro elemento que lhe faltava era a siderurgia, porque mesmo com grandes reservas de ferro, estas encontravam-se em lugares de difícil acesso dos grandes centros consumidores. Mas, a principal deficiência, introduzida por Prado (1981), é a de mercado consumidor, quesito essencial para a produção de larga escala exigida pela maquinofatura. Outrossim, as exportações não acompanhavam o ritmo do crescimento da população, tal fato pode ser observado no déficit constante de seu comércio exterior, notório até a atualidade. O desequilíbrio externo das contas do país se comprova pelo declínio constante do câmbio monetário, queda que provocou o encarecimento das mercadorias, configurando-se como impulso direto ao estímulo da produção nacional, sem contar com a disposição do algodão para indústria têxtil e o baixo preço da mão de obra.

Esse impulso à indústria no Brasil consolidou-se entre 1914-1918, período da Primeira Guerra Mundial, responsável pela queda do câmbio e, conseqüentemente, pela concorrência estrangeira. Contudo, ainda existiam diversas problemáticas em volta de seu desenvolvimento, dentre elas destaca-se: a carência de capital, dado o baixo nível econômico do país e seus problemas estruturais, os quais tornam lento o processo de capitalização. Dessa forma, a indústria estaria estritamente dependente do comércio exterior e do balanço de contas internacionais do país, como observado no período da guerra, bem como o estado das finanças públicas e as emissões que cobriam as despesas do Estado.

7. DEPENDÊNCIA DO CAPITAL ESTRANGEIRO E AS CONSEQUÊNCIAS IMPERIALISTAS

Como destacado anteriormente, o desenvolvimento econômico brasileiro é indissociável das amarras imperialistas, sobretudo após a evolução do capitalismo financeiro no séc. XIX, período de aceleração do movimento exploratório europeu e norte-americano nas regiões periféricas do globo.

Ainda de acordo com Prado (1981), no Brasil a dependência do capital financeiro se iniciou com os empréstimos públicos, como por exemplo aqueles concedidos ao país para a realização da política de valorização do café, e a partir disto o capital estrangeiro tornou-se cada vez mais presente, tanto no café quanto em qualquer setor que pudesse ser rendoso. Toda essa situação também abria caminho para as especulações, que detinham como instrumentos as agências e filiais de bancos internacionais em território brasileiro, estabelecendo com veemência o controle do capital estrangeiro, o desequilíbrio das contas nacionais e a promoção de déficits no país, por depender inteiramente do cenário externo.

As consequências das ações imperialistas e da dependência do capital estrangeiro sobre as nações marginalizadas da América Latina, África e Ásia são múltiplas, entretanto, possuem suas particularidades. No Brasil, como visto, os primeiros vestígios da “colonialidade”, tal qual pautada por Quijano (1993), foi, em primeiro lugar, a exploração da riqueza nacional e a detenção da mais-valia do trabalho brasileiro por interesses completamente destoados do próprio país. Em segundo lugar, a defasagem estrutural da sociedade brasileira sistematizada nas adjacências da má distribuição de renda e do empobrecimento. No entanto, fazendo jus as contradições capitalistas, o Imperialismo foi fator primordial para a entrada da economia brasileira no convívio internacional, o que posteriormente viria a eclodir em movimentos, ou melhor, no caso brasileiro, espasmos nacionalistas em determinados momentos de sua história, buscando a superação da dependência frente às nações desenvolvidas.

8. A TEORIA DA DEPENDÊNCIA E OS MOVIMENTOS EMANCIPATÓRIOS NA AMÉRICA LATINA

Após a crise de 1929 e o imediato pós-Segunda Guerra Mundial, uma nova onda econômica se estabeleceu no mundo. Com os Estados Unidos como principal símbolo hegemônico, em conjunto ao sistema de instituições multilaterais estabelecidas em Bretton Woods, a expansão do capital norte-americano buscou, sobretudo, investimentos industriais. Assim, Theotônio dos Santos (1998) relaciona os movimentos industrializantes na América Latina, nos anos de 1930-45, como dependentes dos acontecimentos externos. Com isso, a Teoria da Dependência buscou explicar as novas características do desenvolvimento social e econômico nessas regiões, que se dá principalmente pela implementação da indústria e pela expansão do capital internacional, abrindo caminho para se pensar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como resultados históricos do próprio capitalismo.

Essa reorganização mundial, após a guerra, lançou margem principalmente para os movimentos gerais emancipatórios, promovidos pelas regiões subdesenvolvidas, em busca da contestação do

liberalismo, autonomia, nacionalismo e superação das amarras da dependência econômica. Segundo Ilse Scherer-Warren (2008), surgem a partir do séc. XX, na América Latina, as primeiras ações coletivas de caráter reivindicativo, contudo, apresentando certas particularidades no curso da história de cada país que as compõem. A Revolução Cubana de caráter socialista, por exemplo, buscava derrubar a ditadura de Fulgêncio Batista em 1959, que possuía suas políticas voltadas à censura e a atender os interesses dos EUA. Já a revolução Boliviana, em 1952, por meio de insurreições e conflitos violentos e diretos, também combatiam as influências imperialistas mantidas pelo governo vigente.

No Brasil, esses processos libertários não possuíam caráter violento e radical, como em outros países latinos. Um de seus principais espasmos nacionalistas pode ser observado no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), com a implantação de projetos industrializantes que possuíam o ideário nacional-desenvolvimentista, vigorando no Brasil entre 1930 e 1960. Como analisado anteriormente, mesmo quando o país ingressou no crescimento econômico, continuou sendo alvo de grande demanda internacional. Assim, os projetos do período varguista tinham como objetivo a diversificação do mercado interno pautada pela intervenção

Estatal em áreas de interesse nacional, em que foram criadas a Petrobrás e a Eletrobrás, acompanhadas por uma reforma fiscal. Esse projeto nacional-desenvolvimentista esteve, no início, vinculado à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), marcada profundamente pelo conceito de “subdesenvolvimento”, traçado pelo economista brasileiro Celso Furtado. Este defendia que a forma de ultrapassar a situação de subdesenvolvimento era implantando reformas básicas pelo Estado, sendo elas: agrárias, fiscais, bancárias, urbanas, administrativas e universitárias. Anos depois, baseadas em tais reformas estruturais, surgem as “Reformas de Base”, implantadas em 1962 durante o governo de João Goulart. Todavia, como elucidado por Pedro Fuentes (2009), assim como Perón, na Argentina, e Lázaro Cárdenas, no México, também Vargas, no Brasil, sinalizou o começo e o fim do nacionalismo burguês de enfrentamento ao imperialismo. Vedado, no caso brasileiro, pelo golpe militar em 1964.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o exposto, pode-se concluir que o processo neocolonialista imperialista, que abarcava os interesses das potências européias e norte-americana, detinha caráter exploratório, ao mesmo tempo em que disseminava discursos falsos de livre-comércio para o restante do mundo, possuindo em suas políticas internas a intervenção do Estado, a qual foi fundamental no curso da história do capitalismo, não só no sentido administrativo e promotor de políticas públicas, mas influenciando direta ou indiretamente as relações mercantis. Contudo, quando países periféricos iniciam sua

inserção no mercado internacional, possibilitado pelo próprio capitalismo imperialista, essas relações mudam sua forma, mas não suas intenções acerca do crescimento a qualquer custo. No Brasil, isso não foi diferente:

O Brasil, como os demais povos de sua categoria, não conta senão como massa inerte de manobra, não é senão parcela insignificante num todo imenso em que se dilui e desaparece. A sua vida econômica não é função de fatores internos, de interesses e necessidades da população que nele habita; mas de contingências da luta de monopólios e grupos financeiros internacionais concorrentes (PRADO JR, 1981, p. 211).

O que contribuiu, e continua contribuindo, para a estagnação de seu desenvolvimento interno, tanto em sua indústria quanto em seus serviços, frente aos interesses das potências mundiais, servindo como uma prensa hidráulica a qual é submetida pelos vestígios imperialistas são: desigualdade social, altos níveis de pobreza, péssimas condições de infraestrutura e má distribuição de renda, em um país em que os interesses da classe elitista e do próprio Estado estão voltado para fora, na medida em que possui em mãos boa parte dos recursos necessários para o desenvolvimento de sua economia interna.

10. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti de. **Divisão internacional do trabalho**. Revista de Cultura e Política, São Paulo,, n. 13, p. 95-103, 1987. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451987000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 abr. 2021.

SANTOS, Theotônio dos. A teoria da Dependência: um balanço histórico. In: Francisco Lopez Segreras. **O Desafio da Globalização**. Ensaios em Homenagem a Theotônio dos Santos. CRESALC-UNESCO, Caracas, 1998.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. Título original: Las venas abiertas de América Latina. 39 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 307p.

PEREIRA, Vinícius. **A construção da concepção centro e periferia no pensamento econômico: das teses do imperialismo às teorias da independência**. Espírito Santo: EDUFES, 2019. 464 p. ISBN 978-85-7772-436-9.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 364p.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder**, Eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander (org.). A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 1993. p.201-246.

UZOIGWE, G. N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, A. A. (Ed.). **A África sob dominação colonial: 1880-1935**. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010. cap. 2, p. 21-50.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Introdução. In: VISENTINI, Paulo Fagundes. **As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia**. [S. l.]: Unesp, 2012. p. 22-43. ISBN 853930225X.

SAES, Flávio Azevedo Marques de; SAES, Alexandre Macchione. China: Outro “modelo” de construção do socialismo. In: _____. **História econômica geral**. [S. l.]: Saraiva Uni, 2013. cap. 20.3, p. 532-545. ISBN 8502212540.

RENDA BÁSICA À LUZ DAS PROPOSTAS DE EDUARDO SUPLYCY E MILTON FRIEDMAN

Isadora Faé Pacca Amaral¹⁴⁵

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar um breve histórico da concepção de renda básica e as propostas formuladas pelos economistas Eduardo Suplicy, político brasileiro autor da Lei da Renda Básica de Cidadania, sancionada em 2004; e Milton Friedman, professor estadunidense da Universidade de Chicago que defendeu a implementação de um imposto de renda negativo. Em vista disso, são comparadas as propostas à luz de seus objetivos, fundamentos e métodos de implementação.

PALAVRAS-CHAVE: Renda básica; Renda mínima; Cidadania; Imposto de renda negativo; Transferência de renda incondicional.

1. INTRODUÇÃO

A declaração de estado de pandemia do novo coronavírus¹⁴⁶ feito pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020 instaurou um estado de grande incerteza ao redor do mundo. Por ser um tipo de vírus até então pouco conhecido pela humanidade, seus exatos efeitos no corpo humano e medidas de profilaxia ainda eram pouco claros, porém, por fazer parte de uma família de vírus já estudada há muitos anos, já era de conhecimento das autoridades de saúde que a propagação entre as pessoas se dava principalmente por proximidade física de infectados. Com isso, dentre as principais medidas inicialmente orientadas pela OMS, a de distanciamento social causou uma série de impactos socioeconômicos, como o fechamento de fábricas e comércios, a paralisação de atividades de serviços que exigiam trabalho presencial com aglomeração de pessoas, o desemprego e a inflação.

Diante disso, foi iniciado, em nível global, uma série de discussões no sentido de mitigar os efeitos econômicos decorrentes da pandemia. Uma das soluções que apareceram de forma recorrente no meio político foi a adoção de uma Renda Básica Universal, debate que já existia há muito tempo ao redor do mundo e que ecoou no Brasil. Uma das medidas adotadas no país foi a concessão de um

¹⁴⁵Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET Economia/Ufes). E-mail: faeisadora@gmail.com

¹⁴⁶O novo coronavírus, chamado de Sars-Cov-2, quando acomete os humanos, se manifesta pela Covid-19.

benefício financeiro de R\$600 aos cidadãos brasileiros que atendiam certos requisitos, o que ficou conhecida como “Auxílio emergencial”¹⁴⁷.

Ao decorrer da pandemia, foram observados impactos econômicos como o aumento do desemprego e da desigualdade de renda que reacenderam de forma ainda mais intensa o debate da Renda Básica, especialmente devido às repercussões do auxílio emergencial. Por consequência, a exigência da aplicabilidade da Lei Nº 10.835/2004, a Lei da Renda Básica de Cidadania, passou a integrar o debate público, bem como outras propostas denominadas como variações da Renda Básica, notadamente a de implementação de um Imposto de Renda Negativo.

Em vista disso, esse artigo se propõe a demonstrar brevemente o desenvolvimento do debate sobre a Renda Básica, bem como seus fundamentos. Em seguida, é exposto o desenrolar da proposta de Renda Básica apresentada pelo político brasileiro Eduardo Suplicy, autor da Lei Nº 10.835/2004. Logo após, é apresentada a proposta de Imposto de Renda Negativo defendida pelo economista estadunidense Milton Friedman. Por fim, são feitas as considerações finais à luz das duas propostas apresentadas, delimitando suas diferenças e propondo um olhar crítico ao debate.

2. FUNDAMENTOS E ORIGEM: DA RENDA MÍNIMA À RENDA BÁSICA

O estudo da desigualdade de renda está presente nas diferentes áreas de estudo das Ciências Econômicas, cada uma com suas dimensões, particularidades e métodos. A concepção da concessão de uma renda incondicional, como forma de solucionar o problema da disparidade de renda, foi se desenvolvendo juntamente com as democracias, e segundo Van Parijs (2017) a ideia de uma renda básica incondicional passou a aparecer ocasionalmente nos debates públicos na Europa apenas no final do século XVIII com o desenvolvimento de políticas de assistência social.

O desdobramento dessas políticas e as discussões que a acompanharam deram origem à ideia do Estado de bem-estar social na Alemanha do final do século XIX e, com isso, o desenho de políticas de renda mínima passaram a se popularizar dentre as administrações públicas de Estados europeus, principalmente por influência de pensadores populares do debate público como Thomas Paine, Thomas Spence e Joseph Charlier (VAN PARIJS, 2017). O mesmo movimento ocorreu nos anos 1960 na Europa e nos Estados Unidos pós guerra: os ideais de igualdade, justiça, democracia, liberdade e eficiência dominaram o debate público e economistas laureados como Friedrich Hayek, Jan Tinbergen, Paul Samuelson e Milton Friedman foram atraídos pelas propostas de políticas de renda mínima e dedicaram estudos e trabalhos ao tema. Em 1968, inclusive, Paul Samuelson, James

¹⁴⁷Instituído pela Lei nº 13.982/2020, que previu o repasse de 600 reais mensais (inicialmente por três meses) a trabalhadores informais e de baixa renda, microempreendedores individuais e também contribuintes individuais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O auxílio se estendeu até dezembro de 2020 e, para 2021, o benefício foi prorrogado inicialmente para 4 parcelas mensais.

Tobin, Robert Lampan enviaram, em conjunto com outras centenas de economistas norte-americanos, um manifesto ao Congresso dos EUA defendendo a adoção de um sistema de complementação e garantia de renda; em 1988 o Parlamento Europeu se declarou favorável à adoção de programas de renda mínima como forma de erradicação da pobreza nos países da comunidade europeia (SUPLICY, 2013).

As propostas variavam - ainda variam - quanto à sua forma, método de financiamento e de concessão. As particularidades de cada uma não as excluem, contudo, de serem nomeadas como uma política de renda mínima. O que demarcou a identificação de uma renda básica universal concedida de forma incondicional foi a criação da Rede Europeia da Renda Básica (Basic Income European Network - BIEN) em 1986. Guy Standing, economista britânico cofundador da BIEN, publicou em 1999 a obra *Procurando a justiça distributiva num mundo de trabalho flexível* em que analisou diversas teorias de justiça à luz da renda básica. Das conclusões de Standing, (1999, apud SUPLICY, 2013 p.134):

[...] políticas só podem ser vistas como justas se, e somente se, minimizarem a diferença entre o grau de segurança dos que menos têm e o resto da sociedade. Há, portanto, que se encontrar um equilíbrio entre segurança e liberdade, instituindo-se um sistema que assegure simplicidade, transparência, equidade e eficiência. Para se atingir esse objetivo, ao lado do aprofundamento de instituições que garantam maior democracia, inclusive no âmbito das empresas, ele argumenta que será essencial se instituir uma renda básica incondicional.

3. RENDA BÁSICA DE CIDADANIA: A PROPOSTA DE EDUARDO SUPLICY

Enquanto senador pelo estado de São Paulo, Suplicy propôs, pela primeira vez e em seu primeiro ano de mandato, em 1991, a instituição de uma renda mínima no Brasil garantida mediante um imposto de renda negativo. O texto foi aprovado pelo Senado em dezembro do mesmo ano como PLS 80/1991, que instituía o Programa de Renda Mínima (PGRM) que beneficiaria os residentes do Brasil maiores de 25 anos que auferissem, em rendimentos brutos mensais, menos de Cr\$45 000,00 (quarenta e cinco mil cruzeiros). O projeto ainda definia regras para as correções dos valores a serem concedidos, o que ocorreria nos meses de maio e novembro de cada ano ou quando a inflação acumulada atingisse 30%. Este valor era o mesmo do definido para a alíquota do benefício a ser concedido como forma de complementação dos rendimentos brutos do beneficiário, que seria calculado a partir da diferença entre seus rendimentos e o limite estabelecido de 45 mil cruzeiros, o que, na época da sanção da Lei, equivalia à um pouco menos que um salário mínimo - ressalta-se o contexto de hiperinflação daquele período. Com isso, se uma pessoa recebesse, por exemplo, 30 mil cruzeiros por mês, ela receberia, como imposto de renda negativo, 30% de 15 mil cruzeiros, ou seja,

4500 cruzeiros. Dessa forma, a renda mensal líquida totalizaria Cr\$34 500,00, valor que continua sendo bem inferior aos 45 mil delimitados.

Contudo, o próprio autor mudou suas concepções acerca do assunto. Logo no ano seguinte, após ler a obra de Philippe Van Parijs, *Defendendo uma renda básica: fundamentos éticos para uma reforma radical*¹⁴⁸, Suplicy passou a dedicar seus estudos à renda básica incondicional. Com isso, sua proposta passou por modificações profundas e culminou em uma transformação de renda mínima para renda básica incondicional - ou de cidadania - concretizada por meio de um projeto de Lei apresentado em 2001 e, posteriormente, sancionado como Lei nº10.835/2004. A concepção do projeto, segundo Suplicy, apresenta características particulares que foram formuladas a partir de reflexões e análises da história brasileira e dos “anseios dos principais movimentos de emancipação e defesa dos direitos à cidadania” (SUPLICY, 2013, p. 143).

Em *Renda de Cidadania: A saída é pela porta*, Suplicy detalha essas análises, que servem de argumentos para justificar a consistência de sua proposta da renda básica, em 4 partes: “A solidariedade como marca das comunidades indígenas; Da escravidão aos movimentos de libertação dos negros; Os movimentos e instrumentos de libertação das mulheres; Dos precursores aos proponentes da renda mínima no Brasil”. As análises contribuem para a compreensão de que o sincretismo cultural, as estruturas econômicas e os movimentos sociais brasileiros foram resultado de processos históricos marcados por uma longa e incessante luta por emancipação, igualdade e o clamor por cidadania, elemento este que, Suplicy defende, poderá ser conquistado com uma renda básica, o que é apresentado em seguida no subcapítulo denominado “Dos precursores aos proponentes da renda mínima no Brasil”.

Logo após, são expostos os argumentos utilizados por Suplicy para defender um dos elementos centrais de sua proposta no subcapítulo intitulado “Por que a renda em dinheiro confere maior cidadania”. Dentre as discussões sobre os diferentes formatos e modelos de renda básica, a forma de concessão é um dos tópicos mais acirrados. Os primeiros programas de garantia de renda mínima, registrados na Europa no início do século XVI, tiveram como característica marcante a concessão de bens e serviços como cestas básicas, consultas médicas, tíquetes e cupons diversos garantindo certo serviço ou bem para pessoas necessitadas. Esse tipo de procedimento reflete uma preocupação – muitas vezes um tanto quanto preconceituosa – de que as pessoas mais humildes não têm consciência e não sabem gastar dinheiro com responsabilidade. Essa metodologia, contudo, apresenta problemáticas que se tornam ainda mais graves nos tempos atuais.

¹⁴⁸Philippe Van Parijs. *Arguing for basic income: ethical foundations for a radical reform*. London: Verso, 1992.

Suplicy levanta, a princípio, a questão da corrupção. No Brasil dos anos 2000, foi reacendido um debate extremamente necessário quanto à erradicação da miséria e da fome. Com isso, foram criados programas com essas proposições, que contavam com distribuição de cestas básicas, cupom-alimentação, a garantia de estoques de segurança, dentre outros. Como senador, Suplicy advertiu políticos envolvidos nesses programas do risco que a metodologia oferecia devido à vulnerabilidade para casos de corrupção, especialmente os programas que criavam vínculos de interesse entre empresas privadas. Na época, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) constatou uma irregularidade na compra de 1,5 milhão de cestas básicas num esquema que beneficiava três empresas, o que levou o presidente da República a decidir que as famílias receberiam uma quantia em dinheiro, por meio de um cartão magnético. A medida solucionou de imediato o problema anterior, mas se tornou problemática tendo em vista que pessoas afastadas de grandes centros urbanos, em municípios que não contam com agências bancárias, passaram a ter dificuldades para obter o benefício.

Além disso, Suplicy também direciona esse problema no lado inverso: “é observado em grandes conglomerados urbanos, especialmente em praças públicas, a venda de tíquetes e cupons. Isso é sintomático de como a renda conferida em dinheiro é bem mais urgente: muitas vezes a necessidade da pessoa de comprar um agasalho, por exemplo, é mais urgente que um tíquete de transporte, que por sua vez pode ser obtido por outras vias”. Nisso, Suplicy conclui (2013, p.191): “O pagamento em dinheiro propicia muito maior eficiência, grau de liberdade, menor possibilidade de desvios e economia de tempo para as pessoas. Daí não haver dúvida que confere às pessoas muito maior grau de cidadania.”

Diante da contestação à concessão de renda de forma incondicional, sem necessidade de vínculo empregatício ou demonstração de renda, sob o argumento que o dinheiro deve advir apenas do trabalho, Suplicy (2013, p.192-193) argumenta:

Em nossa Constituição aceitamos que a pessoa que detém um capital, ou um patrimônio - uma fazenda, uma fábrica, uma loja, um banco, um imóvel qualquer ou uma quantia em dinheiro - tenha a possibilidade de receber os rendimentos decorrentes desse bem, na forma de aluguéis, juros ou lucros, sem a necessidade de estar trabalhando. Ou seja, nós asseguramos aos ricos o direito de receber rendimentos sem que necessariamente eles trabalhem. Entretanto, normalmente eles trabalham. E por quê? Porque é próprio do ser humano querer progredir. Pois bem, se asseguramos aos mais ricos o direito de receber rendimentos sem obrigatoriamente estarem trabalhando, por que não poderíamos assegurar também aos mais pobres o direito de receber uma renda? Não é todo o povo brasileiro o dono desse imenso e rico patrimônio que é nosso país?

O enfoque da renda básica de cidadania tem como característica essencial a concessão da renda pelo dinheiro pois esse formato, além de garantir maior nível de eficiência e liberdade para os beneficiários, diminui as chances de corrupção em esquemas por exemplo de tíquete e cupom, como é proposto em muitos programas que têm como objetivo a erradicação da pobreza. Com isso, Suplicy propõe a concessão anual de um benefício monetário a todos os brasileiros residentes no país (e estrangeiros residentes há pelo menos cinco anos), independente de sua condição socioeconômica¹⁴⁹. A proposta foi apresentada inicialmente ao Senado em 2001 e foi sancionada pelo então presidente Lula em janeiro de 2004. Na Lei, é definido que o benefício monetário a ser concedido será de igual valor para todos os beneficiados, e este montante há de ser definido pelo Poder Executivo, que deve ser “suficiente para atender às despesas mínimas de cada pessoa com alimentação, habitação, educação, saúde, considerando para isso o grau de desenvolvimento do país e as possibilidades orçamentárias” (L10835, 2004).

4. IMPOSTO DE RENDA NEGATIVO E AS CONCEPÇÕES DE MILTON FRIEDMAN

Apesar de apresentar fundamentos e métodos de implementação bem distintos da Renda Básica Universal (RBU), o Imposto de Renda Negativo (IRN) é frequentemente equiparado à RBU. O conceito foi inicialmente difundido no início do século XIX pelo economista francês Augustin Cournot, um dos fundadores da economia matemática (VAN PARIJS, 2017), e posteriormente popularizado pelo estadunidense Milton Friedman no século XX, especialmente em sua obra mais famosa *Capitalismo e liberdade*, publicada em 1962.

O Imposto de Renda Negativo propõe a complementação da renda de uma família ou de um indivíduo cujos rendimentos estejam abaixo de um valor pré-determinado. Com essa complementação, então, é garantido um piso de renda, cumprindo o propósito de uma política de renda mínima. Friedman propõe essa metodologia diante do que ele enxerga como o “Problema da pobreza”, no capítulo 12 de sua obra *Capitalismo e liberdade*. De antemão, Friedman sugere que a caridade privada seria o recurso ideal para atenuar os problemas decorrentes das condições de pobreza que muitas pessoas vivem. Contudo, logo reconhece que uma problemática da caridade privada é sua insuficiência “porque seus benefícios se estendem a pessoas não envolvidas” (FRIEDMAN, 2014, p.192). Então, propõe a existência de programas para mitigar a pobreza - delimitando o problema como o único meritório de um programa, criticando a existência de outros que se ocupam de beneficiar pessoas por serem “membros de certas ocupações”, como fazendeiros, por exemplo. Diante disso, afirma: “O procedimento mais recomendável em bases puramente mecânicas seria o imposto de renda negativo” (Ibdem, p. 193). Em seguida, passa a explicar as

¹⁴⁹L10835, Planalto.gov.br, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.835.htm>, acesso em: 26 Nov. 2021.

especificidades da metodologia, que é semelhante às propostas de maneira geral: há um valor estabelecido de uma renda máxima a ser isenta de cobrança de imposto de renda. Rendimentos acima desse valor são taxados e, abaixo do mesmo, é pago um imposto de renda negativo, ou seja, recebe-se uma renda, ou como Friedman denomina, “subsídio”. O complemento corresponde à diferença entre a renda bruta obtida e o valor limite pré-estabelecido a ser isento de imposto de renda, e seu valor exato é determinado a partir de uma alíquota a ser definida pelo programa.

A título de exemplo, supõe-se que o valor máximo de renda bruta mensal a ser isenta da cobrança de imposto de renda é de R\$1000,00 e a alíquota do benefício é de 40%. Se uma pessoa declarar renda bruta mensal de R\$700,00, de acordo com a proposta de Friedman, receberá um subsídio de 40% da diferença entre R\$1000,00 e R\$700,00, ou seja, totalizando uma renda de R\$820,00. Ademais, segundo Friedman, se a declaração for de nenhum rendimento, a pessoa ainda recebe o subsídio, então, nesse caso, seria de R\$400,00. Friedman (2014, p. 193) conclui:

As vantagens de tal prática são claras. O programa está especificamente dirigido para o problema da pobreza. Fornece uma ajuda sob a forma mais útil para o indivíduo, isto é, dinheiro. É de ordem geral e pode substituir o grande conjunto de medidas atualmente existentes. Explicita o custo que impõe à sociedade. Opera fora do mercado. Como qualquer outra medida para mitigar a pobreza, reduz o incentivo para que os ajudados se ajudem a si próprios, mas não o elimina inteiramente, como o faria um sistema de suplementação das rendas até um mínimo estabelecido. Um dólar extra ganho significa sempre mais dinheiro disponível para gastar.

Ressalta-se a questão de operar fora do mercado: a concessão do dinheiro na forma do imposto de renda negativo, para Friedman, não deve “perturbar o sistema de preços”, e é um mecanismo útil para proteger a concorrência, visto que, de acordo com a visão do autor, indivíduos com renda mensal tão baixa não são capazes de concorrer minimamente no mercado com os outros indivíduos. Friedman (2014) destaca a importância dessa característica pois isso permite que o programa não distorça ou impeça o funcionamento do mercado, com isso, opera fora dele - assim como os subsídios, por exemplo -, ao contrário de outras medidas como a política de salário mínimo. Além disso, o programa permite a substituição de tantos outros, garantindo o pleno funcionamento do mercado e também diminuindo a carga administrativa do governo, dado também que a metodologia se encaixaria numa sistemática já posta (a de cobrança do imposto de renda). Concluindo o seu raciocínio, Friedman (2014, p. 195) ainda reconhece as complicações colaterais da implementação do programa:

A principal desvantagem do imposto de renda negativo proposto acima são suas implicações políticas. Na realidade, a proposta estabelece um sistema em que serão pagos impostos por alguns para subvencionar outros. E esses outros presumivelmente têm o poder de voto. Há sempre o perigo de se estabelecer a seguinte situação: em vez de termos um arranjo em que a grande maioria vote impostos que incidam sobre ela própria a fim de ajudar uma minoria necessitada, poderemos vir a ter um em que uma maioria imponha impostos, para seu próprio benefício, a uma minoria contrariada. Pelo fato de esta proposta tornar um tal processo tão explícito, o perigo é talvez maior do que para outras medidas. Não vejo nenhuma solução para este problema - a não ser que confiemos na boa vontade e no autocontrole do eleitorado.

Ainda assim, o economista continua defendendo o Imposto de Renda Negativo como a proposta mais eficiente para a mitigação da pobreza.

5. RENDA BÁSICA UNIVERSAL VERSUS IMPOSTO DE RENDA NEGATIVO: UMA COMPARAÇÃO DAS PROPOSTAS

A partir dos elementos apresentados, é possível depreender considerações importantes. Primeiramente, o contraste entre as propostas apresentadas por Suplicy e por Friedman estão no propósito das mesmas: enquanto Suplicy propõe a Renda Básica como uma ferramenta capaz de conferir cidadania às pessoas, bem como garantir um bem-estar social, Friedman sugere o Imposto de Renda Negativo como forma de complementar a renda visando mitigar os efeitos da pobreza “em bases puramente mecânicas” (FRIEDMAN, 2014, p. 193). Em diálogo com Suplicy, o próprio Friedman (2000, p.9) reconhece: “Uma renda básica ou renda do cidadão não é uma alternativa ao imposto de renda negativo. É simplesmente uma outra forma de se introduzir um imposto de renda negativo se for acompanhado de um imposto de renda positivo sem isenção.”

No desenvolver das explicações das propostas, cada um apresenta preocupações e ressalvas que expressam contrastes fundamentais entre elas. A questão da operacionalização do Imposto de Renda Negativo não perturbar o mercado é nitidamente uma grande preocupação para Friedman, o que não é reiterado por Suplicy. Mariutti (2019, p. 13) problematiza esse ponto:

[...] a justificativa para este piso não é baseada em questões humanitárias ou normativas, mas, simplesmente, como um mecanismo para proteger a concorrência: a renda mínima – cujo montante não pode perturbar o sistema de preços (HAYEK, 2013b, p.385) – torna possível reintegrar todos que forem eventualmente expelidos do jogo da concorrência em uma economia de mercado, fato que não entra em contradição com o “império da lei” e não viola ou reduz a liberdade individual (HAYEK, 2013b, p. 385; 2011, p. 376).

Em vista disso, é concreto como as duas propostas são distintas. A Renda Básica de Cidadania está no horizonte brasileiro e, por mais que a conjuntura atual transmita uma sensação de desesperança e afastamento da garantia de cidadania, há de se crer que a confiabilidade da proposta garantirá a conquista da renda básica como direito universal e incondicional.

6. REFERÊNCIAS

- BASIC INCOME EUROPEAN NETWORK 8TH INTERNATIONAL CONGRESS, 2000, Berlim. **Um diálogo com Milton Friedman sobre o Imposto de Renda Negativo**. São Paulo, 2000. 12 p.
- BRASIL. Lei nº10.835, de 8 de janeiro de 2004. **Institui a renda básica de cidadania e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.835.htm>. Acesso em: 7 Out. 2021
- FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.>L10835. Planalto.gov.br. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.835.htm>. Acesso em: 16 Nov. 2021.
- MARIUTTI, Eduardo Barros. **Estado, mercado e concorrência: fundamentos do neoliberalismo como uma nova cosmovisão**. Revista da sociedade brasileira de economia política, [s. l.], ed. 54, p. 9-34, 23 dez. 2019. Disponível em: <www.revistasep.org.br/index.php/SEP/issue/view/25>. Acesso em: 15 jul. 2021
- PLS 80/1991 - Senado Federal. Senado.leg.br. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/1270>>. Acesso em: 12 Out.. 2021.
- VAN PARIJS, Philippe; VANDERBORGHT, Yannick. **Basic Income: a radical proposal for a free society and a sane economy**. Cambridge: Harvard University Press, 2017.
- SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de Cidadania: a saída é pela porta**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

RESULTADOS DA PESQUISA DO PERFIL DO ESTUDANTE DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFES (2017-2021)¹⁵⁰

Alexandra Rayssa Nascimento Ribeiro*

Bruna Cavati Rossi*

Gabriel Nippes*

Matheus Ferreira Maia*

Patricia Specimille Guimarães*

Plínio Natalino Silva*

Vinícius Vieira Pereira**

1. INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

É com grande satisfação que o PET-Economia apresenta a Pesquisa do Perfil do Estudante, um levantamento que detalha os resultados obtidos a partir de dados coletados de estudantes com matrícula ativa no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), entre 2017 e 2021. A realização desse levantamento, ao traçar o perfil socioeconômico, comportamental e educacional dos estudantes vinculados à universidade, viabiliza a compreensão de como a sua trajetória estudantil e a sua atual realidade acadêmica (neste caso, no momento de sua matrícula) indicam suas potencialidades e as problemáticas que enfrentam.

Ademais, o levantamento permite compreender as expectativas e particularidades dos estudantes ao ingressarem no curso de Ciências Econômicas da Ufes, e os possíveis impactos no meio acadêmico e na vida profissional e pessoal do estudante. A partir dessa proposta, os dados referentes do levantamento ajudam os petianos, ao saber as características que norteiam os estudantes do curso, a montar novas estratégias para a construção de atividades que visem atingir

¹⁵⁰*Graduandos em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e bolsistas do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia/Ufes). Gabriel Nippes, no momento da publicação, é egresso do PET-Economia/Ufes.

**Doutor em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professor adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e professor tutor do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia/Ufes). Email: vinieco2016@gmail.com

como público-alvo os próprios estudantes da graduação. Assim, compartilhamos com você, caro leitor, este trabalho cuidadosamente construído pelos estudantes integrantes do PET-Economia/Ufes.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa refere-se ao “questionário sociocultural econômico-educacional” do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). O questionário é aplicado após a aprovação do estudante no Sistema de Seleção Unificada (SiSU), e possui caráter obrigatório para manifestação de interesse na vaga.¹⁵¹ Assim, são englobados estudantes com vínculo ativo a partir de 2017 (ano que o SiSU foi implementado na Ufes), ou seja, que estão matriculados no curso, mas não necessariamente com matrícula em disciplinas.

Ao todo, no período analisado foram 367 respostas (52, 2017; 86, 2018; 92, 2019; 89, 2020; 48, 2021/1). Os estudantes entrantes através de Processo Seletivo de Vagas Surgidas (PSVS)¹⁵², por não corresponderem a um número significativo, foram alocados em conjunto com os do SiSU, em seus referidos anos. Em algumas questões respostas em branco eram possíveis e foram desconsideradas na presente análise.

Esta pesquisa é um “retrato” de um momento específico, no qual os estudantes estão adentrando ao curso. Eventualmente, ela possui um viés, devido às respostas, cujo acesso obteve-se, serem apenas dos estudantes que ainda permanecem no curso, não sendo possível caracterizar o estudante que evade. Agradecimentos à Seção de Gestão da Informação da Pró-Reitoria de Graduação (SGI-Prograd/Ufes) pela disponibilização dos dados.

3. ANÁLISE DOS DADOS

3.1 AMOSTRA

Sem evasão, o número de respostas esperadas seria próximo de 450, mais os estudantes que entraram a partir de processos internos da universidade. Com as respostas referentes a matrículas ativas, podemos calcular, aproximadamente, um percentual de evasão, que evidentemente é crescente ao tempo: 4%, 2021/1; 11%, 2020; 8%, 2019; 14%, 2018; 48%, 2017¹⁵³, ou seja, quanto maior a distância temporal entre o momento presente e o ano de realização da matrícula, maior o quantitativo de alunos que tendem a evadir. Das 367 respostas, 30,5% (112 pessoas), na média da

¹⁵¹O questionário pode ser encontrado neste link: <<https://www.sistemasweb.ufes.br/prograd/pre-matricula/socioEdu.asp?tipo=revisao>> . Último acesso em: 07 fev. 2022.

¹⁵²Processo interno de mudança de curso da Ufes.

¹⁵³Ainda, seria possível calcular-se onde se concentra a evasão: se nos ingressantes por ampla concorrência ou por cota. Contudo, como possuímos apenas uma amostra próxima da realidade, a ano de 2017, visto o número de estudantes que se formam por ano, não pode-se inferir.

amostra, eram mulheres e 69,5% (255 pessoas) homens. Este dado revela uma tendência histórica do curso de Ciências Econômicas da Ufes: ser majoritariamente masculino.

Em relação a modalidade de entrada, os cotistas com deficiência somaram 1,4% (5 pessoas). Baixa renda e PPI (Pretos, Pardos ou Indígenas) corresponderam a 14,2% (52 pessoas) e baixa renda e não PPI 9,3% (34 pessoas). Aqueles que são cotistas de renda normal somaram 21,2% (78 pessoas). Assim, a maioria dos estudantes, com vínculo ativo, ingressaram por ampla concorrência 54,0% (198 pessoas), fato que se relaciona ao próprio quantitativo de vagas ofertadas a esta modalidade (50,0%).

A partir da modalidade de ingresso, fez-se uma inferência acerca da identificação de pertencimento étnico-racial¹⁵⁴, em que, 26,7% (98 pessoas) da amostra adentraram pela modalidade PPI, ou seja, são pretas, pardas ou indígenas. Essa estratégia foi necessária devido ao questionário não possuir uma pergunta específica em relação ao pertencimento étnico-racial, portanto, não é possível identificar pretos, pardos e indígenas que adentraram por ampla concorrência, sendo o valor encontrado subestimando.

Durante o período analisado, 15,8% (58 pessoas), vieram para o Espírito Santo apenas para estudar, enquanto a maioria, 83,9% (308), possuía outro motivo. Com isto, é possível inferir que parte significativa dos ingressantes tendem a ser do próprio estado do Espírito Santo.

3.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO

No questionário, o estudante deveria responder o número de pessoas que residia no mesmo domicílio que ele, declarar, nominalmente, a renda mensal da família e, em outra questão, a renda mensal quantificada pelo salário mínimo. Dado isso, foi possível calcular a renda per capita mensal de cada indivíduo, sendo deflacionada pelo IPCA no ano base de 2019, quando o salário mínimo era de R\$ 998.

Assim, a renda per capita média real declarada em 2017 foi de R\$ 1973; 2018, R\$ 2441; 2019, R\$ 2299; 2020, R\$ 1857 e 2021, R\$ 1736. Os 5% mais pobres possuíam uma renda per capita familiar de até R\$ 319 mensais e os 5% mais ricos, superior a R\$ 6667. Pelos critérios da Ufes, estudantes com até 1,5 salários mínimos de renda per capita estão aptos a receber assistência estudantil, com isso, na amostra 57,2% seriam elegíveis. A renda per capita média foi de R\$ 2108, a mediana, de R\$ 1284.

Em relação a quantas pessoas contribuem para a renda familiar, incluindo o estudante, 42,5% responderam que apenas um (1) indivíduo contribui e 45,2% que dois (2) contribuem para a renda. Em relação a quais bens a família possui, 67,0% (246 pessoas) responderam ter residência própria,

¹⁵⁴Uniu-se renda normal e PPI, com baixa renda e PPI para chegar a tal resultado.

49,6% (182 pessoas) ter carro e 12,8% (47 pessoas) responderam que não possuíam nenhum bem listado. Do total de estudantes, 90,7% (333 estudantes) afirmaram possuir computador em casa com acesso à internet.

Em relação à posição ocupada na família, 86,1% (316 pessoas) responderam ser filhos ou filhas, seguido por cônjuge 6,5% (24 pessoas). Sobre quem seria o principal provedor da família, 44,7% (164 pessoas) relataram ser o pai e 35,4% (130 pessoas) a mãe. Apenas 8,2% (30 pessoas) informaram ser eles próprios. Além disso, em relação a moradia em que viviam no momento de realização do questionário, 72,7% (266 pessoas) responderam ser com os pais, 9,0% (33 pessoas) responderam que moram em uma residência alugada e 7,4% (27 pessoas) responderam que moram em uma residência própria.

Acerca da situação dos estudantes no mercado de trabalho, 47,7% (175 pessoas) nunca haviam trabalhado, enquanto 18,5% (68 pessoas) estavam procurando o primeiro emprego. Em relação à participação na vida econômica da família, 80,1% (294 pessoas) não trabalhavam e eram financiados pelos pais e 6,0% (22 pessoas) que, apesar de trabalharem, recebiam ajuda de algum familiar ou de outras pessoas. Estes dados apontam que grande parte dos alunos ingressantes são dependentes, ao todo ou em parte, de seus pais/responsáveis.

Para aqueles estudantes que não eram o provedor principal da família, o nível de instrução do provedor, na maioria dos casos, era de superior completo 38,1% (140 pessoas), seguido por ensino médio completo 24,8% (91 pessoas). Este fato pode indicar que quanto maior o nível de instrução do provedor principal da família, maior o estímulo para que seus membros cursem uma graduação. Além disso, o maior nível de instrução está relacionado positivamente com maiores salários, com pessoas que teriam maiores condições de custear os estudantes.

A ocupação do responsável se apresentou de forma bastante dispersa, 22,7% (83 pessoas) eram funcionários de empresa privada, 11,5% (42 pessoas) servidor público, 11,2% (41 pessoas) empresário, 10,1% (37 pessoas) profissional liberal e 4,1% (15 pessoas) agricultor/empregado rural. A baixa participação de pessoas ligadas ao campo pode sugerir uma maior participação de estudantes de regiões próximas à universidade ou de outras zonas urbanas, e uma menor participação de estudantes das zonas rurais. Além disso, a classificação “outras” ou “não se aplica” somaram 40,5% (148 pessoas).

3.3 EDUCACIONAL

Quanto às instituições de ensino em que os estudantes realizaram o Ensino Fundamental (de 1ª à 9ª ano), mais que a metade 52,6% (193 pessoas) estudaram em escolas particulares, e 46,6% (171 pessoas) em escolas públicas. Ao analisar as unidades em que os estudantes cursaram o Ensino Médio, nota-se que 44,7% (164 pessoas) concluíram essa etapa em escolas particulares, 36,5% (134 pessoas) em escolas públicas estaduais e 17,4% (64 pessoas) em escolas públicas federais.

A respeito dos cursos preparatórios para ingresso na universidade, 67,0% (246 pessoas) responderam que não o realizaram, 6,2% (23 pessoas) realizaram por menos de um semestre, 3,5% (13 pessoas) durante um semestre, 19,3% (71 pessoas) o fizeram durante um ano e 3,8% (14 pessoas) por mais de um ano.

Sobre as quantidades de tentativas de ingresso na Ufes, 59,9% (220 pessoas) responderam que tentaram apenas uma vez e 29,7% (109 pessoas) duas vezes. A respeito do que esperavam, em primeiro lugar, de um curso superior, 42,8% (157 pessoas) responderam ser qualificação para o exercício de uma profissão, 25,0% (92 pessoas) esperavam aquisição de conhecimentos que permitam compreender melhor o mundo em que elas vivem e 23,7% (87 pessoas) aquisição de conhecimentos que permitam melhorar o seu nível de instrução.

Acerca do motivo pela escolha do curso em que o estudante estava se matriculando, neste caso em Ciências Econômicas, 64,6% (237 pessoas) responderam que era o curso adequado à aptidão pessoal e vocacional, 17,4% (64 pessoas) pela possibilidade de emprego e 12,8% (47 pessoas) pela possibilidade de poder contribuir com a sociedade.

3.4 CULTURAL

Dos ingressantes, 54,6% (200 pessoas) afirmaram ler livros não didáticos uma vez por mês e 29,2% (107 pessoas) uma vez por ano. Em relação a jornais, 51,4% (188 pessoas) afirmaram que leem raramente e 34,2% (125 pessoas) uma vez na semana. Acerca de revistas de notícias, 70,9% (258 pessoas) afirmaram que raramente leem. Tais resultados podem estar relacionados à percepção de leitura apenas através de meios físicos. Em relação a teatros, 60,2% (221 pessoas) afirmaram não frequentar e 39,8% (146 pessoas) afirmaram ir ao menos uma vez por ano. A adesão aos cinemas é maior, 36,8% (135 pessoas) vão semestralmente, 34,9% (128 pessoas) mensalmente. Além disso, o principal meio que os estudantes responderam usar para se manterem informados foi a internet e/ou mídias sociais com 95,6% (350 pessoas).

Tratando-se das expectativas, questionados sobre os próximos três (3) anos, 95,9% (352 pessoas) pretendem continuar estudando, sendo que deste total, apenas 6,5% (24 pessoas) não pretendem

trabalhar, dedicando-se apenas aos estudos. Os que com certeza pretendem conseguir emprego correspondem a 61,0% (224 pessoas). Esses dados mostram a necessidade que muitos alunos encontram de conciliar trabalho e vida acadêmica, o que pode potencializar a evasão universitária. Além disso, 27,8% (102 pessoas) pretendem fazer concurso público e 15% (55 pessoas) almejam conquistar seu negócio próprio ou trabalhar de maneira autônoma.

Acerca da participação e integração dos alunos em grupos externos à graduação, 28,3% (104 pessoas) estão envolvidos com alguma religião e/ou vão com frequência a uma igreja. Além disso, 6,5% (24 pessoas) relataram participar de clubes recreativos ou associações esportivas.

Em relação ao que os estudantes consideram importante para ter um bom futuro na vida, 7,9% (29 pessoas) responderam ser muito importante e 27,0% (99 pessoas) ser importante ter vindo de uma família rica, 13,6% (50 pessoas) consideram ser muito importante ter sorte na vida e 80,4% (295 pessoas) responderam que ser trabalhador seria muito importante para se ter um bom futuro. Além disso, 78,7% dos alunos consideram ser muito importante ter conhecimentos profissionais práticos e úteis e 76,0% conhecimentos gerais, como ler, conhecer línguas estrangeiras etc. Estes dados mostram que parte expressiva dos estudantes considera que um bom futuro depende, em sua maioria, de seu próprio esforço. Isto é reforçado pela maioria considerar importante ter conhecimentos variados, o que demonstra a preocupação com um mercado de trabalho cada vez mais seletivo e exigente.

4. CONCLUSÃO

A partir dos resultados obtidos por meio do questionário, foi possível constatar que no período analisado, 2017 a 2021/01, dos estudantes ingressantes em cada período, e que possuem matrícula ativa no curso, mais da metade se declarou do sexo masculino, identificando um padrão histórico do curso de Ciências Econômicas. Além disso, a maioria dos estudantes tendem a ser do próprio estado do Espírito Santo, e parte expressiva possuía um grau de dependência com os pais ou responsáveis. A maioria dos alunos realizou o ensino médio em instituições particulares ou públicas federais, o que evidencia a dificuldade que estudantes de escolas de outras redes públicas de ensino têm para alcançar a universidade, destacando a importância das cotas.

Em relação a renda, mais da metade dos estudantes possuía renda per capita inferior a 1,5 salário mínimo, o que os adequaria a participar do programa de auxílio estudantil da Ufes, ou seja, grande parte dos estudantes poderia ser considerada de baixa renda. Este fato contrasta, em parte, com o caráter elitista do curso de Ciências Econômicas no Brasil, isto ao analisar especificamente o aspecto renda. Sobre as expectativas, quase a totalidade dos estudantes pretende continuar

estudando nos três anos seguintes, o que revela uma perspectiva de concluir a graduação. Contudo, de forma similar, a maioria também pretende trabalhar, tendo, por consequência, que conciliar a graduação com o trabalho, o que evidencia uma preocupação com a renda e pode contribuir para evasão, destacando a importância do auxílio estudantil.

Para mais, parte significativa dos estudantes considera que o trabalho é fundamental para a garantia de um bom futuro, o que é complementado pelo destaque que muitos atribuíram ao domínio de conhecimentos em diversas áreas. Estes fatos mostram a pressão que o mercado de trabalho, cada vez mais competitivo, exerce sobre os estudantes.

Entre as dificuldades encontradas, destaca-se a não disponibilização de dados de alunos que não possuem a matrícula ativa no curso, ou seja, que evadiram. Isto impossibilita que se faça uma estimativa precisa dos alunos que não concluíram o curso, além de não ser possível identificar se esta tendência se concentra mais entre cotistas ou não-cotistas. Para mais, a não existência de uma pergunta específica sobre o pertencimento étnico-racial dificulta a possibilidade de se estabelecer conclusões precisas a este respeito.

Por fim, esta pesquisa possibilitou identificar características e tendências dos estudantes do curso de Ciência Econômicas da Ufes, em que, apesar do recorte temporal curto, já apresenta tendências históricas do perfil dos estudantes deste curso, que muitas vezes são semelhantes nas demais universidades pelo Brasil diante das oportunidades desiguais que são atribuídas aos jovens, o que torna sistemas estudantis e permanência de cotas essenciais para a permanência e o ingresso de mais brasileiros à universidade.

5. ANEXO ESTATÍSTICO

Gráfico 1: Gênero

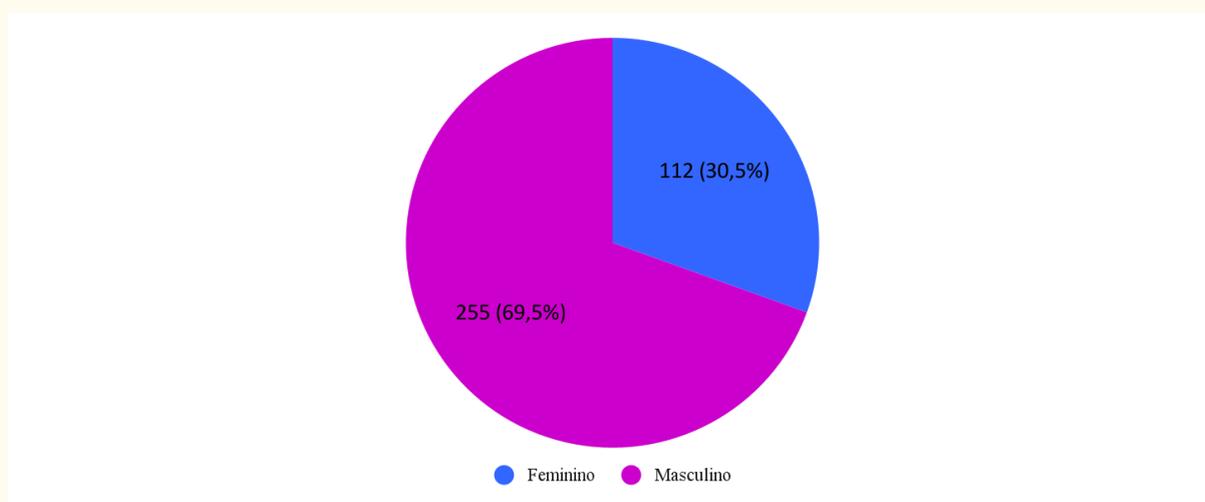
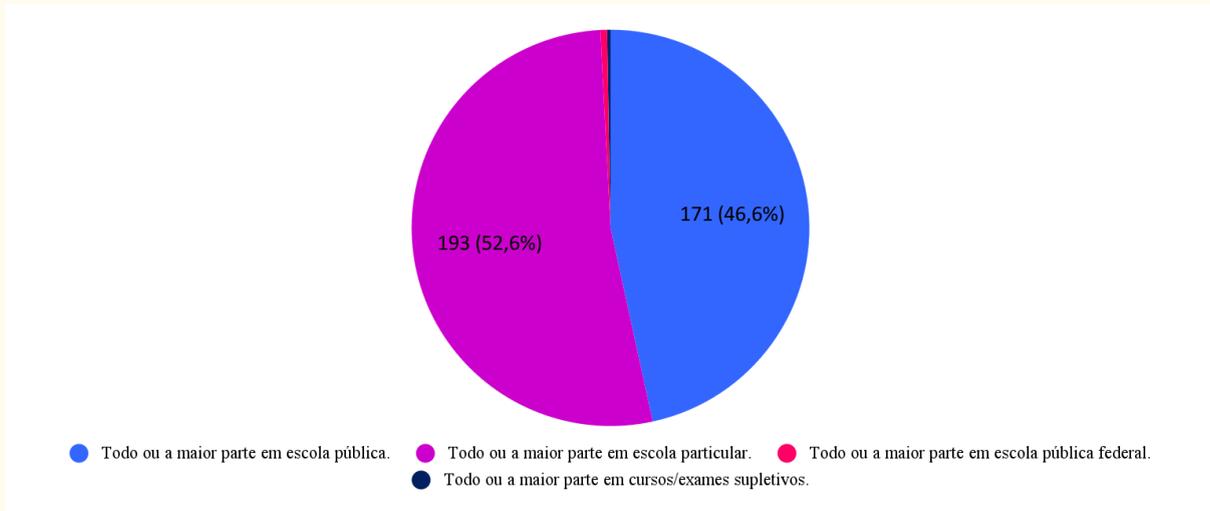


Gráfico 2: Escolaridade

2.1: Ensino Fundamental



2.2: Ensino Médio

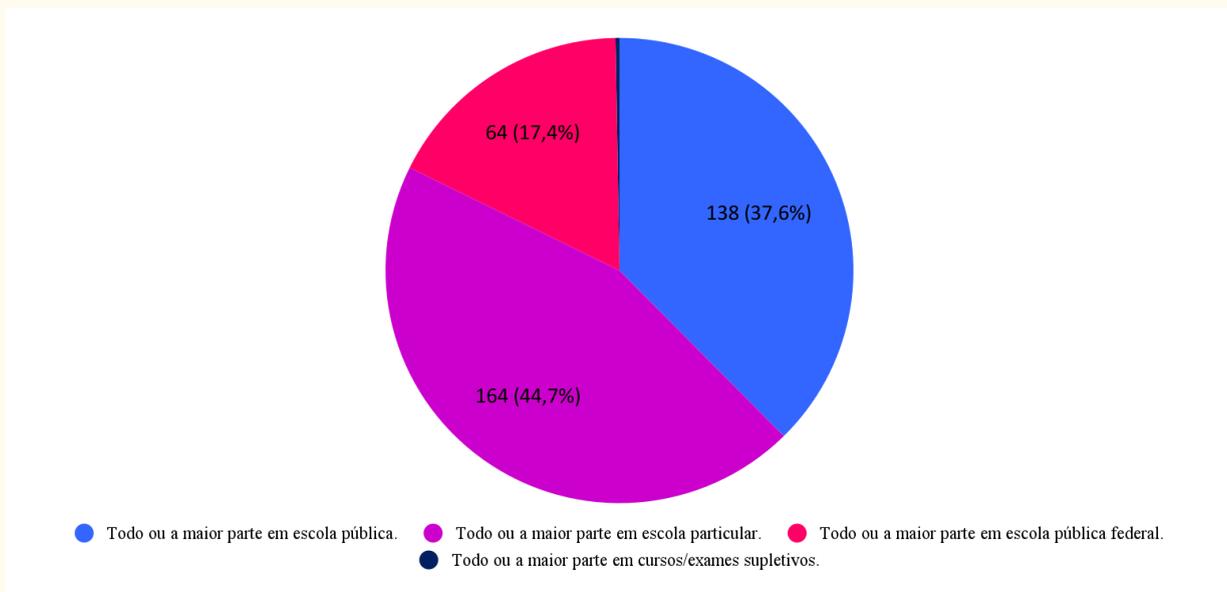


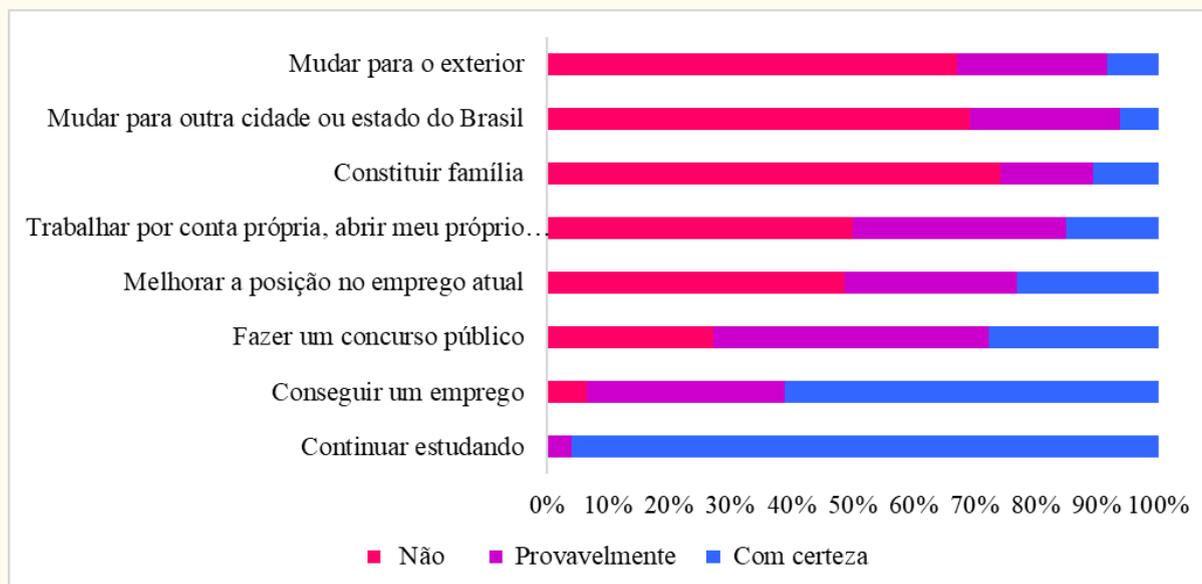
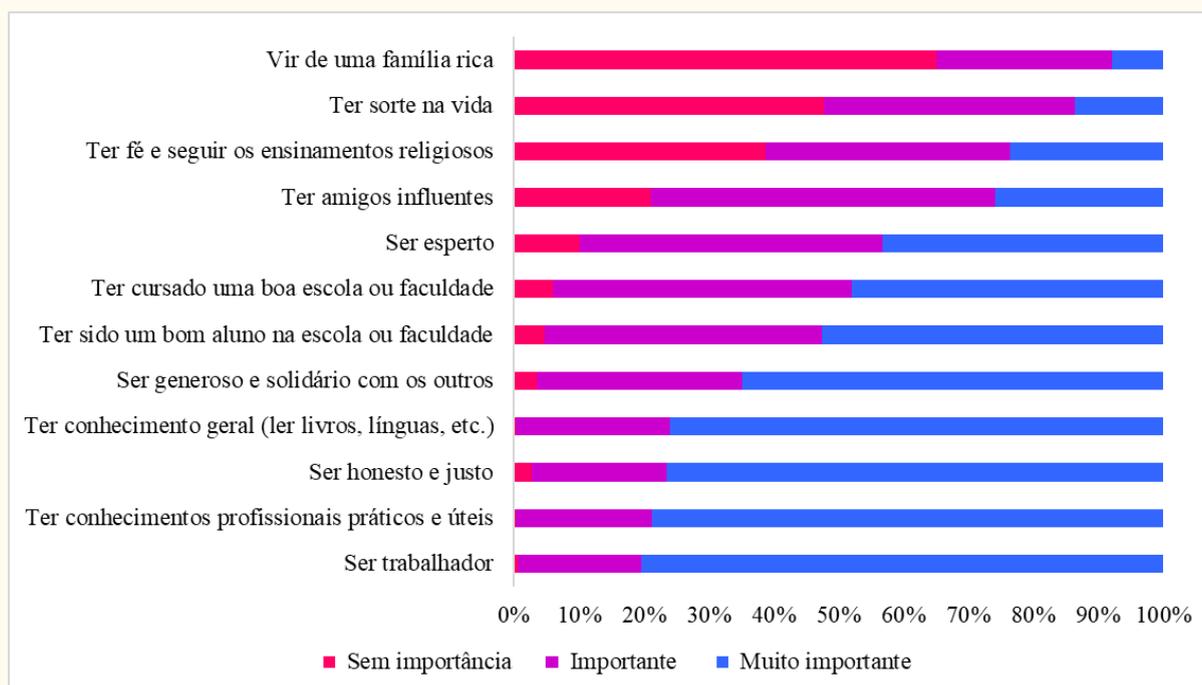
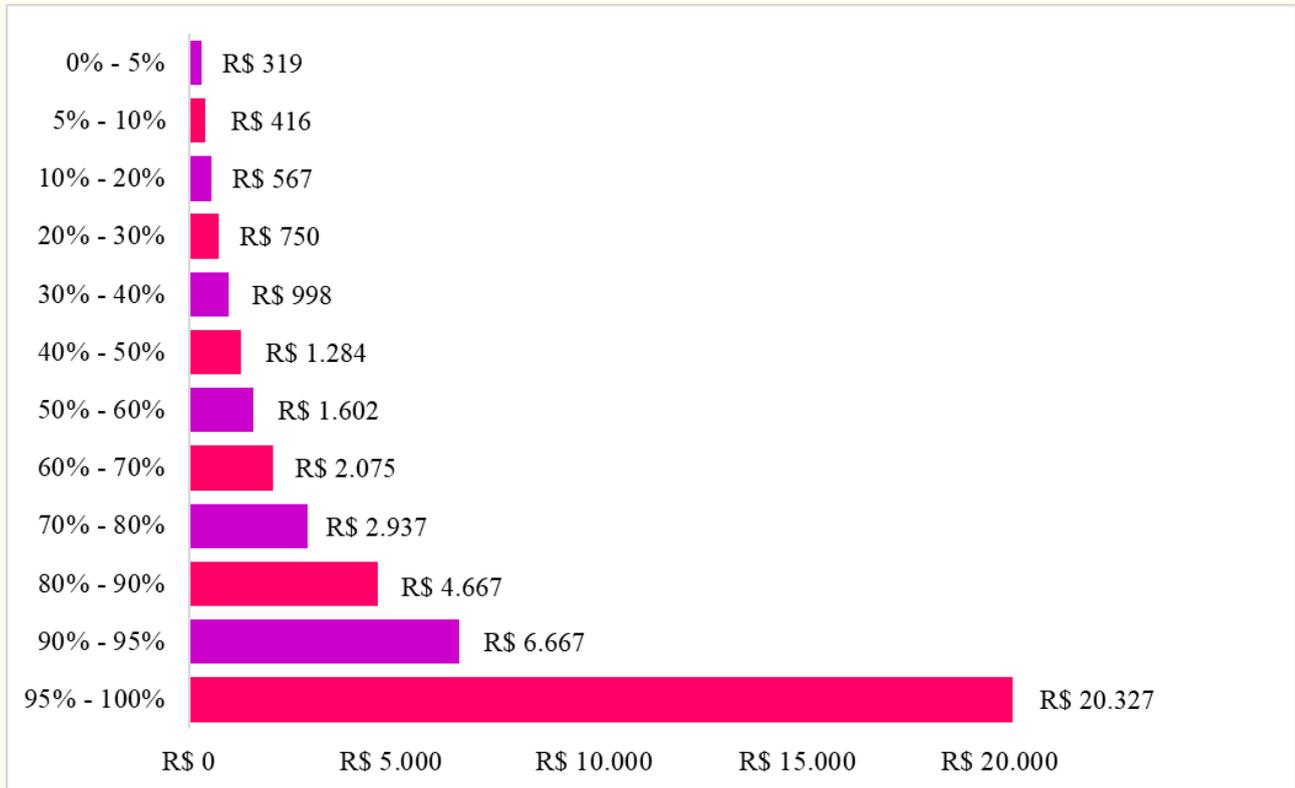
Gráfico 3: O que você pretende fazer nos próximos três (3) anos**Gráfico 4:** O que você considera importante para ter um bom futuro na vida?

Gráfico 5: Perfil dos ingressantes segundo renda *per capita* mensal familiar - Valores constantes - Deflator: IPCA - Ano base: 2019



DEPOIMENTO ENSINO REMOTO NA PANDEMIA

Flávia Campos Javarini⁽¹⁾



(1) Graduada em Direito pela Universidade Vila Velha (UVV) em licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Iniciei o Curso de Direito na Universidade Vila Velha (UVV) no primeiro semestre de 2020, tive aula presencial por cerca de um mês e, logo em seguida, começou a pandemia. Confesso que não foi nada fácil me adaptar à universidade de modo telepresencial, senti-me bem perdida ao ter o primeiro contato com uma “sala de aula” de Educação a distância (EaD); com o portal do aluno (que é sensacional) e, principalmente, pela falta de comunicação da faculdade com os alunos, mas, com o passar dos meses, fui “pegando o jeito” e tentei lidar com o curso da melhor forma. A instabilidade da internet; o barulho da garagem no fundo da casa, que é onde fica meu quarto; os parentes e o celular são fatores que dificultaram muito meu processo de aprendizagem nesse tempo. Além disso, senti muita falta do contato presencial dos professores, da troca de ideias com eles e com os colegas de turma depois da aula.

No primeiro semestre de 2021, as aulas voltaram ao presencial com sistema de revezamento, seguindo os protocolos de biossegurança. No entanto, como moro com minha avó, de 87 anos, a volta para a sala de aula foi um pouco tensa no início, já que nem todos os alunos seguiam as medidas de biossegurança. Além disso, o choque das provas presenciais, dos trabalhos e seminários foi enorme, a diferença foi muito grande, surgindo assim uma necessidade de readaptação.

Mesmo sendo apaixonada pelo Direito, em especial pela advocacia criminalista, sinto que para seguir nessa área, de forma mais plena, o próprio conhecimento que o Direito me proporciona não é o suficiente. No começo de 2021, consegui uma bolsa pelo ProUni no curso de Serviço Social, o qual era minha segunda opção (naquele processo seletivo), e até iniciei o primeiro período, mas como era 100% EaD acabei desistindo, justamente por sentir essa dificuldade em concentração, ainda mais porque o modelo de aula daquela faculdade é quase todo escrito, tendo pouquíssimos vídeos. Agora, no 4º período da graduação, de forma totalmente presencial, comecei também a licenciatura em Ciências Sociais na UFES. Acredito que, para mim, Flávia, conseguir conciliar as duas graduações, realmente só foi possível porque uma delas (curso de Direito na UVV) voltou para o presencial, já que como dito acima, meu quarto fica de fundo para uma garagem, em que entra e sai gente o tempo todo, consequentemente fazendo muito barulho e tirando o foco do estudo/aula. Além disso,

tive que lidar com a questão da ansiedade generalizada, que mesmo não parecendo, aflora muito por trás da telinha do notebook todos os dias.

Comparando o portal do aluno das duas universidades, o da particular é mais completo, sendo utilizado para tudo (links das aulas na plataforma Microsoft Teams, notas, aulas gravadas, exercícios, biblioteca, histórico escolar, gráficos, secretaria online, calendário de provas, cancelamento e solicitação de matrículas e o financeiro), já o da pública é dividido entre portal do aluno, sendo ele utilizado mais para questões como cancelamento e solicitação de matrícula, comprovantes, trancamento de curso etc, e a plataforma do Google Meet, por onde as aulas síncronas acontecem, sendo todas as atividades referentes às aulas postadas na sala de aula do Google. Esse sistema da UFES foi mais difícil na adaptação, mas nada que uma ajudinha de amigos em comum na universidade não resolvesse. Estou muito ansiosa para a volta das aulas presenciais da UFES, creio que o espaço acadêmico ajudará muito no meu desenvolvimento pessoal, a conhecer pessoas novas, fazer amizades, aproveitar melhor o tempo, os professores e ter uma maior qualidade de aula.

DEPOIMENTO ENSINO REMOTO NA PANDEMIA

Priscila Specimille Guimarães⁽¹⁾



(1) Pedagoga graduada pela Faculdade de Ensino Superior de Linhares - FACELI; Pós-graduada em Séries Iniciais e Educação de Jovens e Adultos; Servidora pública; Professora da Educação Infantil no CEIM Adagmar Pinto Santos em Linhares, ES.

É inegável o fato de que esse período de pandemia foi um desafio para todos. Na educação isso não foi diferente: adquirimos novos hábitos, mudamos nossa rotina, mas não deixamos o principal de lado, que é a vontade de voltar às nossas atividades diárias, ao nosso trabalho, exercido com muito amor e dedicação.

Como professora da educação infantil, estando suspensas as atividades, estudamos um meio para não deixar nossas crianças defasadas e conseguirmos dar continuidade, mesmo que de casa, às ações escolares. Desta forma, optamos por formações de grupos pelo WhatsApp, em que enviamos sequências de atividades para que as famílias as realizassem em suas

residências. Sempre tentamos explicar bem as atividades propostas e aproveitar materiais que os alunos possuíam em casa para facilitar a realização das tarefas que eram ofertadas. Nessas tarefas enviadas, também preparamos jogos e atividades impressas, e pedimos para que as famílias as buscassem na escola para os auxiliarem nessa missão.

A partir disso, vieram novos desafios e nos deparamos com as diferenças de realidade da nossa sociedade. Parte das famílias participavam e realizavam as atividades junto dos seus filhos, enviando vídeos e fotos registrando esses momentos. Outra parte não conseguiu nos dar um retorno ao que era proposto. Diante disso, entramos em contato para tentar ajudar estas famílias, mas infelizmente algumas das situações estavam além do poder dos professores e da escola. Dentre as dificuldades mais observadas estavam o analfabetismo dos responsáveis, a falta de acesso à internet, a celulares e computadores, o curto tempo que os familiares possuíam com as crianças devido à rotina de trabalho, entre outras situações.

Diante desse cenário e compreendendo o direito à educação, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)¹⁵⁵, nós estávamos sempre nos dedicando para facilitar e acolher as crianças e suas famílias. Quando a pandemia finalmente amenizou, conseguimos voltar com as atividades escolares tomando

¹⁵⁵O Estatuto da Criança e do Adolescente é o conjunto de normas do ordenamento jurídico brasileiro que tem como objetivo a proteção integral da criança e do adolescente, aplicando medidas e expedindo encaminhamentos para o juiz. É o marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

todas as medidas de biossegurança para as crianças, professores e famílias. Dessa forma, foram realizados escalonamentos para que todos pudessem ter acesso à escola, respeitando o distanciamento, além da disponibilização de materiais para higienização, uso de máscaras nas crianças acima de dois anos, suspensão de uso de espaços coletivos, entre outros.

Voltando com as aulas, mas ainda com escalonamento, continuamos a enviar atividades para as famílias realizarem nos dias em que estavam em casa para dar continuidade ao que os alunos estavam aprendendo nos dias presentes na escola. Novos desafios, nos deparamos nesse novo cenário, com as dificuldades de adaptação dos bebês e de crianças especiais, com a evasão escolar e etc. Na turma em que eu atuava, de bebês de um ano de idade, conseguimos retornar 100% às aulas presenciais, sem escalonamento, e observamos grandes avanços no desenvolvimento das crianças, principalmente no âmbito social, como a interação e a oralidade.

Ao final do ano letivo, concluímos que com a pandemia, a rotina escolar mudou, novos hábitos estão sendo fixados e muitos desafios ainda irão surgir, mas temos a certeza de que sempre estaremos nos empenhando para ofertar um ensino de qualidade aos nossos alunos.

Conheça seu PET

PET Engenharia Elétrica (UFES)



(1) Encontro virtual entre PET Economia (UFES) e PET Engenharia Elétrica (UFES) em 2021.

Com a ideia de criar um núcleo com características propícias para revitalizar o espírito crítico e inovador no Departamento de Engenharia Elétrica da UFES e, conseqüentemente, uma melhoria na qualidade acadêmica do curso, em maio de 2006, o professor Moisés Renato Nunes Ribeiro liderou a fundação do Programa de Educação Tutorial em Engenharia Elétrica da UFES, conhecido como PET Elétrica UFES.

Comemorando dezesseis (16) anos em 2022, nosso grupo conta com atividades que têm como pilar principal o desenvolvimento do tripé acadêmico: ensino, pesquisa e extensão, abrangendo os alunos e a sociedade externa, e buscando a capacitação em ferramentas indispensáveis para o engenheiro eletricista nos dias atuais. Atualmente, somos constituídos por dez (10) alunos e pela professora Tiara Rodrigues Smarssaro de Freitas, tutora do nosso grupo. Trabalhamos em parceria e, em conjunto, com a coordenação e o corpo docente do curso, com o foco de alcançar esses objetivos.

Em março de 2020, devido à pandemia do novo coronavírus e à necessidade de manter o

isolamento social e medidas preventivas, nosso planejamento de atividades precisou mudar. Visitas técnicas, minicursos presenciais e outros projetos foram adaptados para serem realizados de forma remota. Muitos alunos, que ingressaram durante esse período, já se encontram, atualmente, quase na metade do curso, e ainda não participaram de nenhuma atividade presencial, o que, por sua vez, acaba dificultando o aprendizado. Conseqüentemente, nossa responsabilidade em amenizar esse prejuízo aumentou.

Nesse cenário, realizamos: grupos de pesquisas com os professores do departamento; participação em projetos de iniciação científica; realização de palestras e rodas de conversa relacionadas à saúde mental; minicursos de *softwares* relevantes, como de *Python* e *AutoCAD*; acompanhamento acadêmico, com publicação de artigos em congressos nacionais (como o Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia, por exemplo); atividades sociais, como a aplicação de oficinas de inglês e conhecimentos gerais para idosos; atividades de conscientização sobre o papel das mulheres na engenharia, dentre outros. Um dos nossos projetos de destaque, em meio a pandemia, foi o “PET Talks”, onde professores e integrantes de projetos de extensão tiveram a oportunidade de apresentar seus trabalhos e pesquisas por meio de *lives*, que estão disponíveis no nosso canal do *YouTube*.

Nós, do PET Elétrica, tivemos contato com o PET Economia por meio das mídias sociais e da relação entre os nossos tutores. Realizamos uma reunião entre nossos grupos, onde apresentamos nossos projetos e experiências,

obtendo uma conversa muito prazerosa e uma troca de ideias muito produtiva. Agradecemos o convite e a consideração para essa participação na revista do PET-Economia/UFES, e, esperamos manter o contato para nos conhecermos cada vez mais e aproveitar dessa contribuição mútua com outras iniciativas.

Vitória, 26 de novembro de 2021.

Abraços Petianos,

PET-Engenharia Elétrica/UFES.

Contatos:



<https://peteletrica.ufes.br/>



<https://www.youtube.com/c/PetEletrica>



<https://peteletrica.ufes.br/>



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO